

Sumário

<i>Comércio exterior baiano: desempenho do setor agrícola.....</i>	<i>03</i>
<i>Desempenho econômico da Bahia.....</i>	<i>07</i>
<i>Uma avaliação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador em 2003</i>	<i>15</i>
<i>Perfil de mulheres responsáveis por domicílios: uma aproximação para a Bahia com base no Censo 2000.....</i>	<i>22</i>
<i>Espetáculo do crescimento ou o vôo da galinha? o mercado de trabalho brasileiro e baiano em perspectiva.....</i>	<i>31</i>
<i>Até quando? conjuntura internacional favorável continua refletindo positivamente nas contas externas brasileiras</i>	<i>38</i>
<i>Balanço das grandes empresas brasileiras.....</i>	<i>45</i>
<i>Investimentos industriais previstos no estado da Bahia .</i>	<i>49</i>
<i>Grifos</i>	<i>52</i>
<i>Indicadores conjunturais</i>	<i>59</i>

Comércio exterior baiano: desempenho do setor agrícola

O desempenho do comércio exterior brasileiro, no primeiro trimestre de 2004, alcançou um superávit de US\$ 6,2 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 19,4 bilhões e importações de US\$ 13,3 bilhões. As exportações registraram crescimento de 29,3% e, as importações, de 18,2%, em relação ao primeiro trimestre de 2003. O resultado da ampliação das exportações deve-se à recuperação dos preços das *commodities* no mercado internacional e do aumento das quantidades embarcadas.

Segundo a FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), os índices de quantum e de preço registraram, no período, crescimento de 20,4% e 7,2%, respectivamente. Em volume, os produtos básicos apresentaram aumento de 23,1%, os manufaturados, de 23,0%, e, os semimanufaturados, de 11,8%. Quanto aos preços, houve melhora no nível das três categorias, sendo a maior taxa relativa registrada nos produtos básicos (18,5%), seguindo-se os semimanufaturados (5,9%) e os manufaturados (2,0%).

Já as importações desse trimestre foram as maiores já registradas desde 2002 e o terceiro maior resultado para o período, ficando abaixo, apenas, de 2001 (US\$ 14,5 bilhões) e de 1998 (US\$ 13,7 bilhões). Destacam-se as importações de matérias-primas e bens de consumo intermediários (13,9%) e de combustíveis (11,4%).

COMÉRCIO EXTERIOR BAIANO

A balança comercial da Bahia registrou superávit de US\$ 174 milhões, resultado de exportações no valor de US\$ 732,7 milhões e importações de US\$ 558 milhões, no

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

primeiro trimestre do ano. As exportações obtiveram pequena alta de 1,0% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior, enquanto que as importações registraram alta de 7,6%. No mês de março de 2004, as exportações alcançaram US\$ 272,8 milhões e, as importações, US\$ 229,4 milhões.

Tabela 1
Balança Comercial da Bahia

Discriminação	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Var. (%)
	jan/mar-2003	jan/mar-2004	
Exportação	725.524	732.715	1,0
Importação	518.562	558.069	7,6
Saldo	84.311	174.646	-

Fonte: MDIC/SECEX.

Os principais segmentos exportados podem ser analisados na Tabela 2, destacando-se: químicos e petroquímicos (23,8%); veículos, peças e acessórios (17,1%); metalúrgicos (11,5%); e derivados de petróleo (9,9%). Os destaques no crescimento, no período, são: veículos, peças e acessórios (110,5%) e metalúrgicos (195,2%), este decorrente das vendas de fios de cobre (249,4%).

O fraco desempenho das vendas externas do segmento de químicos e petroquímicos foi devido a uma das maiores paradas técnicas já feitas pela indústria do setor (responsável por quase 25% das exportações), em fevereiro deste ano. A Central de Insumos Básicos da Braskem paralisou a sua produção por duas semanas, para a manutenção dos equipamentos, sendo acompanhada por todas as plantas de 2ª geração do Pólo de Camaçari.

O crescimento significativo das exportações de metalúrgicos foi atribuído, segundo o Promo – Centro Internacional de Negócios da Bahia, ao aumento do preço do cobre e de outros minerais básicos no mercado internacional. Este fato deve-se à intensificação do processo de industrialização da China, que tem contribuído para a alta de preços de diversas *commodities*, como o minério de ferro e a alumina.

As exportações de veículos e calçados registraram um aumento expressivo devido, principalmente, à consolidação dos pólos automotivo e calçadista. Os principais destinos das vendas de automóveis foram o México, com mais de 60%, e a Argentina, com mais de 25%; os demais foram distribuídos entre a Venezuela, Chile, Estados Unidos e Colômbia.

Os segmentos de derivados e minerais registraram queda nas vendas, de 67,0% e 13,5%, respectivamente. No primeiro caso, a queda nos derivados de petróleo decorre da redução das vendas externas de outras gasolinas

* Alynson dos Santos Rocha e Roberta Lourenço de Souza



Tabela 2
Exportações Baianas - Principais Segmentos
Janeiro/Março - 2003/2004

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2003	2004		
Químicos e Petroquímicos	172.683	174.652	1,14	23,84
Veículos, Partes e Acessórios	59.714	125.682	110,47	17,15
Metalúrgicos	28.552	84.289	195,21	11,50
Derivados de Petróleo	219.607	72.407	-67,03	9,88
Papel e Celulose	62.125	69.372	11,67	9,47
Cacau e Derivados	46.790	44.034	-5,89	6,01
Minerais	33.644	29.090	-13,54	3,97
Sisal e Derivados	15.014	20.514	36,63	2,80
Café e Especiarias	7.508	18.831	150,81	2,57
Couros e Peles	13.851	16.081	16,10	2,19
Calçados e Suas Partes	4.574	13.126	186,97	1,79
Grãos, Óleos e Ceras Vegetais	14.600	10.017	-31,39	1,37
Pesca e Aquicultura	6.247	6.002	-3,92	0,82
Frutas e Suas Preparações	4.459	4.468	0,20	0,61
Fumo e Derivados	2.094	3.404	62,56	0,46
Demais Segmentos	34.062	40.747	19,63	5,56
Total	725.524	732.716	0,99	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, Dados Coletados em 16/04/2004.

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

(63,9%) e de “fuel-oil” (32,6%). Já a queda dos minerais deve-se à redução das vendas de resíduos de metais preciosos (15,2%).

Os principais destinos das vendas para o exterior, da Bahia, continuam sendo o NAFTA e a União Européia, que registraram participações de 38,7% e 17,3%, respectivamente. As vendas para os Estados Unidos alcançaram aproximadamente 28% do total das exportações do Estado, mesmo ocorrendo queda nas vendas de 33,7% no período analisado. Este fato resulta da não exportação do óleo bruto de petróleo até o primeiro trimestre de 2004, além da queda acentuada das vendas de outras gasolinas. Dentre os países da União Européia, destaca-se a Espanha, que adquiriu novos produtos baianos, como químicos, petroquímicos e metalúrgicos. Na América Central destaca-se a Costa Rica, que passou a comprar produtos baianos, especialmente derivados de petróleo, metalúrgicos e calçados.

A recuperação da economia argentina pode ser verificada diretamente no resultado do comércio exterior, particularmente para os veículos automotores, produtos químicos e petroquímicos, fios de cobre e produtos derivados de cacau. Com essa recuperação, ressurgiu a dinâmica comercial intra-bloco, resultando no acréscimo das vendas para os países do Mercosul (63,9%).

Outro destaque foi o México, que absorveu US\$ 89,5 milhões das exportações baianas e cuja participação está em 12,2% do total das vendas externas do Estado, já

que é o principal mercado das exportações do Complexo Ford Nordeste. As exportações para o México cresceram 45,28% em comparação com o trimestre do ano anterior. Por outro lado, a China já ocupa a quarta posição como destino exportador, respondendo por quase 5,0%.

Quanto às importações, o acréscimo de 7,6% foi em decorrência, principalmente, do crescimento das importações de insumos de cobre, de trigo, e dos veículos importados pela Ford para distribuição no mercado interno. Em relação aos principais países, destaca-se a Argentina, principal país fornecedor para a Bahia, com participação de 20,04%, seguida do Chile, com 12,54%, dos Estados Unidos, com 12,22%, e da Argélia, com 8,03%. Ressalte-se que os automóveis fabricados pela Ford na Argentina têm ingressado no país pela Bahia, de onde são distribuídos para todo o território nacional.

COMÉRCIO EXTERIOR AGRÍCOLA BAIANO

Na análise do comércio exterior agrícola da Bahia destacam-se algumas observações. Inicialmente, a participação das exportações agrícolas, no total apurado para o Estado, mantém-se praticamente estável. No primeiro trimestre de 2004, essa participação alcançou 14,3%, contra 14,2% para o mesmo período de 2003. Os principais produtos exportados totalizaram, no período, pouco mais de US\$ 104 milhões. Esse valor supera em 1,4% o observado para o mesmo período do ano anterior.

Na Tabela 3 verifica-se que cinco, dos sete grupos de produtos pesquisados, apresentam aumento das exportações em quantidade (toneladas): cacau e derivados (16,7%), couros e peles (59,1%), sisal e derivados (8,5%), fumo e derivados (91,9%) e produtos da pesca e aquicultura (26,6%). Esse desempenho deve-se ao aumento da produção e beneficiamento desses produtos, visando ao atendimento das demandas externas. Contudo, a quantidade total exportada reduz-se em, aproximadamente, 21%, resultado fortemente



relacionado à diminuição das exportações do grupo grãos, óleos e ceras vegetais.

Na análise das receitas auferidas com exportações, os grãos, o cacau e derivados e a pesca e aquicultura registraram reduções nos valores, comparando-se com o período anterior. No entanto, os resultados confirmam, basicamente, o desempenho favorável das atividades exportadoras baianas ligadas ao campo. O conjunto de fatores que concorrem para esse desempenho – tanto para a Bahia quanto para o restante do Brasil –, compreende os bons resultados “dentro das porteiras”; a conjuntura dos preços internacionais, confirmada no embate entre a participação das exportações agrícolas em peso e em receita no total do Estado; e a demanda das *commodities* agrícolas.

Por produtos, tem-se o grupo sisal e derivados, cuja quantidade exportada, no período, é o maior dentre os grupos pesquisados. Em receita, este grupo perde apenas para cacau e derivados, superando os US\$ 20 milhões no primeiro trimestre de 2004. A atividade sisaleira, na Bahia, tem sido estimulada pelos preços – a cotação do quilo da fibra, do tipo extra, de melhor qualidade, atingiu, na média, R\$ 1,00 nos primeiros meses de 2003 e R\$ 1,03 no mesmo período em 2004, no município de Valente, referência na produção e comercialização do sisal no Estado (SEAGRI, 2004). Some-se ao aumento da demanda, sobretudo, os mercados europeus por produtos a base de fibras naturais. Conseqüentemente, justifica-se a variação de 8,5% na exportação física, contra um aumento de 36,6% no total arrecadado.

Para cacau e derivados observa-se que, embora as exportações de produtos semiprocessados – como a manteiga, o cacau em pó e a pasta de cacau – tenham aumentado no período (17% em

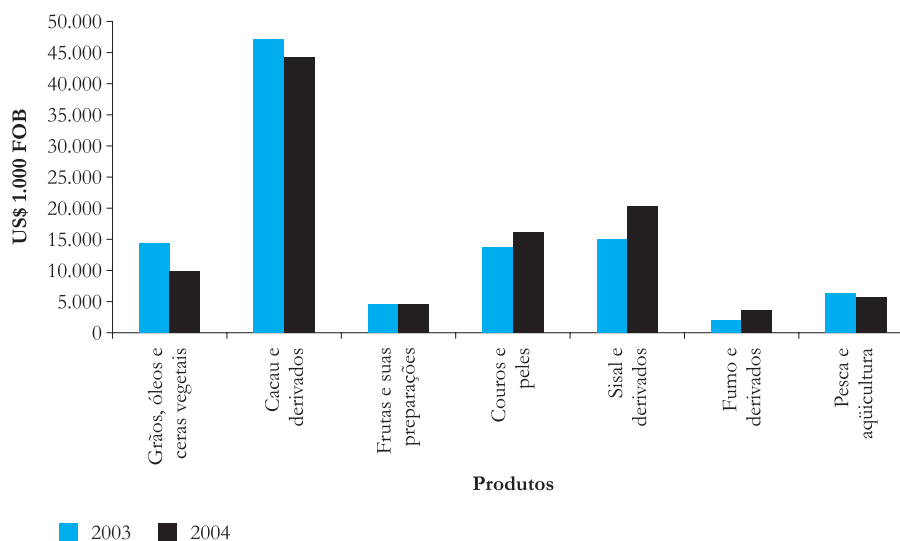
Tabela 3
Exportações dos principais produtos agrícolas baianos:
Janeiro/Março - 2003/2004

Produtos	Peso (ton.)		Var. (%)	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Var. (%)
	jan-mar/03	jan-mar/04		jan-mar/03	jan-mar/04	
Grãos, óleos e ceras vegetais	72.279	35.994	-50,20	14.600	10.017	-31,39
Cacau e derivados	15.942	18.651	16,99	46.790	44.034	-5,89
Frutas e suas preparações	7.593	7.094	-6,57	4.459	4.468	0,20
Couros e peles	2.809	4.492	59,91	13.851	16.081	16,10
Sisal e derivados	34.966	37.952	8,54	15.014	20.514	36,63
Fumo e derivados	716	1.374	91,90	2.094	3.404	62,56
Pesca e aquicultura	1.417	1.794	26,61	6.247	6.002	-3,92
Totais das exportações dos principais produtos agrícolas baianos	135.722	107.351	-20,90	103.055	104.520	1,42
Totais das exportações Bahia	1.822.322	1.350.420	-25,90	725.524	732.716	0,99
Participação agrícola nas exportações baianas	7,45	7,95		14,20	14,26	

Fonte: Aliceweb/MDIC/SECEX/Promo (modificada), dados coletados em 16/04/2004

peso), as receitas reduziram-se em 5,89%. Note-se também que, no caso do cacau, as importações do fruto inteiro, partido, bruto ou torrado normalmente figuram entre os produtos com as maiores quantidades importadas no Estado. As reduções de 46,5% das importações, em peso, e de 60,1% dos gastos – de US\$ 64 milhões entre janeiro e março de 2003, para US\$ 26 milhões em 2004 – aparentemente indicam que, no período, a produção baiana supriu as demandas de processamento internas, permitindo a exportação. No Gráfico 1, visualiza-se as receitas auferidas de cada grupo das exportações agrícolas baianas. Percebe-se a desigualdade entre cacau e derivados e demais grupos, para o período analisado.

Gráfico 1
Exportações dos principais produtos agrícolas baianos:
Janeiro-Março 2003/2004



Fonte: Aliceweb/MDIC/SECEX/Promo (modificada)



O segmento de Couros e peles animais (basicamente bovinos) também se destaca nas exportações agrícolas baianas. Este grupo obtém a segunda maior variação no comparativo das exportações do primeiro trimestre de 2003/2004 (incremento de 59,9% em volume). Os números denotam o esforço dos pecuaristas na melhoria do manejo dos animais e a descoberta de que a exportação de couros pode se transformar em atividade mais lucrativa que a própria exportação da carne bovina. Para isso, alguns cuidados são necessários, como a utilização de cercas com arames lisos nas fazendas; a marcação dos animais em regiões do couro menos valorizadas; e o controle mais eficiente dos parasitas que podem afetar a qualidade, além do processo de curtimento do produto.

Apresentam, ainda, incremento das exportações, os grupos compostos por fumo e derivados e pesca e aquicultura. O crescimento expressivo das exportações de fumo e derivados – que obtém as maiores variações em peso e em receita, conforme a Tabela 3 –, resultam da produção de folhas de fumos especiais (geralmente para enrolar charutos) na região tradicionalmente fumageira do Estado, o Recôncavo. No grupo pesca e aquicultura destaca-se a produção de camarões. Expandindo-se, entre janeiro e março de 2004, 26,6% em peso – embora com pequena redução de 3,9% nas receitas –, a exportação do produto confirma a existência de condições favoráveis para a criação (cultivo em fazendas específicas) de camarões, não só na Bahia, mas em todo o litoral nordestino, que concentra mais de 90% da carcinicultura nacional.

Os resultados negativos aparecem nas exportações de frutas e suas preparações, grãos, óleos e ceras vegetais. Apesar do comprovado potencial exportador de frutas pelo Estado, particularmente nos perímetros irrigados da bacia do rio São Francisco e em áreas da Chapada Diamantina, a redução de 6,6% na quantidade exportada resulta, sobretudo, dos impactos das chuvas nos primeiros meses de 2004 sobre as regiões produtoras. A queda das exportações de grãos, óleos e ceras vegetais, no período, está ligada à época de colheita da soja no oeste baiano. Some-se ao fato que, normalmente, há uma retenção de parte do produto pelos exportadores, na expectativa de elevação dos preços internacionais. Esses fatos justificam a queda de mais de 50% na quantidade exportada, repercutindo, conseqüentemente, nas receitas auferidas (redução de 31,7% entre os períodos analisados).

Completando a análise do comércio exterior agrícola da Bahia, tem-se as importações de trigo. É de amplo

conhecimento a condição de importador líquido de trigo do Brasil (e da Bahia), principalmente da Argentina e Canadá. As variações de 102,0% na quantidade importada e de 120,9% nos gastos indicam que, além de importar, moinhos e outros estabelecimentos que utilizam o grão enfrentam a conjuntura de preços altos para o produto. A triticultura surge como novidade na Bahia, especialmente na Chapada Diamantina, nos municípios de Ibicoara e Mucugê. A lavoura, típica de climas temperados, encontra nesta região condições edafoclimáticas favoráveis ao plantio. As previsões indicam a superação da produtividade nacional, aproximadamente 4 mil kg/hectare, obtendo-se, nos municípios baianos, cerca de 5 mil kg/hectare. A assistência é conduzida por técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Espera-se que, nas próximas colheitas, possa-se, ao menos, arrefecer as importações de trigo baianas.

Os resultados das exportações baianas permitem afirmar que a atividade econômica encontra-se em expansão, fato verificado quando se analisa o conjunto dos setores exportadores do Brasil. Essa constatação resulta da diversificação da pauta de exportações, do aumento das vendas externas, principalmente, para novos mercados internacionais. O desempenho superavitário da balança comercial tende a atenuar os resultados da balança de pagamentos do Brasil.

Especificamente ao setor agrícola, verifica-se também a expansão nas receitas auferidas no Estado, resultado da conjuntura internacional favorável e de alta nos preços das principais *commodities*, uma vez que a quantidade total exportada diminuiu. Entretanto, aspectos conjunturais, como a colheita de alguns produtos, devem ser considerados na composição da redução da quantidade de produtos agrícolas exportada pela Bahia. A atividade revela-se estável, mantendo o índice de participação no total das exportações baianas, tanto em quantidade exportada, quanto em receita.





DESEMPENHO ECONÔMICO da BAHIA



O desempenho da produção industrial, em fevereiro de 2004, obteve resultado positivo, o mesmo ocorrendo com o volume de vendas do varejo. Apesar disso, verificou-se, ainda, certa lentidão na retomada do crescimento, sobretudo nos índices de comércio varejista. Um estímulo bom para a economia veio do desempenho agrícola e do setor externo, que continuam a apresentar taxas de crescimento acima dos demais indicadores da economia.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no mês de fevereiro/2004, taxa positiva de 12,4% em relação ao mesmo mês de 2003. No acumulado dos 12 meses, a indústria apresentou-se praticamente estável, com um índice de 0,06%. Veículos automotores (109,0%), refino de petróleo e álcool (34,5%) e metalúrgica básica (18,5%) foram os principais determinantes do expressivo crescimento da indústria. Por outro lado, influenciaram negativamente os resultados de gêneros de alimentos e bebidas (-4,3%), celulose, papel e produtos de papel têxtil (-2,3%) e minerais não-metálicos (-8,4%).

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no mês de fevereiro/2004, apresentou ligeira taxa positiva de 0,8%. Contribuíram para esse crescimento os segmentos de móveis e eletrodomésticos (27,9%) e hipermercados e supermercados (0,5%). Todos os demais segmentos apresentaram queda no período.

No comércio exterior, o mês de março de 2004 apresentou crescimento nas exportações de 22,0%, acumulando, no ano, um total de US\$ 732.715, com aumento de 1,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já as importações apresentaram, no mês, uma variação positiva de 64,6%, acumulando no ano 7,6%. Com esse resultado, a balança comercial fechou o período acumulando um saldo de US\$ 174.646.

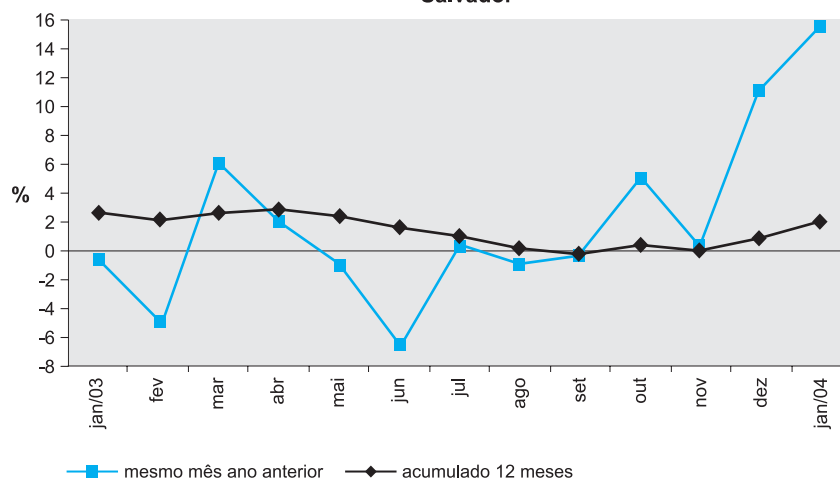
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, em abril, uma alta nos preços da ordem de 0,6%. No mesmo mês do ano passado, essa alta tinha sido de 1,3%. O destaque ficou para a estabilização nos preços dos alimentos. No acumulado do ano, o índice ficou em 2,5% e, nos doze meses, em 7,4%.

Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED- SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS fechou o mês de março em 26,7%, 0,1 ponto percentual acima do índice verificado em fevereiro. Ainda conforme a PED, o rendimento do trabalhador da RMS cresceu 4,4% na comparação fev-04/fev-03. Entretanto, no acumulado dos doze meses, o rendimento apresenta queda de 8%.

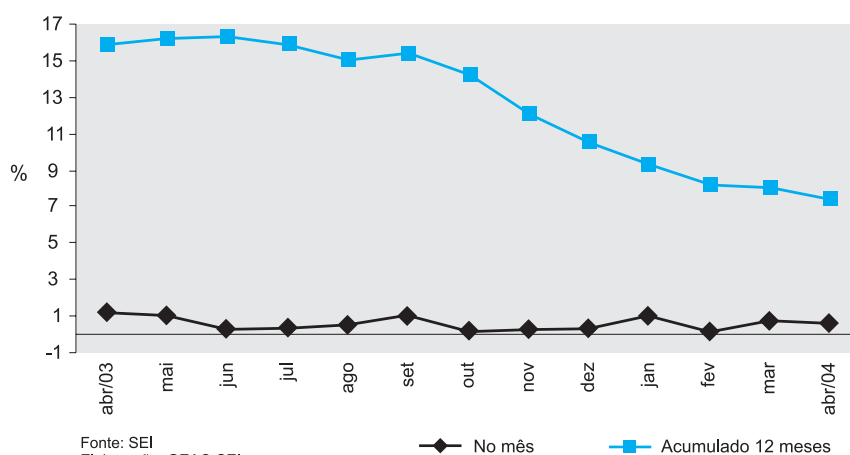


O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), com a tendência da atividade econômica do município, mostra que o mês de janeiro de 2004, em comparação com o mês de janeiro de 2003, apresentou acréscimo de 15,5%. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado teve taxa positiva de 2,2%. Esses resultados sinalizam uma possível recuperação do nível de atividade econômica de Salvador.

**Índice de Movimentação Econômica - IMEC
Salvador**



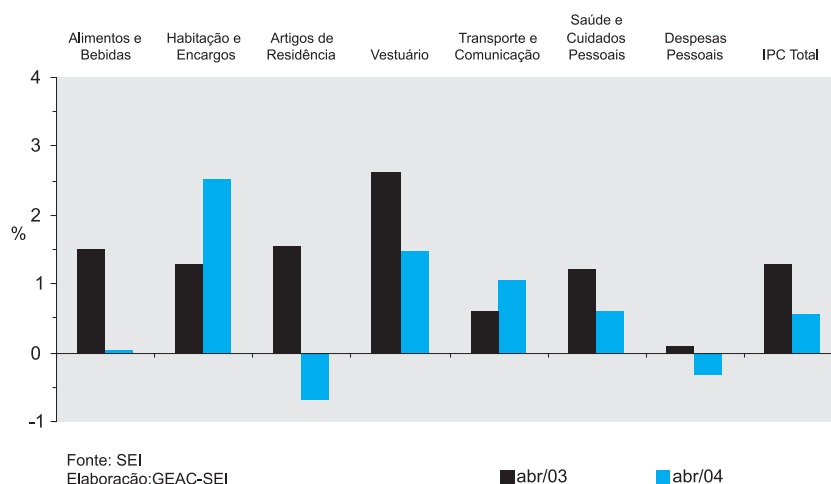
**Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador**



O Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, fechou o mês de abril com alta de 0,6%. No mesmo mês do ano passado, o índice fechou em 1,3% e, no acumulado dos 12 meses, o índice ficou em 7,4%. Os grupos 'alimentos e bebidas' (5,6%) e 'despesas pessoais' (9,4%) foram os que mais pressionaram o índice, no acumulado dos 12 meses. Por outro lado, 'vestuário' (4,4%) e 'saúde e cuidados pessoais' (8,8%) foram os menores.

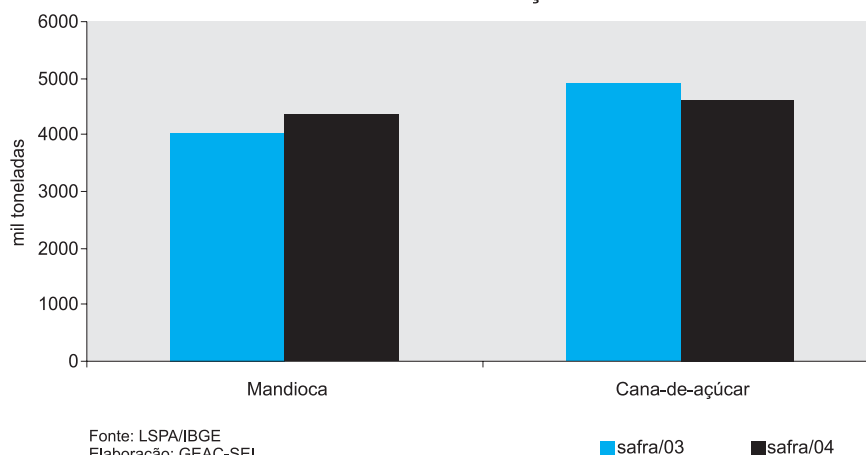
No mês de abril, os grupos 'habitação e encargos' (2,5%) e 'vestuário' (1,5%) foram os que mais pressionaram o índice. Os subitens 'combustíveis – gás de bujão' (7,0%) e 'roupas' (3,3%) apresentaram as maiores altas nestes grupos. Já os grupos 'artigos de residência' (-0,7%) e 'despesas pessoais' (-0,3%) apresentaram contribuições negativas na composição do índice de inflação. No acumulado do ano, apenas os índices 'artigos de residência' (0,8%) e 'vestuário' (1,1%) apresentam taxas abaixo do índice geral de inflação.

**Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos seleccionados - Salvador**

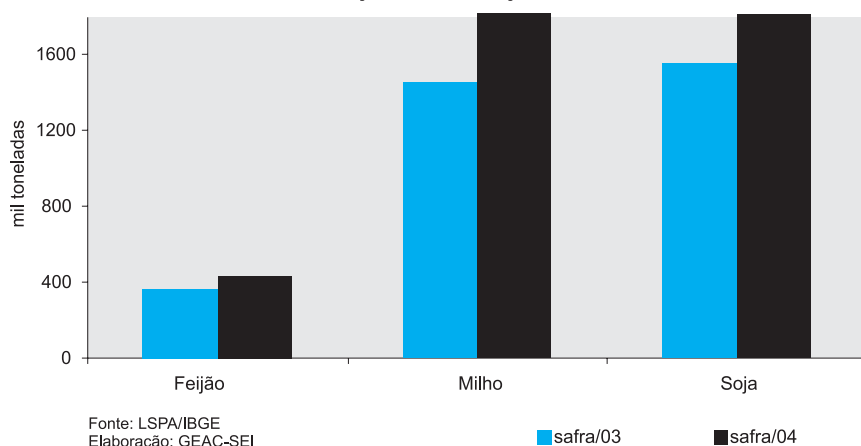


As estimativas do LSPA/IBGE para a safra 2004, realizadas em abril, confirmam a reversão da produção de mandioca. Comparando-se à safra 2003, tem-se a elevação da produção em 8,7%. A falta da raiz no mercado, durante parte de 2003, continuou refletindo positivamente nos preços e, dessa forma, em novos plantios. Para a cana-de-açúcar, reduzem-se as estimativas da produção em 5,4%. Espera-se que a nova demanda de álcool combustível, em virtude do aumento da produção de automóveis bi-combustível, estimule os produtores da gramínea.

**Estimativa da produção agrícola
Mandioca e Cana-de-Açúcar - Bahia**



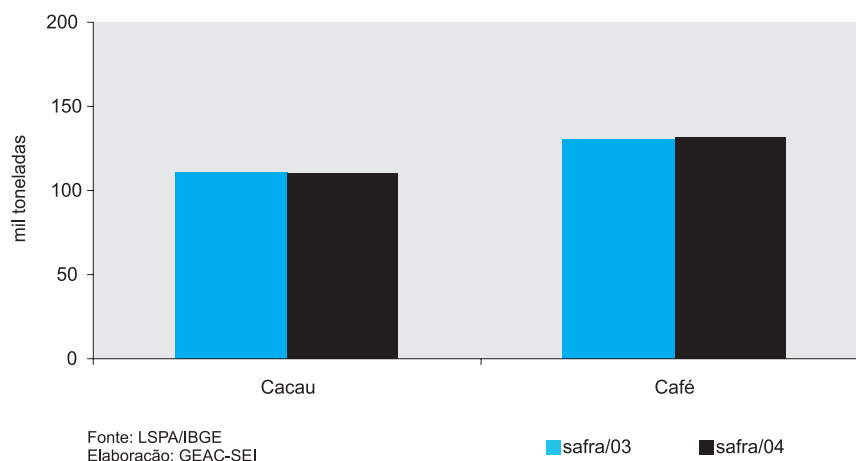
**Estimativa da produção agrícola
Feijão, milho e soja - Bahia**



Para o feijão estima-se aumento da produção (18,72%) em relação à safra 2003. Destaque para o rendimento da lavoura (19,29%). Para o milho, as estimativas são de aumento de 43,16% da produção em 2004, comparando-se a 2003. A lavoura de soja apresenta aumento igualmente expressivo (42,51%). Note-se que os resultados reforçam a capacidade produtora de grãos do Estado, especialmente na região oeste e com foco nos mercados internacionais.

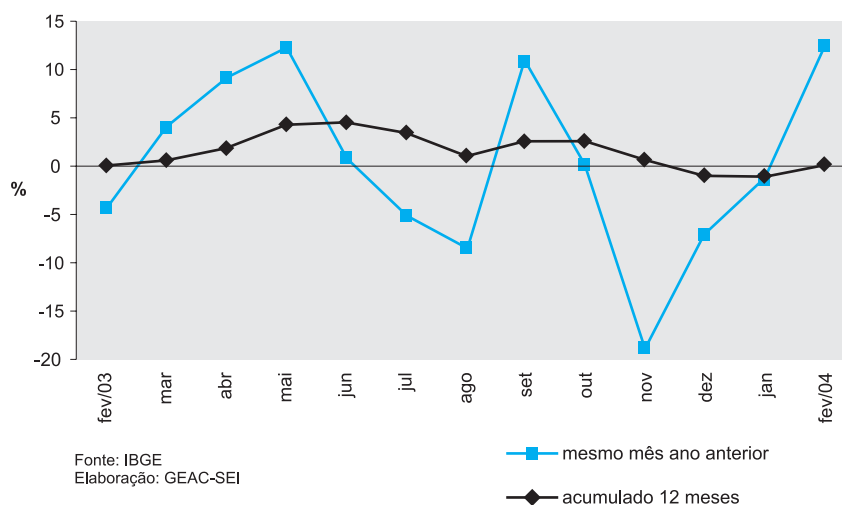
Para a lavoura cacaueteira, as estimativas do LSPA em abril 2004 apresentaram produção e rendimento praticamente estáveis (redução de 0,17% e aumento de 0,9% respectivamente) e redução da área plantada (15,65%). Para o café, as estimativas são de manutenção da produção em aproximadamente 132 mil toneladas. Os números indicam boa produtividade dos cafeicultores baianos, revelada no aumento do rendimento (5,84%) em contraposição ao decréscimo das áreas plantadas (5,36%) e colhidas (4,01%).

**Estimativa da produção agrícola
Cacau e café - Bahia**

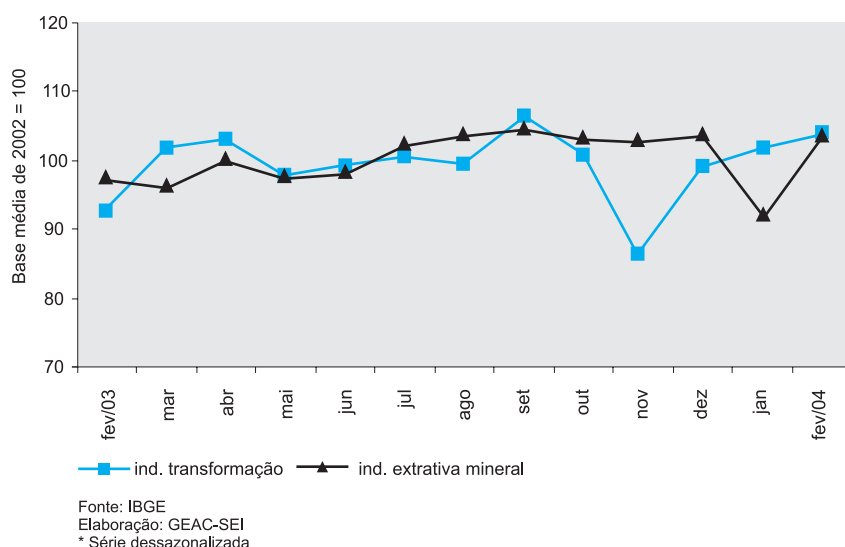


Em fevereiro, a indústria de transformação baiana apresentou desempenho positivo (12,4%) na comparação com o mesmo mês de 2003. No acumulado dos doze meses, a indústria apresenta estabilidade, com índice de 0,1%. Ressalta-se que, nesse mês, a pesquisa foi realizada com uma nova metodologia e com a base fixa mudando de 1991 para o ano de 2002.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



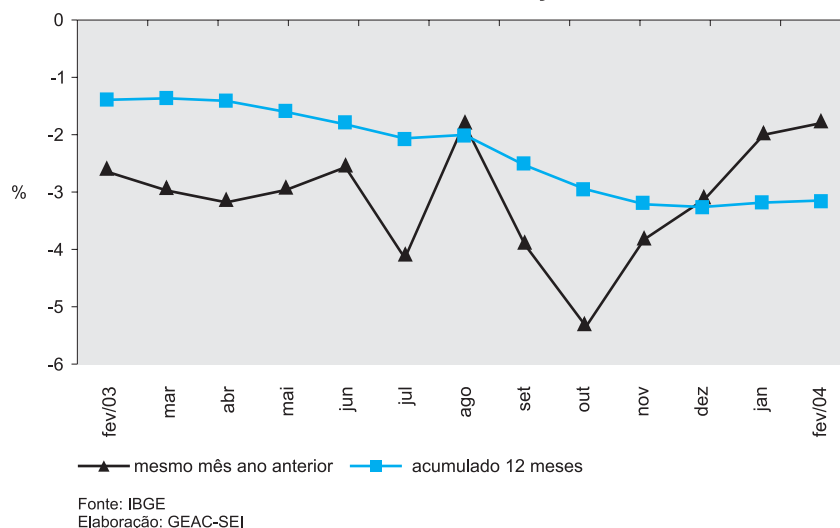
Índice de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral* - Bahia



Na série livre de influências sazonais, a indústria de transformação apresentou resultado positivo (2,0%) na comparação com o mês de janeiro de 2004, caracterizando tendência de crescimento iniciada em novembro de 2003, a partir da nova metodologia do IBGE. O setor extrativo mineral apresentou crescimento de 12,5% na comparação com o mês de janeiro 2004, retornando, assim, aos níveis do ano de 2003.

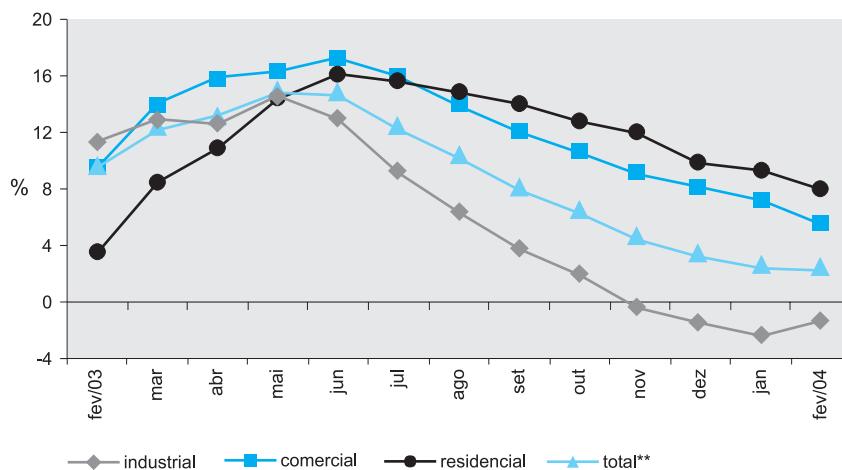
O nível de emprego na indústria baiana de transformação continua apresentando desempenho negativo. Em fevereiro, houve queda de 1,78% na comparação com o mesmo mês de 2003. Apesar da queda, o índice apresenta-se em recuperação, iniciada no mês de novembro de 2003. No acumulado dos 12 meses também se verifica a manutenção das taxas negativas, que fecharam o mês em 3,14%.

Taxa de variação do pessoal ocupado da indústria de transformação - Bahia



O consumo de energia no estado da Bahia continua mantendo sua trajetória de queda no índice mensal. Em fevereiro, o índice fechou em 2,43% na comparação com o mesmo mês do ano passado, porém, em relação ao mês de janeiro, houve queda de 0,14 ponto percentual. A queda no consumo está sendo influenciada, sobretudo, pela redução no consumo industrial que, pelo quarto mês consecutivo, apresentou queda (-1,25%). Além disso, o consumo residencial também está em queda desde o mês de julho de 2003.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



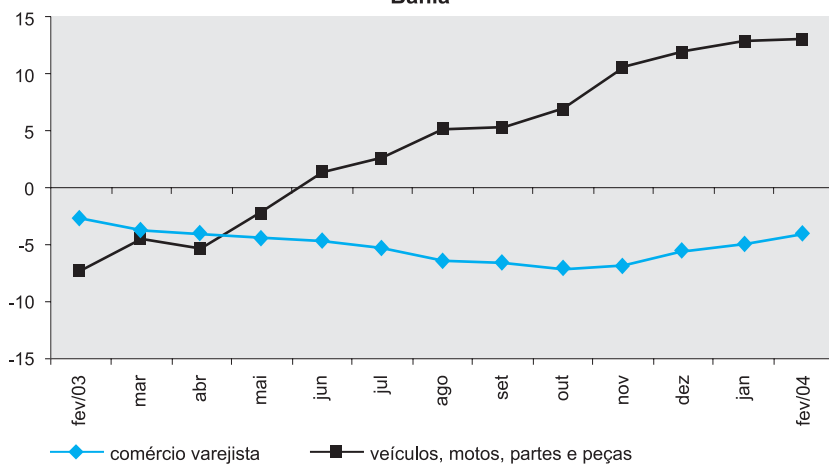
Fonte: COELBA/CO/CTM

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

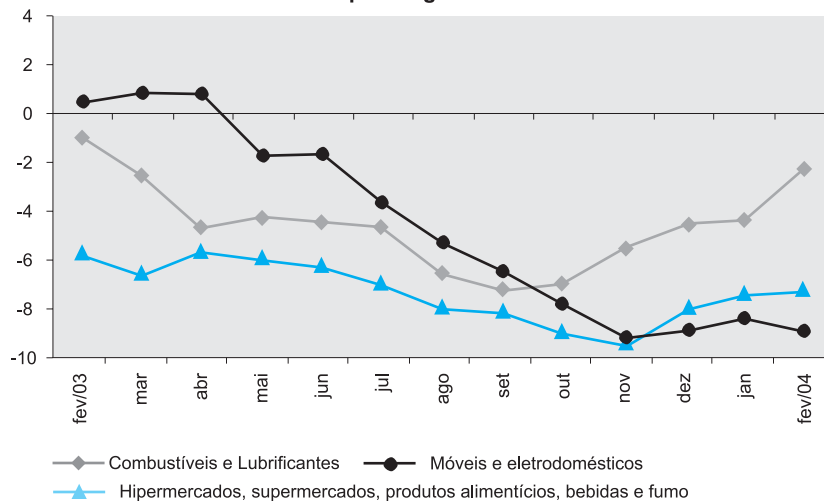
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa do Comércio (IBGE), em fevereiro, o volume de vendas do comércio varejista registrou desempenho positivo de 0,8%, comparado com fevereiro de 2003. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa em 4,1%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 16,5% em relação ao mês de fevereiro de 2003, acumulando variação positiva de 13,0% nos últimos 12 meses.

O segmento de móveis e eletrodomésticos foi o único setor, no mês de fevereiro de 2004, a apresentar desempenho positivo de 29,6% para a acumulado do ano. Esse segmento acumula incremento de 3,6% nos últimos meses, comparado ao mês de fevereiro de 2003. Todos os demais segmentos do varejo acumulam queda no período.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia

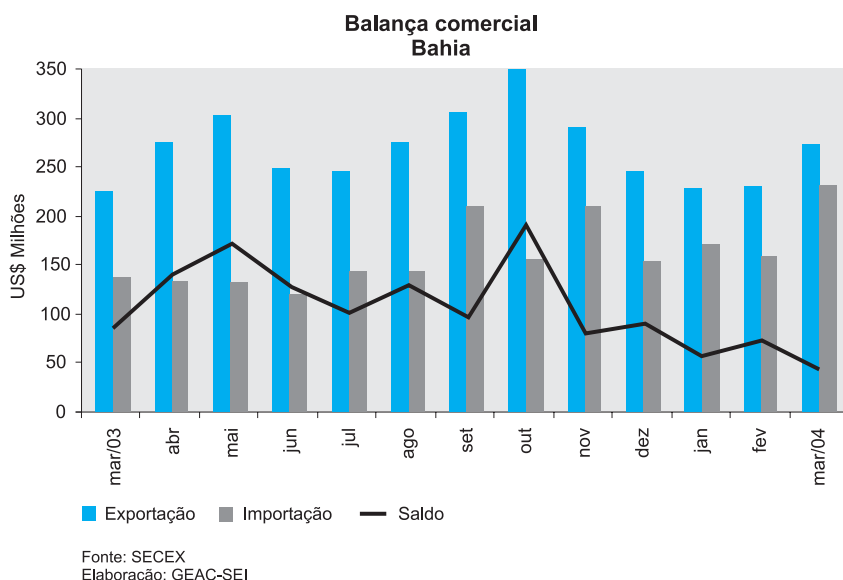
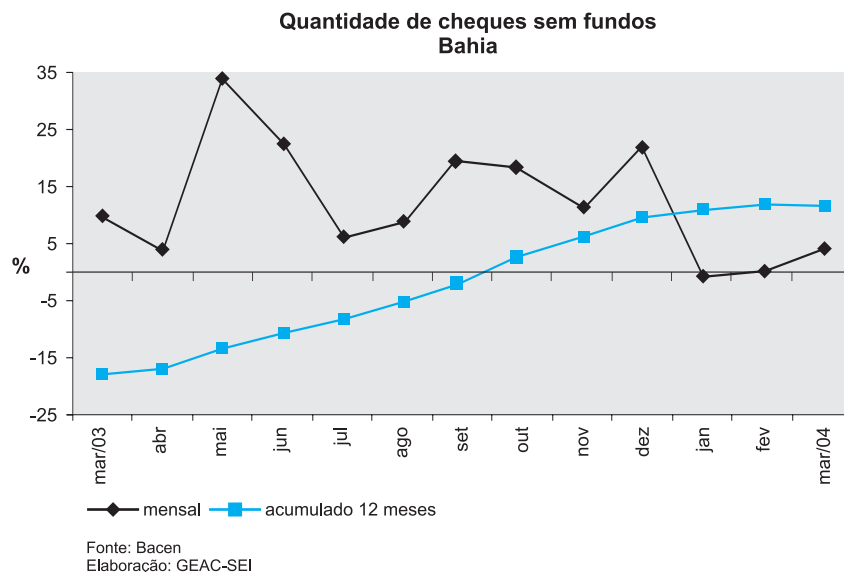


Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

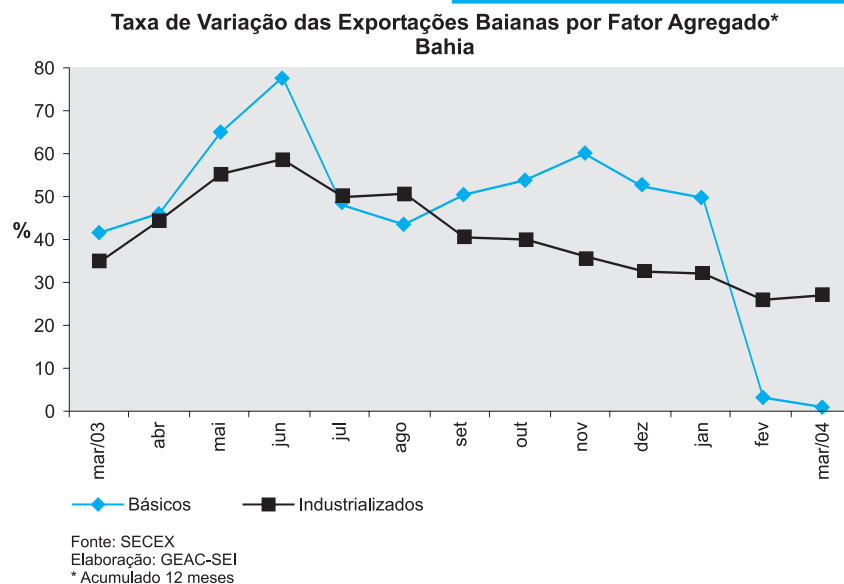
* Acumulado nos últimos 12 meses

O número de cheques sem fundos emitidos na Bahia apresentou, em março, alta de 4,5%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, índice acima do verificado nos dois primeiros meses do ano. Apesar do crescimento verificado no mês de março, no acumulado dos 12 meses houve uma ligeira queda, se comparado com o resultado apresentado em fevereiro.



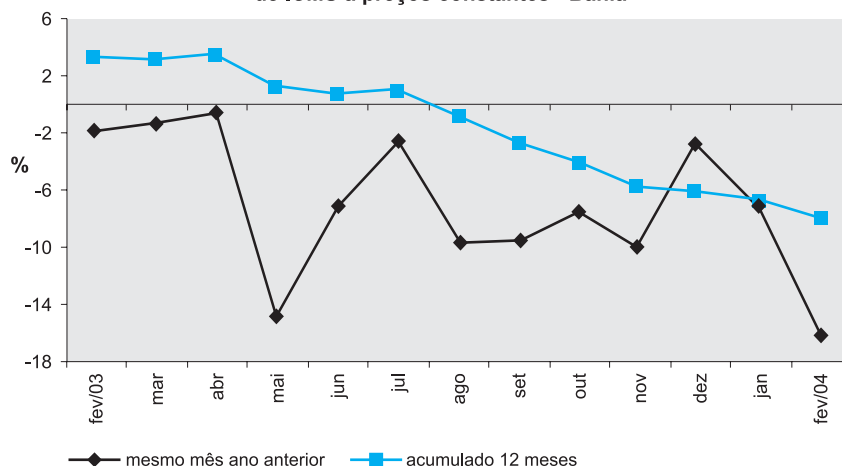
O comércio exterior da Bahia registrou um saldo superavitário em março de 2004, alcançando US\$ 43,4 milhões, em decorrência de exportações no valor de US\$ 272,8 milhões e importações de US\$ 229,4 milhões. As exportações registraram uma alta de 22,0% em relação a março/2003, ao passo que, as importações, tiveram um desempenho surpreendente: uma alta de 64,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O desempenho expressivo das importações foi devido ao acréscimo das compras de produtos básicos (201,1%) e industrializados (34,1%).

Quanto às exportações por fator agregado, no resultado dos últimos doze meses, registraram um acréscimo pequeno de 0,6% nos produtos básicos, enquanto que os produtos industrializados registraram crescimento expressivo de 27%. Os produtos básicos têm apresentado tendência de queda no crescimento das exportações. No acumulado do ano de 2004, a queda já alcança 56,2% em relação à jan-mar/2003.



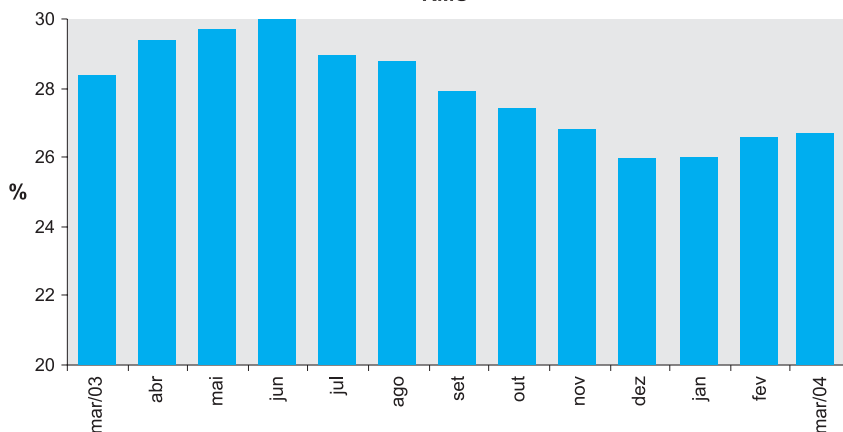
A arrecadação de ICMS, no estado da Bahia, apresentou, em fevereiro de 2004, queda de 16,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado, com um volume, em termos reais, de R\$ 438.218,00. No acumulado dos 12 meses, o índice apresenta queda de 7,8%, determinando tendência de queda. Em termos reais, o acumulado dos 12 meses apresenta um valor de R\$ 5.649.188,00.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP
Elaboração: GEAC-SEI
Nota: Deflator IGP-DI

Taxa de desemprego total RMS

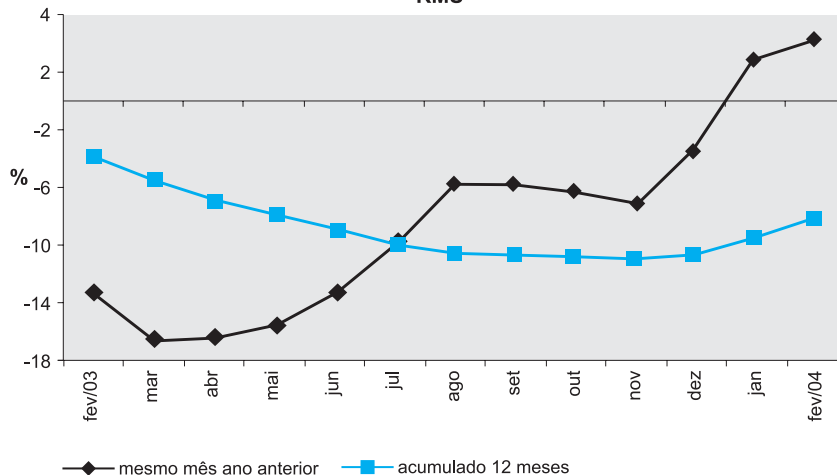


Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI

A taxa de desemprego total, na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 26,7%, em março/04, revelando estabilidade em relação a fevereiro do mesmo ano. O que pode ser explicado, em grande parte, pelo decréscimo do nível de pressão no mercado de trabalho verificado por uma redução de 0,4% da taxa de participação, como, também, pela estabilidade na taxa de desalento (pessoas que desistiram de procurar emprego), que ficou em 3,8%.

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pela PED, referente ao mês de fevereiro/04, apresentou crescimento de 4,36% em relação a fevereiro/03. Muito provavelmente devido ao crescimento na ocupação do segmento Outros Setores (construção civil, serviços domésticos etc.), que alcançou 3,1%, e no setor industrial (1,1%). Entretanto, no acumulado dos últimos 12 meses, a curva manteve a tendência de queda, registrando taxa negativa de 8,04% até fevereiro/04.

Taxa de variação do rendimento médio real* RMS



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI
*Ocupados no trabalho principal

Uma Avaliação do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador em 2003

LUIZ CHATEAUBRIAND DOS SANTOS*
WILSON MENEZES**
THAIZ BRAGA***

Em 2003, as informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador - PED-RMS, apontam no sentido de uma elevação da taxa de desemprego média anual. Essa taxa alcançou 28,0% da População Economicamente Ativa - PEA, quando, em 2002, foi de 27,3%. O contingente de pessoas em busca de uma ocupação foi estimado em 468 mil.

Em termos relativos, o acréscimo da taxa de desemprego, 2,6%, decorreu de uma elevação da PEA de 3,7%, superior àquela da ocupação, 2,7%.

O contingente em desemprego elevou-se em 28 mil pessoas. Embora fossem criados 32 mil novos postos de trabalho, esse desempenho foi insuficiente para absorver as 60 mil pessoas que ingressaram na força de trabalho.

Entre 2002 e 2003, houve aumento generalizado no nível ocupacional da RMS: a indústria com 7,6%; os serviços, 2,7%; o agregado de outros setores, que inclui a construção civil, os serviços domésticos e demais atividades, 2,0%; e o comércio, 0,8%.

Em valores absolutos, o setor de serviços continua respondendo pelo maior número de ocupados, com 730 mil postos de trabalho, 60,7% do total. Em seguida aparece o comércio, com 192 mil postos de trabalho e um peso relativo de 16,0%, e o agregado de outros setores (construção civil, serviços domésticos, e demais atividades), com 174 mil postos de trabalho, 14,4% da ocupação total da RMS. A indústria é responsável por 106 mil postos de trabalho e possui um peso relativo de apenas 8,9% da ocupação total.

Com respeito ao rendimento real médio no trabalho principal dos ocupados, em 2003 houve redução de 10,4%, a maior desde 1997, estimando-se seu valor em R\$ 623 contra os R\$ 695 de 2002. Em relação a 1997, esse rendimento ficou 20,0% menor.

Com um valor calculado em R\$ 708, em 2003, o rendimento médio real dos assalariados também apresentou queda em relação a 2002, quando equivalia a R\$ 772. Relativamente a 1997, esses trabalhadores sofreram uma redução de 19,7% em seu rendimento real médio.

Os assalariados do setor privado experimentaram perdas mais elevadas que os assalariados do setor público: 8,2% contra 6,6%. Dentre os assalariados do setor privado, as maiores perdas foram para aqueles com registro em carteira, 9,7%, seguindo-se os subcontratados. 5,0%. e os

Tabela 1
Estimativas Anuais Médias da População em Idade Ativa e da População Economicamente Ativa, segundo Condição de Atividade 1997-2003

Condição de Atividade	Estimativas (Em 1.000 Pessoas)			Variações		
	1997	2002	2003	Absoluta 2003/2002	Relativas	
					2003/2002	2003/1997
População em Idade Ativa	2.260	2.589	2.660	71	2,7	17,7
População Economicamente Ativa	1.354	1.611	1.671	60	3,7	23,4
Ocupados	1.061	1.171	1.203	32	2,7	13,4
Desempregados	292	440	468	28	6,4	60,3
em Desemprego Aberto	168	263	284	21	8,2	69,2
em Desemprego Oculto	125	177	184	7	3,7	47,6
Inativos	906	978	989	11	1,1	9,2

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

*Economista, mestre em Sociologia pela UFBA e técnico da SEI.

**Doutor em economia pela Université de Paris I, mestre em Economia pelo CME- UFBA e professor do curso de Mestrado em Economia da UFBA.

***Mestre em Economia pela UNICAMP e técnica do DIEESE.

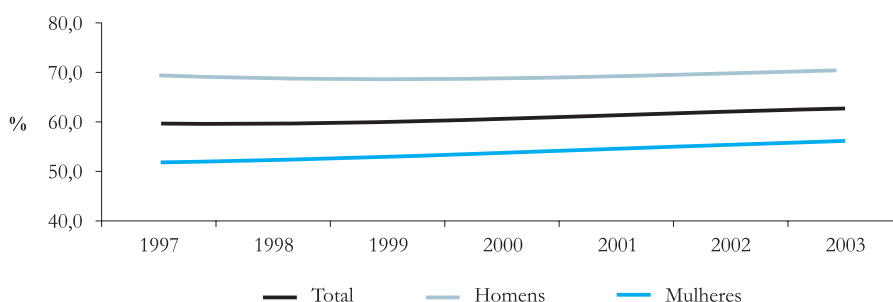


sem carteira de trabalho, 1,1%. Mas as categorias que enfrentaram as mais elevadas reduções de seus rendimentos foram os autônomos (14,8%) e os empregadores (13,2%). Os trabalhadores domésticos tiveram seus rendimentos reduzidos em 2,9%.

Em termos absolutos, os empregadores, com um rendimento médio de R\$ 1.872, continuam liderando os ganhos médios na RMS. Seguem-se os assalariados do setor público, com R\$ 1.105, e os assalariados do setor privado com carteira de trabalho, R\$ 663. Com os menores rendimentos aparecem os trabalhadores domésticos, R\$ 198, os assalariados sem carteira, R\$ 371, e os trabalhadores autônomos, R\$ 398. Em relação a 1997, excetuando os empregados domésticos e os assalariados subcontratados, todos passaram a receber menos.

trabalho; em seguida aparecem os cônjuges, 0,7%, e os outros membros do domicílio, 0,3%. Os chefes de domicílio apontam uma leve redução da taxa de participação, 0,5%. Em relação a 1997, destacam-se os seguintes movimentos: o grande crescimento da taxa dos filhos (13,2%) e o decréscimo da taxa dos outros membros do domicílio (2,8%) e dos chefes (1,8%).

Gráfico 1
Taxas de Participação, segundo o Sexo
Região Metropolitana de Salvador
1997-2003



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Entre 2002 e 2003, a População Economicamente Ativa, PEA, calculada em 1,671 milhão de pessoas, mostrou um crescimento de 3,7% com o ingresso de 60 mil pessoas a mais na força de trabalho.

A taxa de participação, que mede a pressão da oferta de trabalho sobre o mercado, sofreu um aumento de 1,0%, ao passar de 62,2% para 62,8%, entre 2002 e 2003. Esse aumento mostrou-se diferenciado entre homens, 0,7%, e mulheres, 1,4%. Em relação a 1997, a taxa de participação feminina aumentou 8,5%, contra um crescimento de apenas 1,4% da taxa dos homens.

Quanto à posição no domicílio, os filhos, com uma elevação de 2,8% na taxa de participação, exerceram maior pressão sobre o mercado regional de

Tabela 2
Taxas de Participação Anuais Médias, segundo Faixa Etária
Região Metropolitana de Salvador
1997-2003

Atributos Pessoais	Taxas de Participação			Variações Relativas	
	1997	2002	2003	2003/2002	2003/1997
Total	59,9	62,2	62,8	1,0	4,8
Sexo					
Homens	69,3	69,8	70,3	0,7	1,4
Mulheres	51,9	55,5	56,3	1,4	8,5
Posição no Domicílio					
Chefe	75,9	74,9	74,5	-0,5	-1,8
Demais	53,0	56,1	57,0	1,6	7,5
Cônjuge	56,8	59,8	60,2	0,7	6,0
Filho	48,4	53,3	54,8	2,8	13,2
Outros	60,1	58,2	58,4	0,3	-2,8
Faixa Etária					
De 10 a 14 Anos	10,3	5,8	5,0	-13,8	-51,5
De 15 a 17 Anos	39,1	29,6	31,8	7,4	-18,7
De 18 a 24 Anos	74,1	75,1	75,4	0,4	1,8
De 25 a 39 Anos	83,5	85,5	85,4	-0,1	2,3
De 40 a 59 Anos	71,6	72,8	72,7	-0,1	1,5
De 60 Anos e Mais	19,2	18,6	19,1	2,7	-0,5
Nível de Instrução					
Analfabeto	43,9	35,4	37,1	4,8	-15,5
Ensino Fundamental Incompleto	50,5	49,1	49,2	0,2	-2,6
Ensino Fund. Compl. e Ens. Médio Inc.	64,2	65,3	65,2	-0,2	1,6
Ensino Médio Compl. e Ens. Sup. Inc.	77,7	78,5	78,5	0,0	1,0
Superior Completo	84,2	83,9	83,1	-1,0	-1,3

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Entre 2002 e 2003, em termos de faixas etárias, observa-se elevações nas taxas de participação dos adolescentes com 15 a 17 anos, 7,4%, e dos idosos com idade de 60 anos e mais, 2,7%; já as crianças de 10 a 14 anos reduziram em 13,8% sua taxa de participação. As demais faixas etárias mantiveram relativamente constantes suas respectivas taxas.

Em relação a 1997, pode-se destacar a expressiva diminuição da inserção econômica das crianças de 10 a 14 anos, 51,5%, e dos adolescentes com 15 a 17 anos, 18,7%.

Segundo a escolaridade, a RMS apresentou, em 2003, relativamente a 2002, uma elevação da taxa de participação dos analfabetos de 4,8% e uma redução para as pessoas com nível de instrução superior completo de 1,0%. As demais faixas de instrução mantiveram-se relativamente estáveis.

Em relação a 1997, a taxa de participação de analfabetos na RMS diminuiu 15,5%. Também reduziram as respectivas taxas de participação das pessoas com ensino fundamental incompleto, 2,6%, e com nível superior completo, 1,3%. Por outro lado, houve aumento relativo para as pessoas com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, 1,6%, e para as pessoas com ensino médio completo ou ensino superior incompleto, de 1,0%.

DESEMPENHO DO NÍVEL OCUPACIONAL

O nível da ocupação na RMS cresceu 2,7% em 2003, em relação a 2002, em função do acréscimo de 32 mil novas ocupações.

Esse crescimento resultou de acentuado aumento do número de postos de trabalho no setor serviços, 19 mil, seguido pela indústria, 7 mil, agregado de outros setores, 3 mil, e comércio, 2 mil. O número de postos de trabalho apresentou, em termos relativos, um crescimento de 7,6% na indústria, 2,7% nos serviços, 2,0% no agregado de outros setores e 0,8% no comércio.

Tabela 3
Estimativa de Ocupados, segundo o Setor de Atividade Econômica
Região Metropolitana de Salvador
1997-2003

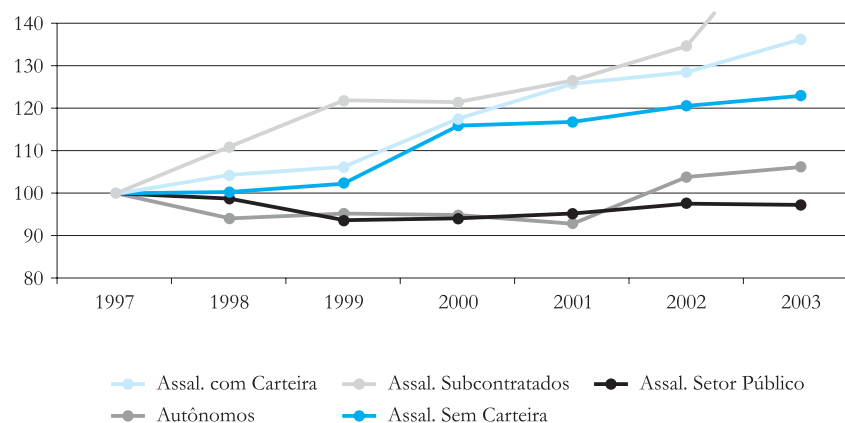
Setores	Estimativas (Em 1.000 Pessoas)			Variações		
	1997	2002	2003	Absoluta 2003/2002	Relativas	
					2003/2002	2003/1997
Total	1.061	1.171	1.203	32	2,7	13,4
Indústria	89	98	106	7	7,6	18,8
Comércio	190	191	192	2	0,8	1,3
Serviços	615	711	730	19	2,7	15,5
Outros (1)	167	171	174	3	2,0	16,3

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inclui Construção Civil, Serviços Domésticos etc.

Os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS, referentes à posição na ocupação em 2003, mostram que o maior crescimento relativo ocorreu entre os trabalhadores assalariados do setor privado subcontratados, cujo número cresceu 23,3% em relação ao ano anterior. O número de trabalhadores assalariados do setor privado com carteira assinada cresceu em 6,4%, enquanto o do setor público ficou relativamente estabilizado em -0,2%. Por sua vez, o contingente de autônomos aumentou 2,3%.

Gráfico 2
Evolução do Nível de Ocupação, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
1997- 2003



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego PED, RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO

A taxa de desemprego total da RMS, em 2003, foi calculada em 28,0%. Esse resultado representa um crescimento de 2,6%, em relação a 2002, e de 29,6% quando comparado a 1997, cuja taxa foi de 21,6%.

O número de desempregados aumentou em 28 mil pessoas, passando de 440 mil, em 2002, para 468 mil



indivíduos em 2003. Em relação ao ano inicial da série, 1997, o incremento de desempregados foi de 176 mil.

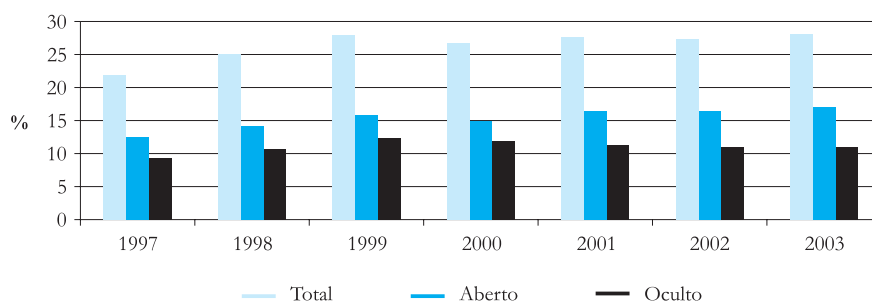
O crescimento da taxa de desemprego total resulta de movimentos distintos entre a taxa do desemprego aberto e a do desemprego oculto. Enquanto a taxa de desemprego aberto cresceu 4,3%, entre 2002 e 2003, a do desemprego oculto ficou estabilizada. A análise do desemprego oculto mostra um decréscimo de 2,6% na taxa, pelo trabalho precário, e um crescimento de 6,3% na taxa de desemprego oculto pelo desalento.

As populações em desemprego aberto e oculto, em 2003, foram estimadas em 284 mil pessoas e 184 mil, respectivamente. O número de indivíduos no desemprego oculto, pelo trabalho precário, foi calculado em 127 mil, e aqueles, no desemprego oculto pelo desalento, em 57 mil.

A taxa de desemprego total segundo atributos pessoais cresceu para quase todos os grupos populacionais em 2003, em relação aos resultados de 2002. As exceções ficaram com as pessoas com 10 a 14 anos de idade (cuja taxa de desemprego total diminuiu de 43,5%, em 2002, para os atuais 40,1%); com a população não-alfabetizada (de 24,5% em 2002, para 21,0% em 2003); e com os de instrução fundamental incompleta, cuja taxa de desemprego permaneceu relativamente estável (32,0% e 32,1% respectivamente).

O crescimento da taxa de desemprego total de alguns grupos populacionais foi especialmente elevado. Destacaram-se, nesse aspecto, as pessoas com instrução superior completa, 8,7%; os segmentos formados pelos que tinham curso fundamental completo e ensino médio incompleto, 6,3%; e o grupo com ensino médio completo e superior incompleto, 5,9%, os chefes de domicílio, 5,5%, as pessoas com 15 a 17 anos de idade, 5,5%, e os homens, 4,8%.

Gráfico 3
Evolução da Taxa de Desemprego Total, por Tipo
Região Metropolitana de Salvador
1997-2003



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Em relação aos resultados referentes a 1997, observou-se aumento generalizado da taxa de desemprego total para os grupos populacionais investigados. O crescimento foi particularmente elevado para o grupo formado pelos que tinham o ensino médio completo e superior incompleto, 46,2%, os não-chefes de domicílio, 45,8%, e para os adolescentes com idade de 15 a 17 anos, 37,6%.

O tempo médio despendido pelos desempregados na busca de um trabalho foi de 61 semanas em 2003. Em 2002, o tempo de procura foi calculado em 59 semanas e, em 1997, em 36 semanas. Destaque-se, ainda, que a parcela de desempregados que procurou trabalho por mais de um ano passou de 30,0%, em 2002, para 31,5% em 2003, único grupo com aumento. Com relação a 1997, essa parcela representava 14,8%.

Tabela 4
Distribuição dos Desempregados Com Experiência Anterior, por
Tempo de Desemprego, segundo Atributos Pessoais
Região Metropolitana de Salvador
2002 - 2003

Atributos Pessoais	Em porcentagem			
	Tempo de Desemprego			
	2002		2003	
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 1 ano	Mais de 1 ano
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	52,2	42,0	52,2	44,2
Mulheres	47,8	58,0	47,8	55,8
Chefe	26,7	29,7	27,2	32,4
Cônjuge	14,3	28,1	15,0	27,0
Filho	45,2	32,1	43,8	31,5
Analfabeto	-	-	-	-
Fundamental Incompleto	40,9	38,7	37,7	37,7
Fundamental Completo ou Médio Incompleto	24,1	22,3	24,0	21,7
Médio Completo ou Superior Incompleto	30,8	32,6	33,5	34,6
Superior Completo	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(-) a amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Observaram-se mudanças na composição da população desempregada com mais de um ano de desemprego e com experiência anterior de trabalho, segundo suas características pessoais, entre 2002 e 2003. Entre essas, destacaram-se, como mais importantes: a) o crescimento da parcela de chefes de domicílio, de pessoas com o curso médio completo ou superior incompleto e de homens; e b) a diminuição da participação relativa dos demais grupos, especialmente os cônjuges, as mulheres e as pessoas com o nível fundamental incompleto.

Em relação a 1997, alterou a distribuição dos desempregados com experiência anterior de trabalho e mais de um ano de desemprego, segundo atributos pessoais, no sentido de um aumento da presença de pessoas com o ensino médio completo ou superior incompleto, com o fundamental completo ou o curso médio incompleto, chefes de domicílio e mulheres, paralelamente a uma redução na participação relativa de indivíduos com o curso fundamental incompleto, cônjuges, demais membros do domicílio e homens.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS MÉDIOS

Em 2003, o rendimento anual médio dos ocupados, da RMS, apresentou decréscimo de 10,4%, o maior registrado desde o início da pesquisa. Com essa retração, o rendimento médio passou a equivaler a R\$ 623 no ano em análise. Em relação a 1997, este valor é 20,0% menor.

O salário real médio apresentou comportamento semelhante. Os assalariados acumularam perdas nos seus rendimentos médios de 8,3%, passando de R\$ 772 para R\$ 708. Esse desempenho também foi negativo quando comparado com 1997, R\$ 882, o que corresponde a uma redução de 19,7%.

O resultado desfavorável, em 2003, deveu-se aos decréscimos generalizados do rendimento real médio nos diversos segmentos de ocupados:

- Entre os assalariados do setor privado, o maior decréscimo foi registrado para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada: 9,7%. O rendimento

médio dos empregados sem carteira assinada registrou pequena variação negativa do poder aquisitivo: 1,1%. Os assalariados do setor privado subcontratados tiveram seu salário reduzido em 5,0%. Em relação a 1997, o rendimento dos assalariados do setor privado com carteira assinada diminuiu 20,2%.

- O salário médio dos assalariados do setor público apresentou comportamento descendente, acumulando perda de 6,6% entre 2002 e 2003.
- A redução do rendimento médio foi ainda maior para os trabalhadores autônomos, 14,8%, e empregadores, 13,2%, cujos rendimentos médios passaram a R\$ 398 e R\$ 1.872, respectivamente. Em seis anos, esses rendimentos reduziram-se 22,4% e 21,9%, respectivamente.
- Entre 2002 e 2003, os empregados domésticos tiveram uma desvalorização do salário médio de 2,9%, interrompendo a trajetória de alta verificada nos três últimos anos. Destaca-se que o valor médio recebido pelos empregados domésticos, em 2003 (R\$ 198), encontra-se 4,8% acima do registrado em 1997.

Tabela 5
Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
1997-2003

Posição na Ocupação	Em reais de novembro de 2003				
	Anos			Variações	
	1997	2002	2003	2003/02	2003/97
Total de Ocupados	779	695	623	-10,4	-20,0
Assalariados (1)	882	772	708	-8,3	-19,7
Setor Privado	719	645	592	-8,2	-17,7
Subcontratados	514	541	514	-5,0	0,0
Com Carteira Assinada	831	734	663	-9,7	-20,2
Sem Carteira Assinada	383	375	371	-1,1	-3,1
Setor Público	1.277	1.183	1.105	-6,6	-13,5
Autônomos	513	467	398	-14,8	-22,4
Empregadores	2.396	2.156	1.872	-13,2	-21,9
Empregados Domésticos	189	204	198	-2,9	4,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da SEI.

Segundo os setores de atividade, o rendimento real médio apresentou o seguinte comportamento:

- Os ocupados na indústria passaram a receber, em média, R\$ 870 – valor 8,1% menor que o do ano passado. O desempenho negativo do rendimento médio dessas pessoas é resultado dos decréscimos nos rendimentos dos trabalhadores ocupados em todos os ramos do



setor. Destacam-se os expressivos declínios dos rendimentos médios para os ocupados nas indústrias de alimentação, 15,7%, e têxtil, 12,4%. Em relação a 1997, a perda acumulada no rendimento médio dos ocupados no setor de alimentação foi de 33,7%.

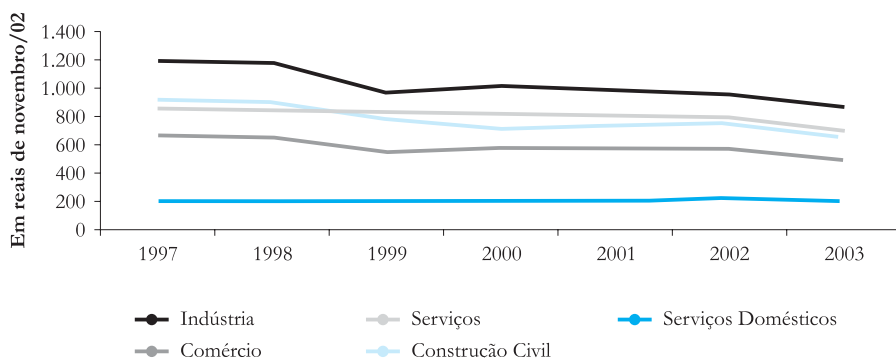
- Nos serviços, verificou-se redução nos rendimentos médios em quase todos os ramos de atividade, com exceção do ramo de oficinas de reparação mecânica, que registrou uma pequena variação positiva de 0,5%. As retrações mais intensas foram verificadas nos ramos de reformas e reparação de edificações, 18,9%; alimentação, 14,6%; creditícios e financeiros, 14,5%; serviços especializados, 13,4%; saúde, 12,3%; outros serviços, 11,3%; utilidade pública, 10,2%; e outros serviços de reparação e limpeza, 10,1%.
- Destacam-se, ainda, as retrações do rendimento médio nos outros setores, 22,2%; na construção civil, 14,3%; e no comércio, 12,5%. Na comparação com 1997, os ocupados na construção civil e no comércio acumularam perdas expressivas, de 29,9% e 27,6%, cujos rendimentos passaram a R\$ 634 e R\$ 490, respectivamente.

Em relação ao tempo de permanência no trabalho atual, foram registradas reduções salariais para todas as faixas analisadas. Destacam-se os empregados com mais de 6 meses até 1 ano de permanência no trabalho, com declínio de 12,9% no seu salário médio, e aqueles com mais de 1 ano até 2 anos, com queda do poder aquisitivo de 10,9%. Em relação a 1997, os assalariados com mais de 5 anos de tempo de serviço foram os mais afetados, com redução de 21,5% em seu rendimento médio, que passou de R\$ 1.389, em 1997, para R\$ 1.090 em 2003.

Considerando o tamanho da empresa conforme o número de empregados, percebeu-se queda generalizada, uma média de 8,2% entre os assalariados do setor privado, quando comparado com 2002. As maiores reduções dos rendimentos médios ocorreram entre os empregados das empresas com 50 a 99 empregados, 14,3%, e aqueles em empresas com 100 a 499 empregados 12,3%.

Em seis anos, o salário médio apresentou os seguintes percentuais de queda: 28,5%, para os empregados das empresas com 50 a 99 empregados, e 23,1%, para os empregados das empresas com 100 a 499 empregados.

Gráfico 4
Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo o Setor de Atividade
Região Metropolitana de Salvador
1997-2003



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego PED, RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da SEI.

Considerado o grupo ocupacional, verificou-se queda generalizada do rendimento médio real, sendo registradas retrações entre os ocupados em tarefas de direção, gerência e planejamento, 12,1%; tarefas de apoio, 8,2%; e de execução, 5,1%. Note-se que os ocupados em tarefas de direção, gerência e planejamento, com rendimentos de R\$ 1.917, em 2003, apresentaram diminuição de 18,5% nos seus ganhos médios nos últimos seis anos.

No que tange a distribuição da massa de rendimentos do trabalho principal, em 2003, a parcela da renda apropriada pelos 10% com menores rendimentos não se alterou, permanecendo em 0,9%. Ainda na comparação com o ano anterior, para os 50% de ocupados com menores rendimentos observou-se ligeira melhoria: 15,8% da apropriação da massa de rendimentos do trabalho em 2003, contra 15,3% em 2002. Em contraposição, o segmento dos 10% ocupados de renda mais elevada diminuiu sua parcela de renda apropriada de 44,2% para 43,3%. Em 1997 essa parcela era de 46,6%.

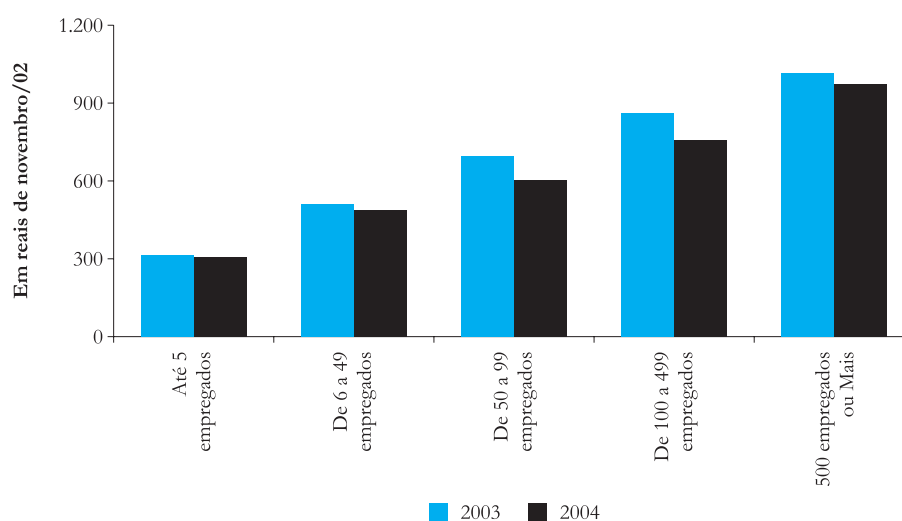
HORAS SEMANAIS TRABALHADAS

Em 2003, a jornada semanal média trabalhada pelos ocupados foi de 42 horas semanais, mantendo-se inalterada em relação a 2002. No mesmo período, o percentual de ocupados que trabalhou mais que a jornada

legal de trabalho diminuiu de 44,2% para 43,6%. Considerando os setores de atividade econômica, a queda da parcela dos ocupados, que realizava jornadas superiores à legal, ocorreu para os trabalhadores alocados no comércio, 57,7% em 2002 e 55,5% em 2003; e nos serviços domésticos, 62,6% e 58,6%, respectivamente.

Em contrapartida, os ocupados na indústria, de 45,9% para 46,9%, e na construção civil, de 51,8% para 52,9%, aumentaram essa proporção. Apenas a porcentagem de ocupados que realizavam jornadas superiores a 44 horas no setor de serviços não se alterou no período (36,6%).

Gráfico 5
Rendimento Real Médio dos Assalariados do Setor Privado,
segundo o Tamanho da Empresa
Região Metropolitana de Salvador
2002-2003



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Nota: Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês.
Inflator utilizado: IPC da SEI.



Perfil de Mulheres Responsáveis por Domicílios: uma aproximação para a Bahia com base no Censo 2000

INTRODUÇÃO

A diferenciação de papéis entre homens e mulheres na sociedade e no acesso ao mercado de trabalho tem sido analisada em diversos estudos. As diferenças ficam ainda mais claras quando tratamos dos domicílios e das famílias. A presença das mulheres nos domicílios tem sido historicamente descrita como relacionada às atividades de afazeres domésticos e cuidados com as crianças. Apesar da percepção de que as diferenças individuais entre homens e mulheres na sociedade e, mais especificamente, no mercado de trabalho, têm diminuído, é ainda tabu tratar dessas atividades pouco visíveis e, geralmente, subestimadas nos estudos clássicos do trabalho.

A estruturação do mercado de trabalho tende a preservar e fazer sobreviver um conjunto de estereótipos associados à atividade das mulheres (como a delicadeza, paciência, concentração, adaptação a atividades rotineiras, submissão, menor agressividade etc.) como padrões socialmente construídos que se expressam em representações simbólicas, relacionadas à tradicional divisão sexual de tarefas. Isso leva a distinções de conjuntos de ocupações que passam a ser consideradas como adequadas às mulheres, em função daqueles atributos e qualidades adquiridas pelas mesmas na realização de atividades da esfera reprodutiva (KERGOAT, 1989 apud BORGES, 2000, p.126).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é, muitas vezes, vista como uma estratégia de complementação da

renda domiciliar, composta em sua maior parte pelo rendimento do homem, “chefe” do domicílio. No entanto, existe forte correlação entre a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças de comportamento a respeito dos papéis socialmente preestabelecidos dos indivíduos no domicílio e na família.

Além de uma maior divisão de tarefas entre os moradores, principalmente entre os cônjuges, e do fortalecimento de movimentos organizados de mulheres pela defesa de iguais direitos na sociedade, o crescimento de um mercado de bens e serviços voltados para os afazeres domésticos foi de fundamental importância para as transformações nos últimos vinte anos. Desse mercado faz parte a oferta de trabalho doméstico remunerado, de serviços auxiliares nos domicílios, de avanços tecnológicos na produção industrial de utensílios domésticos e de alimentos.

Sabendo da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e dos efeitos dessa inserção e das diferenciações de gênero no bem estar das famílias e domicílios, este artigo tem como objetivo traçar um perfil dos domicílios sob a responsabilidade de mulheres. São analisadas algumas informações extraídas do Censo Populacional de 2000, no Brasil e nas Grandes Regiões, com foco na Região Nordeste e no Estado da Bahia. Foram selecionadas tabulações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na publicação *Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil 2000*. A investigação de domicílios sob a responsabilidade de mulheres traz aspectos da situação delas como indivíduos que enfrentam condições significativamente diferenciadas dos homens, na inserção no mercado de trabalho e no acesso a bens e serviços básicos, portanto, no acesso a condições de seu bem-estar e dos seus dependentes.

ATIVIDADE ECONÔMICA

Percebe-se inicialmente, na Tabela 1, o crescimento da Taxa de Atividade – proporção das pessoas economicamente ativas na população de 10 anos ou mais

*Economista, Gerente da Gerência de Estudos Sócios da SEI

**Economista, Bolsista FAPES



de idade – na comparação dos períodos analisados, devido, principalmente, ao incremento na atividade das mulheres. A taxa de atividade masculina manteve-se praticamente estável, com uma pequena queda – de 71,5%, em 1991, para 69,4%, em 2000; por sua vez, a taxa de atividade feminina cresceu de 32,9%, em 1991, para 44,1%, em 2000.

Esse primeiro item confirma os diversos estudos que indicam o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho na última década e na anterior. Apesar desse crescimento, a participação das mulheres na atividade econômica é muito inferior ao dos homens. A taxa de participação feminina, em 2000, era cerca de 25 pontos percentuais inferior à masculina.

Tabela 1
Indicadores comparados de pessoas de 10 anos ou mais
Brasil - 1991/2000

Indicadores selecionados (%)	1991			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Taxa de atividade	51,8	71,5	32,9	56,1	69,0	43,8
Pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade	49,0	68,3	30,5	47,6	60,8	35,2
Distribuição das:						
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	100,0	49,0	51,0	100,0	48,7	51,3
Economicamente ativas	100,0	67,6	32,4	100,0	59,9	40,1
Ocupadas	100,0	68,2	31,8	100,0	62,1	37,9
Desocupadas	100,0	55,6	44,4	100,0	47,5	52,5
Não economicamente ativas	100,0	29,0	71,0	100,0	34,3	65,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

A manutenção dessa distância entre as taxas de participação masculina e feminina pode ser justificada, teoricamente, de três formas. Em primeiro lugar, a existência de restrições sócio culturais e o estabelecimento de papéis historicamente diferenciados entre homens e mulheres nas famílias e domicílios. O papel de “mãe e dona de casa” é claramente distinto daquele do “pai e chefe de família” na sociedade mais tradicional.

Em segundo lugar, pode-se admitir a existência de discriminação pura e simples no mercado de trabalho. A discriminação pode ser definida como a observância de tratamento desigual a agentes de produção iguais, partindo do princípio de que homens e mulheres são substitutos perfeitos quando possuem características produtivas iguais. Esse tratamento desigual se traduz, geralmente, em diferenciais de rendimento – são contratados trabalhadores igualmente produtivos ou com formação e experiência equivalentes, por salários desiguais.

Em terceiro lugar, os demandantes de mão-de-obra

podem diferenciar homens e mulheres de acordo com a ocupação, ou seja, eles são fatores de produção diferenciados. A produtividade de homens e mulheres seria diferenciada a depender da sua relação de complementaridade com outros fatores de produção. Esse argumento pode ser considerado também uma forma de discriminação; no entanto, ele diz respeito mais especificamente à definição de algumas ocupações como “tipicamente” masculinas ou femininas. As ocupações “tipicamente” ou predominantemente femininas são, em geral, as do serviço doméstico e a confecção de vestuário e calçados e, as masculinas, as ocupações da construção civil e trabalhos braçais, por exemplo. Os fatores de produção, no sentido de instrumentos de trabalho, empregados nessas ocupações seriam mais “adequados” a um sexo específico.

Apesar dessas diferenças, é fato que as mulheres vêm ocupando mais espaço no mercado de trabalho. Além de sua taxa de atividade ter crescido na década no País, a proporção de mulheres ocupadas na população de 10 anos ou mais (em idade ativa) também cresceu, ao contrário do que aconteceu com a ocupação masculina (ver ainda a tabela 1). A proporção de mulheres na população de 10 anos ou mais se manteve na comparação dos dois períodos, mas a proporção de mulheres na população economicamente ativa cresceu. Elas eram 31,8% entre os ocupados, em 1991, e passaram a ser 37,9%, em 2000. Passaram, também, a pressionar com mais intensidade o mercado, procurando trabalho: eram 44,4% dos desocupados, em 1991, e passaram a 52,5%, em 2000. Por outro lado, dentro do grupo de pessoas não economicamente ativas, elas continuam majoritárias, mas com uma proporção menor.

O aumento expressivo da participação feminina ocorreu, no entanto, em um contexto marcado por profundas transformações no mercado de trabalho, que têm se traduzido em uma crescente flexibilização dos vínculos empregatícios e na ampliação dos contingentes de trabalhadores em atividades informais, bem como na elevação das taxas de desemprego no final da década de 90.

Desse modo, conforme sugere Borges (2000), ainda que os dados sinalizem para a ampliação das oportunidades



de trabalho para as mulheres e, em alguns aspectos, para a redução das desigualdades de gênero, nesse novo contexto tais conquistas se obscurecem, quando observamos a qualidade da maioria dos postos de trabalho disponíveis para as mulheres. Os indícios são de que as desigualdades se reduzem, não tanto pela melhoria das posições femininas no mercado de trabalho, mas, mormente, pelas perdas sofridas pelos homens, cujas melhores posições no mercado de trabalho vêm sendo duramente atingidas pelas transformações em curso.

MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS

As mudanças observadas no mercado de trabalho são paralelas a mudanças sócio culturais importantes. Além da redefinição de papéis entre homens e mulheres, instituições e comportamentos também vêm mudando: entre outras, a forma como a sociedade vê a manutenção do casamento e a possibilidade de mulheres morarem sozinhas, sem a presença do marido ou companheiro.

As mulheres, no final de século XX enfrentam o duplo desafio de “cuidar” e “prover” as suas famílias. Tudo isto no contexto de mudança do perfil de inserção da mulher em um mercado de trabalho nada favorável. No Brasil observa-se uma queda na taxa de atividade das mulheres mais jovens e uma forte expansão nas idades mais elevadas, situadas, em geral, em empregos precários, com menor segurança e baixa proteção social (LAVINAS, 1997; BRUSCHINI ; LOMBARDI, 1997 apud GOLDANI, 2002, p.35).

Um indicador dessas mudanças é o perfil de composição dos domicílios no Brasil. Em 1991, 81,9% dos domicílios estavam sob a responsabilidade de homens. Essa proporção caiu para 75,1%, em 2000. Vale ressaltar que muitas vezes a mulher é a responsável pelo sustento econômico do domicílio e tem de arcar sozinha com a sua manutenção, mas sua responsabilidade pode ser também a “administração” do domicílio, mesmo que seu rendimento seja inferior àquele do seu companheiro, quando presente, ou de seus filhos. A declaração de que uma mulher é a responsável pelo domicílio, mesmo que o seu rendimento não seja o principal, passou a ser mais comum com as mudanças comportamentais das mulheres e aquelas em relação a elas, pela sociedade.

A proporção de domicílios sob a responsabilidade de mulheres cresceu em todas as Grandes Regiões do País. No Norte, apesar da proporção ser uma das mais baixas,

Tabela 2
Percentual de domicílios por sexo do responsável, segundo as Unidades da Federação 1991/2000

Área Geográfica selecionada	Domicílios, por sexo do responsável (%)			
	1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	81,9	18,1	75,1	24,9
Norte	84,5	15,5	77,1	22,9
Nordeste	80,5	19,5	74,1	25,9
Maranhão	81,7	18,3	76,2	23,8
Piauí	81,4	18,6	76,9	23,1
Ceará	82,0	18,0	75,5	24,5
Rio Grande do Norte	82,5	17,5	76,5	23,5
Paraíba	80,4	19,6	74,7	25,3
Pernambuco	78,8	21,2	71,7	28,3
Alagoas	81,2	18,8	75,0	25,0
Sergipe	78,2	21,8	72,1	27,9
Bahia	80,0	20,0	72,9	27,1
Sudeste	81,4	18,6	74,4	25,6
Sul	84,0	16,0	77,4	22,6
Centro-Oeste	83,0	17,0	75,8	24,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

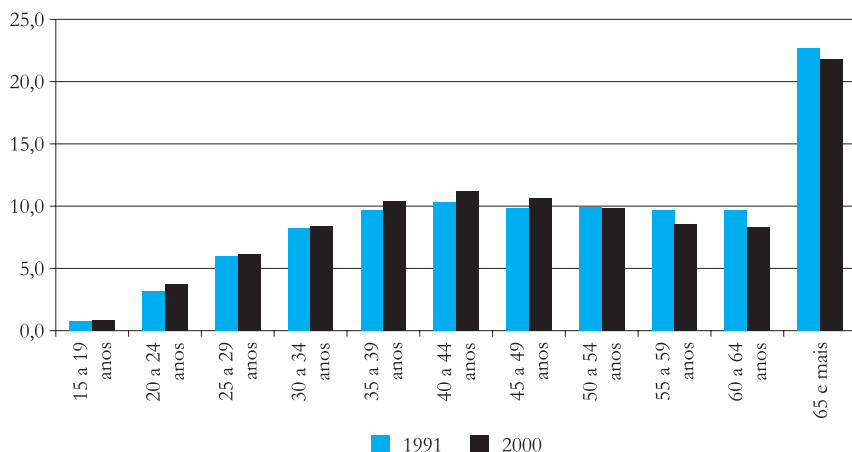
o crescimento em relação a 1991 foi o mais expressivo. No Nordeste, os estados de Sergipe e Bahia possuem as maiores proporções de domicílios sob responsabilidade de mulheres, sendo que a Bahia teve um incremento maior de 1991 para 2000 (de 20% para 27%), o que correspondia à cerca de 500 mil domicílios, em 1991, e passou a corresponder a cerca de 859 mil, em 2000.

É interessante verificar que as mulheres responsáveis pelos domicílios particulares estão, predominantemente, na faixa etária de 65 anos ou mais, ou seja, não necessariamente nas faixas etárias consideradas mais economicamente ativas. No Brasil, 21,8% das mulheres responsáveis por domicílios tinham 65 anos ou mais em 2000; esse percentual era de 23,8% na região Nordeste e, 23,4%, na Bahia. Essa concentração está relacionada com o perfil demográfico da população – as mulheres vivem mais que os homens, os homens mais jovens possuem as mais elevadas taxas de mortalidade e, também, é influenciada pelas questões sócio culturais já citadas. Mas essa proporção caiu na década.

Na comparação de 1991 com 2000, a proporção das faixas consideradas mais economicamente ativas cresceu, confirmando a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, nas faixas de 25 a 49 anos de idade (ver Gráficos 1 e 2).

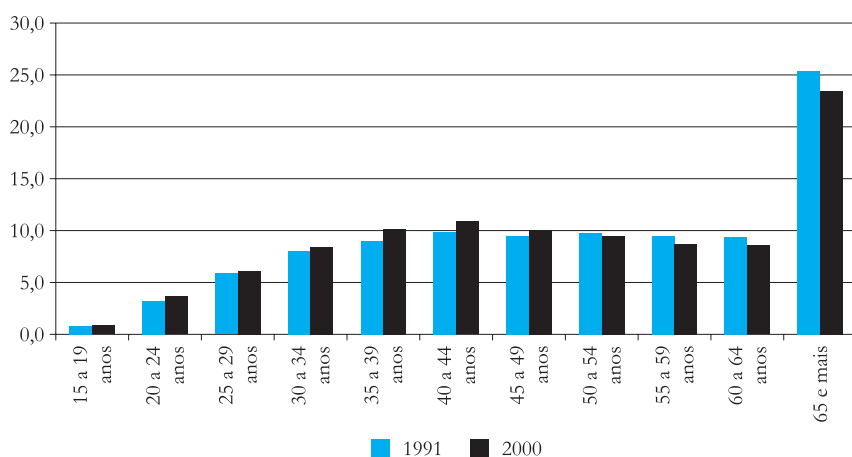
A média de anos de estudo das pessoas responsáveis por domicílios cresceu na comparação dos períodos

Gráfico 1
Mulheres de 15 anos ou mais de idade
responsáveis por domicílios por grupos de idade
Brasil - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991

Gráfico 2
Mulheres de 15 anos ou mais de idade
responsáveis por domicílios por grupos de idade
Bahia - 1991/2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991

censitários. No Brasil, passou de 4,8 anos para 5,7 anos; tanto no Nordeste como um todo, como no Estado da Bahia, a média de anos de estudos dos responsáveis por domicílios cresceu de 3,1 anos para 4,1 anos, ficando ainda abaixo da média nacional e das demais Grandes Regiões.

Nos últimos anos, apesar do rendimento nominal mensal médio das mulheres responsáveis pelos domicílios ter sofrido incrementos significativos, ainda permanece inferior aos auferidos pelos responsáveis homens. Dessa forma, é recorrente o uso da expressão “feminização da

pobreza” para justificar a pauperização dos domicílios cujo responsável é uma mulher.

Entretanto, cabe ressaltar que, conforme propõe Borges (2000), se encontra em curso uma feminização do mundo do trabalho. Não necessariamente pela ampliação dos contingentes de mulheres que o integram, mas, principalmente, no sentido em que o capitalismo vem generalizando – para homens e mulheres – um padrão que foi atribuído a elas, como mais tipicamente “feminino” de incorporação ao mercado de trabalho: empregos ou ocupações de baixa qualidade (inexistência de proteção social, baixa remuneração, jornada parcial, escassas possibilidades de carreira, baixo nível de organização política). Nesse novo mundo do trabalho, ainda que as desigualdades possam parecer menores, as mulheres ainda se mantêm em uma posição desvantajosa, como atestam as elevadíssimas taxas de desemprego feminino (além dos rendimentos inferiores).

A precariedade e a vulnerabilidade presentes nesses domicílios se explica com o fato das mulheres serem, freqüentemente, as únicas responsáveis pela realização das tarefas domésticas (alimentação, higiene etc.), pelos cuidados com os filhos e, paralelamente, pelas

atividades econômicas. Neste último aspecto (que é fundamental), sabe-se que a participação das mulheres no mercado de trabalho é predominante no setor de serviços, especialmente nos serviços pessoais, onde se concentra a força de trabalho feminina não-qualificada (BORGES, 1997).

Pelos dados referentes aos dois Censos, observa-se um crescimento de cerca de 62% para os rendimentos médios nominais para o total do Brasil, saltando de R\$ 365,00 para R\$ 591,00, e cerca de 78% para o rendimento mediano (de R\$ 155,00 para R\$ 276,00). Apesar disso, vêm se verificando perdas crescentes para o trabalhador



Tabela 3
Pessoas responsáveis pelos domicílios, por média de anos de estudo e sexo
1991/2000

Área Geográfica selecionada	Pessoas responsáveis pelos domicílios, por média de anos de estudo					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	4,8	5,7	4,9	5,7	4,4	5,6
Norte	3,9	4,9	3,9	4,8	4,2	5,5
Nordeste	3,1	4,1	3,2	4,0	3,1	4,4
Maranhão	2,6	3,6	2,6	3,5	2,7	4,0
Piauí	2,6	3,5	2,6	3,4	2,7	3,8
Ceará	3,1	4,0	3,0	3,9	3,3	4,5
Rio Grande do Norte	3,4	4,5	3,4	4,4	3,5	4,7
Paraíba	3,0	3,9	3,0	3,8	3,0	4,1
Pernambuco	3,7	4,6	3,8	4,6	3,5	4,7
Alagoas	2,9	3,8	2,9	3,7	2,8	3,9
Sergipe	3,4	4,3	3,5	4,3	3,0	4,3
Bahia	3,1	4,1	3,2	4,0	3,0	4,4
Sudeste	5,6	6,5	5,8	6,6	4,9	6,1
Sul	5,2	6,2	5,3	6,3	4,8	6,0
Centro-Oeste	5,1	6,0	5,1	6,0	4,9	6,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

Tabela 4
Rendimento nominal mensal das mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios
1991/2002

Área Geográfica selecionada	Rendimento nominal mensal (R\$)			
	Médio		Mediano	
	1991(1)	2000	1991(1)	2000
Brasil	365,00	591,00	155,00	276,00
Norte	318,00	465,00	168,00	200,00
Nordeste	212,00	376,00	84,00	151,00
Maranhão	151,00	287,00	77,00	151,00
Piauí	173,00	318,00	77,00	151,00
Ceará	218,00	397,00	84,00	151,00
Rio Grande do Norte	234,00	426,00	85,00	151,00
Paraíba	183,00	362,00	77,00	151,00
Pernambuco	248,00	417,00	97,00	151,00
Alagoas	209,00	385,00	84,00	151,00
Sergipe	213,00	377,00	84,00	151,00
Bahia	218,00	374,00	84,00	151,00
Sudeste	457,00	712,00	194,00	320,00
Sul	355,00	601,00	168,00	300,00
Centro-Oeste	427,00	658,00	177,00	280,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

(1) Valores deflacionados pelo INPC com base em julho de 2000.

Considerando-se ainda a tabela 4, para o ano 2000, o rendimento mediano das mulheres responsáveis por domicílios era de um salário mínimo (R\$ 151,00) para todos os estados nordestinos. Enquanto os rendimentos médios representavam 3 salários mínimos nas regiões Norte, Nordeste e Sul e, 4 salários mínimos, para as demais regiões e para o total do Brasil. Naquele ano, o comprometimento do salário mínimo com a cesta básica alcançou cerca de 70% em média para todas as capitais nordestinas. Ou seja, uma parcela significativa da renda dessas famílias foi destinada à subsistência, não se podendo vislumbrar, nesse horizonte, a destinação de recursos para outras áreas de grande importância, a exemplo de saúde, educação, moradia adequada e, por que não dizer, lazer.

A Tabela 5 demonstra que o número de domicílios, com responsável mulher, com crianças menores, em idade escolar e dependentes financeiramente dos responsáveis, cresceu significativamente entre 1991 e 2000. Assim, o total de domicílios brasileiros nesta situação passou de mais de 2 mil para pouco mais de 4 mil no período avaliado: quase duplicou em uma década. Ou seja, em 1991, 10,5% dos domicílios com responsáveis

mulheres apresentavam crianças com idades entre 0 e 6 anos e, em 2000, esse percentual era de 17,8%. No Norte houve crescimento de cerca de 90% nesse período; no Nordeste verificou-se crescimento de cerca de 50%; no Sudeste este crescimento foi de, aproximadamente, 77%; e, na Bahia, verificou-se incremento de 50%.

brasileiro: as mulheres encontram ainda mais dificuldades enquanto “provedoras” de domicílios, por conta da histórica desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, justificada pela dominação masculina no mundo do trabalho.

A participação desses domicílios no total de domicílios brasileiros com crianças com idades entre 0 e 6 anos também é relevante: na Bahia, esses domicílios representam 20,3% dos domicílios totais com crianças nessas idades; no Nordeste, a participação é de 18,6%; no Norte, de 17,7%; e, no Sudeste, de 18,2%.

A Tabela 6 apresenta os resultados das capitais nordestinas, onde se observa uma participação de 28,6% em São Luís, sendo que as participações mais significativas são de Salvador (32,6%), Recife (32,2%) e Aracaju (29,5%). A incidência de domicílios, com crianças entre 0 e 6 anos e com responsáveis mulheres cujos rendimentos são de até dois salários mínimos, é um indicador relevante na análise da pauperização desses domicílios, haja vista o responsável ter de se desdobrar entre os afazeres domésticos e as atividades profissionais fora do domicílio. Normalmente, essas mulheres desempenham atividades domésticas profissionalmente, em caráter formal ou não, ou atividades que caracterizam o mercado informal de trabalho.

Cabe acrescentar que, muitas vezes, a renda necessária para a manutenção desses domicílios provém de uma extensa rede de colaboração, que pode incluir desde o empregador, no caso de empregadas domésticas, até os vizinhos e parentes. Essa rede de colaboração se consubstancia nas “estratégias de sobrevivência” tão propaladas pela literatura existente sobre pobreza e desigualdade no Brasil.

Pela Tabela 7, verifica-se que o número dos domicílios com crianças de 0 a 6 anos, cujos responsáveis são mulheres com rendimentos de até 2 salários mínimos, no Brasil, passou de pouco mais de 1.700 para algo acima

Tabela 5
Crianças de 0 a 6 anos de idade, total e as que residem em domicílios com responsáveis mulheres
1991/2000

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Crianças de 0 a 6 anos de idade					
	Total (Em 1000)		Em domicílios com responsáveis mulheres			
	1991	2000	Total (Em 1000)	Percentual (%)	1991	2000
Brasil	23.211,3	22.923,2	2.426,2	4.089,7	10,5	17,8
Norte	1.995,6	2.273,4	206,9	401,9	10,4	17,7
Nordeste	7.694,1	7.092,2	887,3	1.319,8	11,5	18,6
Maranhão	1.028,6	956,8	117,6	163,0	11,4	17,0
Piauí	488,4	421,4	53,7	66,0	11,0	15,7
Ceará	1.171,1	1.135,5	119,1	196,2	10,2	17,3
Rio Grande do Norte	424,1	394,8	43,5	66,4	10,3	16,8
Paraíba	556,4	479,2	61,6	84,0	11,1	17,5
Pernambuco	1.196,7	1.110,9	154,3	230,7	12,9	20,8
Alagoas	470,0	463,5	50,5	80,8	10,8	17,5
Sergipe	270,6	275,6	36,3	56,8	13,4	20,6
Bahia	2.087,6	1.853,9	250,3	375,4	12,0	20,3
Sudeste	8.790,8	8.831,8	901,8	1.604,4	10,3	18,2
Sul	3.226,9	3.132,8	270,6	472,8	8,4	15,1
Centro-Oeste	1.503,7	1.592,8	159,4	290,5	10,6	18,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.
Nota: Domicílios particulares permanentes.

Tabela 6
Crianças de 0 a 6 anos de idade, total e as que residem em domicílios com responsáveis mulheres, segundo os municípios das capitais
1991/2000

Municípios das capitais do Nordeste	Crianças de 0 a 6 anos de idade					
	Total (Em 1000)		Em domicílios com responsáveis mulheres			
	1991	2000	Total (Em 1000)	Percentual (%)	1991	2000
São Luís	116,1	117,8	21,3	33,7	18,4	28,6
Teresina	103,8	95,6	16,5	23,2	15,9	24,3
Fortaleza	282,2	288,6	44,0	78,6	15,6	27,2
Natal	93,2	90,7	13,5	21,6	14,5	23,8
João Pessoa	75,0	73,4	11,7	18,3	15,6	25,0
Recife	179,6	166,1	36,7	53,5	20,4	32,2
Maceió	96,2	112,4	15,4	29,4	16,1	26,2
Aracaju	60,9	57,8	10,6	17,0	17,6	29,5
Salvador	293,9	291,7	53,7	95,0	18,3	32,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.
Nota: Domicílios particulares permanentes.

de 2.300, entre 1991 e 2000, um crescimento de 34,3% em uma década. No Nordeste, os domicílios nessa situação representavam 80% do total de domicílios nordestinos e passou a representar 67% em 2000. O que pode ser facilmente explicado por quedas nas taxas de fecundidade, o que foge ao escopo desse trabalho.

No período em análise, verificou-se o crescimento nos números de domicílios com crianças de 0 a 6 anos de idade, com mulheres responsáveis com rendimentos de até 2 salários mínimos, e queda de participação no total. Apesar disso, a participação dos domicílios com



Tabela 7
Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres, total e as que residem em domicílios com mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos 1991/2000

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres					
	Total (Em 1000)		Em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos			
			Total (Em 1000)		Percentual (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	2.426,2	4.089,7	1.730,7	2.325,9	71,3	56,9
Norte	206,9	401,9	141,7	234,1	68,5	58,2
Nordeste	887,3	1.319,8	713,2	895,5	80,4	67,8
Maranhão	117,6	163,0	99,4	127,2	84,6	78,0
Piauí	53,7	66,0	45,4	50,8	84,6	77,0
Ceará	119,1	196,2	99,7	135,5	83,7	69,1
Rio Grande do Norte	43,5	66,4	34,4	42,7	79,0	64,4
Paraíba	61,6	84,0	51,4	58,0	83,5	69,0
Pernambuco	154,3	230,7	117,8	149,4	76,4	64,8
Alagoas	50,5	80,8	40,1	51,0	79,3	63,1
Sergipe	36,3	56,8	28,6	38,3	78,9	67,4
Bahia	250,3	375,4	196,0	242,3	78,3	64,5
Sudeste	901,8	1.604,4	580,0	776,1	64,3	48,4
Sul	270,6	472,8	190,5	259,5	70,4	54,9
Centro-Oeste	159,4	290,5	105,1	160,7	65,9	55,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

responsáveis mulheres, no total dos domicílios com crianças de 0 a 6 anos de idade, ainda é significativa, sobretudo nas capitais nordestinas. Em Teresina (PI) representa 66,4% da região Nordeste, 61,4% estão em São Luís (MA), 56,7% em Recife (PE) e 52,6% em Salvador (BA).

Em sociedades que não dispõem de um sistema de políticas sociais mais efetivo e abrangente, como o Brasil, as condições de subsistência das famílias são determinadas pelo seu nível de rendimentos. Este está associado, fundamentalmente, tanto à renda obtida pelo seu responsável como à existência, número e características de outros componentes inseridos no mercado de trabalho, auferindo rendimentos adicionais. Por isso mesmo, as mudanças e fenômenos assinalados vêm tendo claros e fortes impactos sobre a organização e as condições de vida das famílias brasileiras, afetando negativamente a sua capacidade de atender às necessidades básicas dos seus membros e propiciar-lhes uma efetiva proteção social (CARVALHO, 2002, p.125).

As evidências sugerem que às mulheres coube parte substancial do elevado custo social deste processo e que as famílias em etapas de formação e expansão, com pouca capacidade de mão-de-obra, bem como as famílias com chefes mulheres, com filhos pequenos, foram as mais afetadas.

Para todas as capitais nordestinas, tem-se uma predominância de domicílios com responsáveis mulheres onde também se encontram as crianças em idades mais vulneráveis, ou seja, de 0 a 6 anos. Na tabela 8 vê-se que, em Teresina (PI), 66,4% dos domicílios estavam nessa situação, no ano 2000. Em São Luís (MA), o percentual era de 61,4% para o mesmo período e as mesmas condições do domicílio. E, para Salvador (BA), essa participação era de 52,6%. Verifica-se uma sensível redução na década, considerando-se que essas capitais apresentavam, respectivamente, as seguintes participações em 1991: 72,6%, 67,7% e 64,5%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretendeu-se traçar um perfil das mulheres responsáveis por domicílios no Brasil, nas Grandes Regiões, e com ênfase especial para a Bahia. Os indicadores analisados ratificam a crescente inserção feminina no mercado de trabalho, embora ainda sejam elevados os índices de desemprego para as mulheres.

Essa inserção vem acontecendo em um contexto de conquistas femininas, reversão de tendências e mudanças comportamentais importantes, com relação ao tratamento dado às mulheres enquanto agentes



Tabela 8
Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres, total e as que residem em domicílios com mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos, segundo os municípios das capitais 1991/2000

Municípios das capitais do Nordeste	Crianças de 0 a 6 anos de idade que residem em domicílios com responsáveis mulheres					
	Total (Em 1000)		Em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos			
			Total (Em 1000)		Percentual (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
São Luís	21,3	33,7	14,4	20,7	67,7	61,4
Teresina	16,5	23,2	12,0	15,4	72,6	66,4
Fortaleza	44,0	78,6	31,5	45,9	71,7	58,4
Natal	13,5	21,6	9,6	12,1	71,6	56,4
João Pessoa	11,7	18,3	7,9	10,2	67,6	56,2
Recife	36,7	53,5	24,1	30,3	65,7	56,7
Maceió	15,4	29,4	10,3	15,9	66,6	54,3
Aracaju	10,6	17,0	7,5	9,0	70,2	53,0
Salvador	53,7	95,0	34,6	50,0	64,5	52,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Nota: Domicílios particulares permanentes.

econômicos e como trabalhadoras. Essa participação reflete o fortalecimento dos movimentos organizados de mulheres pela defesa de iguais direitos na sociedade, que resultou fortemente na década de 70 e continuam resultando em mudanças de comportamento a respeito dos papéis socialmente preestabelecidos dos indivíduos no domicílio e na família.

Entretanto, fora o cenário otimista e positivo para as mulheres, no tocante a ganhos sociais importantes ante o seu papel na sociedade, Lavinias (1997) acrescenta ao debate que as razões de tal inversão de valores e práticas decorreriam da maior perda dos postos de trabalho imposta aos homens, por estarem eles mais concentrados em ocupações e ramos fortemente afetados pela reestruturação produtiva; por estarem se ampliando as ofertas de trabalho nas atividades terciárias, notadamente aquelas de cunho social e administrativo tradicionalmente desempenhadas por mulheres, portanto, as mais diretamente beneficiadas por essa criação de empregos.

Diante deste cenário, verificou-se, entre os anos de 1991 e 2000, a partir dos dados dos Censos Populacionais do IBGE para estes anos, um crescimento significativo da participação feminina, com a taxa de atividade saltando de 32,9%, em 1991, para 44,1%, em 2000 no Brasil.

Essa maior participação feminina pode se justificar por uma emancipação voluntária das mulheres, no sentido de maior conscientização dos seus direitos e papéis na sociedade, haja vista o crescimento do número médio de anos de estudos para elas, de 4,4 anos, em 1991, para 5,6 anos, em 2000, o que representa uma variação de 1,2% em uma década, contra uma variação de apenas

0,8% para os homens no mesmo período. Mas, essa participação relevante pode se justificar, ainda, e talvez mais fortemente, pelas crescentes necessidades de sobrevivência que não são mais respondidas pelos homens, ou porque estejam desempregados ou porque abandonaram o lar.

Assim, verifica-se em 2000, um percentual de 24,9% dos domicílios brasileiros sendo “chefiados” por mulheres, que representavam 18,1%, em 1991. No Nordeste os domicílios cujos responsáveis são mulheres saltaram de 19,5%, em 1991, para 25,9%, em 2000. Para a Bahia, tem-se 20%, em 1991, e 27,1%, em 2000.

Outro dado relevante para se traçar um perfil desses domicílios é que um número significativo dessas mulheres está acima da chamada idade economicamente ativa. Ou seja, no Brasil, 21,8% dessas mulheres tinham 65 anos ou mais; na região Nordeste, 23,8%; e, na Bahia, 23,4%.

Os rendimentos auferidos por elas ainda são menores do que o percebido pelos trabalhadores homens. Em sua maioria, nas capitais nordestinas, as mulheres têm rendimentos de até dois salários mínimos, o que pode se justificar pela grande participação delas no setor terciário, sobretudo em serviços pessoais como o serviço doméstico.

Além disso, os domicílios cujo responsável são mulheres, normalmente são compostos por um certo número de crianças. A incidência de domicílios cujo responsável são mulheres com crianças de 0 a 6 anos de idade, no Brasil, quase duplicou na década, saltando de 2.426,2 mil, em 1991, para 4.089,7 mil, em 2000. Na região Nordeste,



passou de 206,9 mil para 401,9 no mesmo período; na Bahia, passou de 250,3 mil para 375,4 mil. Esse pode ser um forte indicador da fragilidade desses domicílios, já que essas mulheres representam o duplo papel de “provedoras” e “administradoras” do domicílio.

Pelos resultados apresentados, conclui-se pela necessidade de políticas sociais voltadas com maior ênfase para esses domicílios, haja vista a crescente participação feminina no mercado de trabalho, o que, em grande parte, pode se configurar em uma estratégia de sobrevivência muito mais do que na consolidação/construção de uma sociedade mais equânime.

Referências

BORGES, Ângela, GUIMARÃES, Iracema B. A participação da mulher no mercado de trabalho da RMS nos anos 90. Bahia, *Análise & Dados*, Salvador, v.7, n.2, p.53-68. 1997

_____. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: *Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios*, São Paulo, Ed. 34, 2000. v.1.

CARVALHO, Inaiá. Família e pobreza. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*, Salvador: SEI, 2003. p.117-137. (Série Estudos e Pesquisas, 63).

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_artigo_29_48.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2004 .

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: O que há de novo e o que se repete. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPER, v.40, n.1, 1997.

SOARES, Sergei; IZAKI, Rejane Sayuri. A participação feminina no mercado de trabalho. Rio de Janeiro, IPEA, 2002. (Texto para discussão, 923)

IBGE. *Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. *Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.



Espectáculo do crescimento ou o vôo da galinha? O mercado de trabalho brasileiro e baiano em perspectiva

O primeiro ano de governo do presidente Lula certamente será lembrado pelo ajuste recessivo da economia, com base no pensamento econômico neoliberal. De fato, as políticas econômicas progressistas, voltadas para o estímulo da produção e do emprego, e a retomada da construção de um Estado forte, indutor do desenvolvimento econômico - interrompida nas duas últimas décadas - foram deixadas de lado a favor da submissão incondicional aos ditames do capital internacional, sobretudo o financeiro. A subserviência política e econômica esteve materializada na aplicação à risca da cartilha econômica preconizada pelos organismos multilaterais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI).¹

Nesse aspecto, o país conviveu, no curso do ano de 2003, com altíssimas taxas de juros, responsáveis pelo desestímulo da demanda agregada através de modificações na formação das expectativas dos agentes econômicos - obstaculizando as decisões de gasto na economia. Ademais, implementou-se uma política monetária extremamente restritiva, sustentada por uma meta de superávit primário de 4,25% do PIB, inibindo a utilização da política fiscal. Em outros termos, a noção liberal de Estado mínimo ainda detém a primazia no mainstream econômico do governo petista.

*Mestrando em Desenvolvimento Econômico na Área de Concentração em Economia Social e do Trabalho pelo IE / Unicamp. E-mail: tiago@eco.unicamp.br

¹ A divulgação por parte do IBGE do comportamento do PIB brasileiro em 2003, variação negativa em 0,2%, e os rumos tomados pelas reformas do Estado, em especial a reforma previdenciária, tão somente reforça os argumentos acima.

Não por acaso, o desempenho do mercado de trabalho brasileiro no ano passado pautou-se pelas elevadas taxas de desemprego e pela expressiva queda dos rendimentos da força de trabalho. Estes aspectos, conjugados às características estruturais do mercado de trabalho nacional, marcado pelo grande peso dos postos de trabalho precários e relações de trabalho informais, por certo, criaram um cenário bastante adverso para os trabalhadores brasileiros.

Partindo dessa realidade, 2004 – argumentam os defensores governistas – seria o momento oportuno para, de um lado, dar continuidade a uma queda gradual das taxas de juros e, paralelamente, iniciar a retomada dos investimentos públicos, por intermédio das Parcerias Público Privada - PPP. Por outro lado, o núcleo duro da política econômica não poderia sofrer grandes reveses sob pena de se criar uma insegurança junto ao mercado financeiro internacional. Seguindo essa linha de raciocínio, a senha de entrada para o espetáculo do crescimento estaria dada.

Os seus mais fervorosos opositores, por seu turno, entendem que a manutenção da política econômica atual, para muitos uma continuidade aprofundada do período Malan/FHC, estaria levando o país apenas em direção a surtos de crescimento, de caráter pontual, e não a consecução de um período duradouro e sustentável de aumento do PIB brasileiro. Muito semelhante aos vôos alçados pelas galinhas: de curto alcance e de pequena duração. Além do mais, os efeitos deletérios vivenciados pela sociedade brasileira na última década seriam reproduzidos de modo ampliado, quais sejam: crescimento econômico pífio, altas taxas de desemprego, queda dos rendimentos da força de trabalho e manutenção das desigualdades sociais.

Partindo dessa discussão, o fato é que, em 2004, o mercado de trabalho nacional começa a apresentar sinais de dinamismo, não obstante a inflexibilidade da política econômica. A base de tal fenômeno pode ser creditada, principalmente, à redução – ainda que excessivamente cautelosa – das taxas de juros verificadas a partir do segundo semestre de 2003.



Em março, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED,² a trajetória de crescimento do emprego formal permanece, sendo criadas cerca de 108 mil oportunidades de trabalho (+0,46%). Esse resultado é subproduto do bom desempenho alcançado pela quase totalidade dos setores econômicos, com especial destaque para a indústria de transformação (50.747 novos empregos, +0,93%), o setor de serviços (35.612 empregos criados, +0,38%), o comércio (12.110 empregos com carteira, +0,23%) e a construção civil (7.647 postos de trabalho ativados, +0,69%). O destaque negativo fica por conta da agropecuária, que registrou, em março, uma queda de 0,30% no estoque de assalariados (tabela 1).

PME, do IBGE, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do DIEESE.

Em 2004, por sua vez, a Bahia vem acompanhando - de modo menos elástico, é verdade - a tendência nacional de reaquecimento do mercado de trabalho, aumentando o estoque de assalariados em 1,21% no primeiro trimestre, não obstante a queda verificada no mês de março (-0,01%). O modesto desempenho em março deriva-se sobretudo do comportamento negativo registrado em quase todos os segmentos econômicos, de modo especial na construção civil (com queda de 848 empregos com carteira ou -1,29%) e na indústria de transformação (desativação de 744 postos de trabalho

Tabela 1
Evolução do emprego por setor de atividade econômica
Brasil - Março de 2004

Atividade Econômica	Março/2004				No Ano			
	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %
Extrativa Mineral	3.659	2.606	1.053	0,74	9.396	6.867	2.529	1,81
Ind. Transformação	230.945	180.198	50.747	0,93	602.529	477.596	124.933	2,32
Serv. Ind. Util. Púb.	4.089	4.457	-368	-0,12	12.654	10.307	2.347	0,80
Construção Civil	88.799	81.152	7.647	0,69	244.122	220.864	23.258	2,13
Comércio	225.018	212.908	12.110	0,23	615.150	579.725	35.425	0,69
Serviços	350.567	314.955	35.612	0,38	952.418	830.388	122.030	1,31
Admin. Pública	10.238	4.970	5.268	0,78	29.189	14.625	14.564	2,20
Agropecuária	84.769	88.634	-3.865	-0,30	254.866	232.572	22.294	1,78
Outros	8	0	8	18,60	12	0	12	30,77
Total	998.092	889.880	108.212	0,46	2.720.336	2.372.944	347.392	1,49

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - LEI 4923/65.

Na Bahia, registrou-se um crescimento econômico significativo no ano passado, na ordem de 4%,³ puxado, principalmente, pela produção das novas indústrias de bens finais e pelo crescimento expressivo da produção de grãos e das exportações.

No entanto, de um modo geral, o Estado reproduziu o quadro de letargia que caracterizou o mercado de trabalho nacional em 2003, sendo a Região Metropolitana de Salvador (RMS) a região recordista no que tange às taxas de desemprego, segundo os dois principais indicadores produzidos no país: a Pesquisa Mensal de Emprego –

formais ou -0,57%), refletindo, principalmente, a queda expressiva do setor alimentício e de bebidas (-4,25%). Tal resultado negativo só não foi maior por conta do desempenho positivo dos serviços (2.112 empregos formais ou +0,51%) e da indústria extrativista mineral (111 novos postos de trabalho criados ou +1,04%) (tabela 2).

A bem da verdade, a construção civil tem se mostrado um pouco indiferente ao reaquecimento econômico. As especificidades inerentes a esse segmento econômico explicam essa dinâmica. Em primeiro lugar, é sempre bom lembrar que o desempenho do setor encontra-se intimamente vinculado aos gastos públicos em infraestrutura, brutalmente reduzidos a partir da década de 1990. Além disso, as decisões de aquisição de um imóvel seguem uma lógica um tanto quanto distinta dos demais bens (duráveis ou não), devido ao seu alto preço de aquisição, sofrendo sérias restrições, tanto pela queda do rendimento dos trabalhadores e pelo aumento do desemprego, quanto pela escassez de linhas de financiamento específicas, comprometidas com a política de altas taxas de juros.

² O CAGED capta mensalmente as admissões e dispensas dos trabalhadores regidos pela CLT. De responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o CAGED conta, atualmente, com uma cobertura de aproximadamente 85% dos postos de trabalho formais, abrangendo todo o território nacional.

³ Dados ainda preliminares. Informação divulgada conjuntamente pela SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, e pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Obtido em: <<http://www.sei.ba.gov.br/novidades/index.htm?40>>. Acesso em: 02/03/2004.



Tabela 2
Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica
Bahia - Março de 2004

Setores	Março/2004				No Ano			
	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %
Total	33.329	33.462	-133	-0,01	97.705	86.004	11.701	1,21
1. Extrativa Mineral	238	127	111	1,04	484	321	163	1,53
2. Indústria Transformação	3.799	4.543	-744	-0,57	12.200	10.682	1.518	1,18
Prod Min Não Met	232	309	-77	-0,75	601	681	-80	-0,78
Metalúrgica	310	171	139	1,65	711	488	223	2,68
Mecânica	211	151	60	1,60	931	1.116	-185	-4,63
Mat Eletnc Comum	47	68	-21	-0,91	384	221	163	7,66
Mater Transporte	140	81	59	1,36	307	181	126	2,96
Mad e Mobiliário	171	155	16	0,32	477	372	105	2,14
Pap, Papelão, Edit	99	136	-37	-0,57	344	397	-53	-0,81
Bor, Fumo, Couro	182	89	93	1,36	599	249	350	5,34
Quim, Pr Farm, Vet	507	419	88	0,42	1.371	1.151	220	1,07
Têxtil, Vestuário	431	355	76	0,52	1.237	1.077	160	1,10
Calçados	682	473	209	1,27	2.700	1.291	1.409	9,24
Prod Aliment, Beb	787	2.136	-1.349	-4,25	2.538	3.458	-920	-2,94
3. Serv Indut Ut Púb	87	113	-26	-0,18	305	322	-17	-0,12
4. Construção Civil	4.258	5.106	-848	-1,29	14.346	14.540	-194	-0,30
5. Comércio	6.840	7.149	-309	-0,13	19.703	18.007	1.696	0,74
Com Varejista	5.878	6.183	-305	-0,15	16.854	15.607	1.247	0,62
Com Atacadista	962	966	-4	-0,01	2.849	2.400	449	1,45
6. Serviços	13.970	11.858	2.112	0,51	37.515	31.693	5.822	1,43
Inst Financeiras	266	173	93	0,52	667	500	167	0,93
C Adm Inov Tec Pr	6.315	5.569	746	0,56	16.950	14.577	2.373	1,81
Transp e Comunic	2.157	1.198	959	1,50	4.796	3.653	1.143	1,80
Aloj Alim R Manut	3.021	3.610	-589	-0,54	9.932	8.842	1.090	1,02
Médicos Odontológ	772	692	80	0,16	2.102	1.853	249	0,50
Ensino	1.439	616	823	2,19	3.068	2.268	800	2,13
7. Adm Pública	73	154	-81	-0,23	135	315	-180	-0,50
8. Agricult, Silvicult	4.064	4.412	-348	-0,45	13.017	10.124	2.893	3,90
9. Outros	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - LEI 4923/65.



A análise desagregada da dinâmica do mercado de trabalho formal baiano nos mostra que as principais economias do Estado não apresentaram um comportamento homogêneo em março. Os municípios que assinalaram os maiores crescimentos relativos no estoque dos empregos com carteira foram Ipirá (+3,91%)

e Cruz das Almas (+2,92%), seguidos do município de Barreiras (+1,53%). Na outra ponta, registraram um decréscimo importante nos postos de trabalho formais os municípios de Porto Seguro (-2,49%), Juazeiro (-2,18%) e Simões Filho (-2,11%) (tabela 3).

Tabela 3
Evolução do emprego formal em municípios com mais de 50.000 habitantes
Bahia - Março de 2004

Município	Março/2004				No Ano			
	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %
Alagoinhas	355	293	62	0,69	981	793	188	2,11
Araci	4	0	4	0,24	15	3	12	0,72
Barreiras	1.251	1.055	196	1,53	3.442	2.405	1.037	8,68
Bom Jesus da Lapa	45	37	8	0,41	123	111	12	0,61
Brumado	162	118	44	0,86	400	313	87	1,71
Camaçari	1.536	1.596	-60	-0,16	7.196	6.494	702	1,86
Campo Formoso	29	47	-18	-1,30	99	114	-15	-1,08
Candeias	121	154	-33	-0,47	378	412	-34	-0,48
Casa Nova	213	205	8	0,26	489	641	-152	-4,75
Conceição do Coité	45	64	-19	-0,94	164	142	22	1,11
Cruz das Almas	315	109	206	2,92	686	215	471	6,93
Euclides da Cunha	17	28	-11	-1,17	45	42	3	0,32
Eunápolis	419	401	18	0,18	1.362	931	431	4,60
Feira de Santana	1.797	1.555	242	0,46	4.637	4.155	482	0,93
Guanambi	81	128	-47	-1,27	223	282	-59	-1,59
Ilhéus	530	567	-37	-0,22	1.750	1.574	176	1,06
Ipirá	139	69	70	3,91	471	216	255	16,31
Irecê	130	99	31	0,97	292	279	13	0,40
Itaberaba	95	66	29	1,07	236	137	99	3,76
Itabuna	608	987	-379	-1,39	1.822	1.868	-46	-0,17
Itamaraju	127	140	-13	-0,29	436	355	81	1,83
Itapetinga	106	247	-141	-1,54	812	563	249	2,84
Jacobina	90	49	41	1,15	252	144	108	3,10
Jequié	286	344	-58	-0,50	917	728	189	1,66
Juazeiro	538	942	-404	-2,18	1.981	1.766	215	1,20
Lauro de Freitas	2.005	2.302	-297	-0,50	6.237	5.155	1.082	1,88
Monte Santo	1	2	-1	-0,56	5	3	2	1,15
Paulo Afonso	165	164	1	0,01	510	734	-224	-2,68
Porto Seguro	442	692	-250	-2,49	1.977	1.530	447	4,81
Salvador	11.782	9.720	2.062	0,56	30.271	26.754	3.517	0,96
Santo Amaro	49	50	-1	-0,04	114	90	24	0,92
Santo Antônio de Jesus	296	336	-40	-0,48	728	756	-28	-0,34
Senhor do Bonfim	66	64	2	0,05	185	179	6	0,16
Serinha	128	214	-86	-1,70	472	381	91	1,87
Simões Filho	1.411	1.936	-525	-2,11	2.936	3.488	-552	-2,22
Teixeira de Freitas	460	512	-52	-0,49	1.364	1.500	-136	-1,28
Tucano	7	5	2	0,85	19	11	8	3,51
Valença	147	182	-35	-0,63	645	467	178	3,34
Vitória da Conquista	711	795	-84	-0,28	2.497	2.184	313	1,06

Fonte: CAGED - MTE/SPRE/CGETIP



No Nordeste, a dinâmica do mercado de trabalho formal, em março, registrou saldo negativo (-0,67%), divergindo do comportamento verificado nas demais regiões brasileiras. Nesse particular, o estado nordestino com maior queda no emprego formal foi Alagoas (-4,93%),

seguido a distância por Pernambuco (-1,81%). Os destaques positivos foram Sergipe e Maranhão, que ampliaram os postos de trabalho formalizados na economia: +0,43% e +0,35%, respectivamente (tabela 4).

Tabela 4
Evolução do emprego por nível geográfico
Brasil - Março de 2004

Município	Março/2004				No Ano			
	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %
Total	998.092	889.880	108.212	0,46	2.720.336	2.372.944	347.392	1,49
Norte	38.482	33.565	4.917	0,57	104.479	90.541	13.938	1,65
Rondonia	6.320	5.434	886	0,79	15.880	14.415	1.465	1,31
Acre	1.035	981	54	0,16	2.646	2.634	12	0,04
Amazonas	10.228	8.398	1.830	0,85	27.278	22.424	4.854	2,28
Roraima	701	642	59	0,36	1.923	1.543	380	2,36
Pará	15.468	14.350	1.118	0,30	43.398	39.442	3.956	1,06
Amapá	1.054	1.173	-119	-0,37	3.530	2.720	810	2,60
Tocantins	3.676	2.587	1.089	1,62	9.824	7.363	2.461	3,75
Nordeste	104.931	128.302	-23.371	-0,67	298.959	328.916	-29.957	-0,86
Maranhão	5.684	4.975	709	0,35	15.004	13.974	1.030	0,51
Piauí	4.166	3.716	450	0,22	11.121	10.649	472	0,24
Ceará	17.669	17.900	-231	-0,04	51.096	54.271	-3.175	-0,53
Rio Grande do Norte	10.350	9.647	703	0,29	27.450	29.427	-1.977	-0,82
Paraíba	5.015	7.075	-2.060	-1,02	14.092	19.441	-5.349	-2,62
Pernambuco	18.967	31.377	-12.410	-1,81	54.479	73.746	-19.267	-2,80
Alagoas	4.344	15.420	-11.076	-4,93	13.274	29.293	-16.019	-6,99
Sergipe	5.407	4.730	677	0,43	14.738	12.111	2.627	1,71
Bahia	33.329	33.462	-133	-0,01	97.705	86.004	11.701	1,21
Sudeste	523.187	454.287	68.900	0,53	1.435.327	1.237.590	197.737	1,54
Minas Gerais	116.491	105.003	11.488	0,46	314.662	277.771	36.891	1,48
Espírito Santo	22.532	20.517	2.015	0,46	56.932	52.564	4.368	0,99
Rio de Janeiro	83.082	78.942	4.140	0,17	228.182	214.405	13.777	0,57
São Paulo	301.082	249.825	51.257	0,67	835.551	692.850	142.701	1,90
Sul	241.882	203.000	38.882	0,86	644.389	526.906	117.483	2,63
Paraná	82.126	65.116	17.010	1,06	214.133	179.210	34.923	2,20
Santa Catarina	61.203	58.486	2.717	0,24	179.194	148.864	30.330	2,70
Rio Grande do Sul	98.553	79.398	19.155	1,07	251.062	198.832	52.230	2,98
Centro Oeste	89.610	70.726	18.884	1,15	237.182	188.991	48.191	3,00
Mato Grosso do Sul	16.594	12.727	3.867	1,43	42.679	33.024	9.655	3,65
Mato Grosso	23.212	18.930	4.282	1,30	64.074	48.454	15.620	4,94
Goiás	32.658	24.435	8.223	1,37	85.290	68.674	16.616	2,81
Distrito Federal	17.146	14.634	2.512	0,57	45.139	38.839	6.300	1,45

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - LEI 4923/65.



Restringindo o foco da análise para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), observa-se que a região, diferentemente do verificado em âmbito estadual, registrou um aumento no emprego formal (+0,22%). Em março, foram abertos na RMS aproximadamente 1.117 empregos com carteira.

A análise subsetorial nos mostra que o crescimento da mão-de-obra empregada encontra-se respaldada prioritariamente no setor de serviços (1.686 empregos criados ou +0,59%), secundada pelo expressivo aumento dos transportes e comunicação (+2,47%), do setor de ensino (+2,02%) e na indústria de transformação (190 postos de trabalho com carteira ou +0,37%) (Tabela 5).

Tabela 5
Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador - Março de 2004

Município	Março/2004				No Ano			
	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %
Total	17.479	16.362	1.117	0,22	49.984	45.673	4.311	0,84
1. Extrativa Mineral	14	14	0	0,00	70	27	43	1,37
2. Indústria Transformação	1.337	1.147	190	0,37	4.245	3.785	460	0,89
Prod Min Não Met	62	63	-1	-0,04	188	173	15	0,57
Metalúrgica	172	74	98	2,03	331	190	141	2,95
Mecânica	61	77	-16	-0,73	612	912	-300	-12,10
Mat Eletnc Comum	22	40	-18	-1,64	138	145	-7	-0,65
Mater Transporte	132	73	59	1,53	278	159	119	3,13
Mad e Mobiliário	40	39	1	0,07	126	93	33	2,23
Pap, Papelão, Edit	60	51	9	0,30	213	194	19	0,64
Bor, Fumo, Couro	45	24	21	1,48	143	67	76	5,59
Quim, Pr Farm, Vet	306	242	64	0,41	752	632	120	0,78
Têxtil, Vestuário	171	141	30	0,55	500	474	26	0,47
Calçados	8	8	0	0,00	9	13	-4	-3,36
Prod Aliment, Beb	258	315	-57	-0,55	955	733	222	2,21
3. Serv Indut Ut Púb	56	74	-18	-0,18	181	201	-20	-0,20
4. Construção Civil	2.841	3.138	-297	-0,68	9.916	10.249	-333	-0,77
5. Comércio	3.107	3.421	-314	-0,29	9.011	8.449	562	0,53
Com Varejista	2.765	3.034	-269	-0,29	7.810	7.394	416	0,45
Com Atacadista	342	387	-45	-0,32	1.201	1.055	146	1,05
6. Serviços	10.085	8.399	1.686	0,59	26.425	22.601	3.824	1,34
Inst Financeiras	86	132	-46	-0,43	292	392	-100	-0,92
C Adm Inov Tec Pr	4.958	4.619	339	0,31	13.620	12.154	1.466	1,37
Transp e Comunic	1.650	643	1.007	2,47	3.064	1.896	1.168	2,88
Aloj Alim R Manut	1.970	2.224	-254	-0,35	5.898	5.500	398	0,56
Médicos Odontolog	510	386	124	0,41	1.427	1.152	275	0,91
Ensino	911	395	516	2,02	2.124	1.507	617	2,43
7. Adm Pública	19	108	-89	-1,04	49	201	-152	-1,76
8. Agricult, Silvicult	20	61	-41	-1,18	87	160	-73	-2,08
9. Outros	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - LEI 4923/65.



De um modo geral, as regiões metropolitanas brasileiras registraram, em março, um desempenho favorável na incorporação de trabalhadores no setor formal do mercado de trabalho. Nesse ponto, merecem destaque as regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, responsáveis por um crescimento relativo de 0,70% e 0,60% nos empregos formais. A RMS, por seu turno, assinalou um comportamento apenas intermediário vis-à-vis o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras (+0,22%) (tabela 6).

É sempre bom lembrar que a ortodoxia econômica, de hegemonia indiscutível nos gabinetes ministeriais, foi incapaz, ao longo de toda a década passada, de sustentar um crescimento econômico vigoroso. A receita de ajuste fiscal, juros altos e “ordem na casa” nos deixaram, como legado, mais uma década estagnada economicamente, de resultados bastante preocupantes no tocante ao mercado de trabalho. É claro que ninguém é contra a responsabilidade fiscal, questiona-se, no entanto, a sua busca como um fim em si mesmo. Aguardemos.

Tabela 6
Evolução do emprego por nível geográfico
Brasil- Março de 2004

Nível Geográfico	Março/2004				No Ano			
	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %	Total Admis.	Total Deslig.	Saldo	Variação Empr %
Regiões Metropolitanas	363.061	329.401	33.660	0,34	991.244	890.581	100.663	1,03
Belém	6.645	5.771	874	0,42	19.390	16.782	2.608	1,27
Fortaleza	13.334	13.221	113	0,03	39.237	38.828	409	0,10
Recife	13.498	15.061	-1.563	-0,33	37.723	42.908	-5.185	-1,10
Salvador	17.479	16.362	1.117	0,22	49.984	45.673	4.311	0,84
Belo Horizonte	42.064	38.927	3.137	0,34	113.378	100.762	12.616	1,37
Rio de Janeiro	61.536	59.984	1.552	0,08	171.126	163.793	7.333	0,40
São Paulo	142.425	123.596	18.829	0,47	385.895	329.860	56.035	1,42
Curitiba	27.879	24.034	3.845	0,60	76.643	67.051	9.592	1,50
Porto Alegre	38.201	32.445	5.756	0,70	97.868	84.924	12.944	1,59

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - LEI 4923/65.

À guisa de conclusão, e como um exercício de conjectura sobre o provável desenrolar da economia brasileira e baiana, não seria fora de propósito apostarmos que haverá um crescimento econômico neste ano de 2004. A queda das taxas de juros, iniciada na segunda metade do ano passado, uma provável flexibilização da política fiscal – fruto das eleições municipais – e a permanência de um cenário positivo para as exportações e a agricultura brasileira apontam pra isso.⁴ Duvida-se, porém, da magnitude de tal crescimento, bem como sobre a sua sustentabilidade em longo prazo.

⁴ BATISTA JR., Paulo Nogueira. Medo de crescer. Disponível em: <<http://agenciartamajior.uol.com.br/agencia.asp?id=774&coluna=boletim>>. Acesso em: 07/03/2004.



*Até quando?
Conjuntura internacional
favorável continua
refletindo positivamente
nas contas externas
brasileiras¹*

INTRODUÇÃO

O ano de 2004 começou da mesma forma que 2003 terminou: a conjuntura internacional permanece estável, com o aquecimento econômico de países centrais no cenário mundial e a manutenção de uma farta liquidez no mercado financeiro global. Esse ambiente macroeconômico internacional de estabilidade continua trazendo bons resultados para as contas externas brasileiras, com a manutenção de elevados superávits na balança comercial (a despeito do crescimento das importações) e melhorias nos principais indicadores de endividamento externo.

Apesar dessa tranquilidade, é quase um consenso – e o último relatório do Fundo Monetário Internacional (2004) sobre o ambiente financeiro mundial confirma isso – que essa situação não deve perdurar por muito tempo. Além da evidente possibilidade de elevação dos juros de curto prazo norte-americanos, em virtude do reaquecimento da maior economia mundial, que poderá provocar uma reversão dos fluxos financeiros de capital dos países periféricos em direção aos países centrais, o próprio FMI alerta que o processo de desvalorização por que tem passado o dólar nos últimos meses representa,

nesse momento, a maior fonte potencial de instabilidade para os países em desenvolvimento. Caso esse processo de desvalorização persista, provavelmente os investidores estrangeiros passarão a demandar prêmios de risco maiores nos ativos em dólar, o que poderá refletir numa elevação do risco soberano dos países periféricos. Com isso, esse processo poderia expor as fragilidades estruturais das economias emergentes, hoje encobertas pelas excelentes condições internacionais (FMI, 2004).

De qualquer forma, enquanto a anunciada crise não chega, a atual conjuntura internacional continua sustentando os excelentes resultados do setor externo brasileiro. Nesse sentido, procurar-se-á, neste texto, analisar o processo de crescimento da demanda agregada mundial, destacando as melhorias no mercado de trabalho norte-americano, e evidenciar os efeitos desse processo sobre a manutenção de elevados superávits comerciais no primeiro quadrimestre deste ano e sobre os resultados da dívida externa brasileira em 2003, sem deixar de salientar a insustentabilidade dessa situação no longo prazo, devido à eminência de elevação da taxa de juros norte-americana.

MERCADO DE TRABALHO NORTE-AMERICANO E VULNERABILIDADE EXTERNA PERIFÉRICA

Apesar das ações periódicas de grupos iraquianos resistentes à invasão norte-americana, desde a efetiva ocupação do país médio-oriental há cerca de um ano, não havia um processo de reação generalizada contra as forças invasoras por parte da maioria da população. Contudo, o mês de abril apresentou pontos de inflexão na dinâmica do conflito. O primeiro evento relevante foi a veiculação, nos meios de comunicação, de imagens de norte-americanos estripados pela massa ensandecida local, que chocou a opinião pública estadunidense e criou uma demanda por “justiça” para as vítimas nos círculos militares. O corolário imediato do fenômeno foi o recrudescimento da opressão estrangeira no Iraque, incluindo destruição de mesquitas e assassinatos “no atacado” de mulheres e crianças – 1.200 iraquianos foram

*Graduandos em Economia (FCE / UFBA) e bolsistas do NEC. O texto foi produzido com colaboração e orientação de Celeste Maria Philigret Baptista, professora da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/ UFBA) e coordenadora do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC), e de Paulo Balanco, professor da FCE/UFBA e integrante do NEC.

¹ Artigo apresentado na reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC), em 14/04/04 (versão atualizada).



mortos em abril. Tal ofensiva, entretanto, ao invés de arrefecer o ímpeto local, colaborou para a radicalização da luta iraquiana e, o que muitos historiadores consideram inédito, para a formação de uma aliança entre os sempre rivais xiitas e sunitas mulçumanos contra o inimigo externo comum. Os acontecimentos no Oriente Médio, ocorridos nas últimas semanas, expressam uma revolta dos habitantes nativos, amplamente disseminada e aparentemente pouco organizada, contemplando todo tipo de ação violenta contra os estrangeiros e sendo pouco razoável qualquer tentativa de previsão mais precisa do que ocorrerá no futuro próximo.

A invasão do Iraque, antes um dos elementos mais importantes para a popularidade do presidente norte-americano no seu país, pode vir a se tornar um dos maiores obstáculos para sua aspiração eleitoral – apenas no mês de abril foram mortos 126 norte-americanos, de um total de 736 desde o início da ocupação. Por outro lado, o índice que, antes, vinha sendo o principal entrave para a melhora da avaliação interna do presidente, qual seja, a criação de empregos, dá agora sinais de que poderá servir até como cabo eleitoral, se for confirmada a inflexão da sua tendência. O último levantamento do Departamento de Emprego dos EUA apontou a criação líquida de 308.000 novos postos de trabalho no país, no mês de março. É o melhor resultado mensal obtido pela economia norte-americana desde 2000 (PORTER, 2004).

Após a recessão de 2001, a economia norte-americana, através de políticas econômicas de viés keynesiano bastante contundentes, iniciou um processo de retomada do crescimento. A maioria dos indicadores de nível de atividade confirmava a tendência de expansão da economia, exceto a criação de emprego, que não manifestou sinais de melhora mesmo tendo sido passados mais de dois anos do início da recuperação econômica, configurando a maior *jobless recovery*¹ já registrada nos EUA.

Nos novos dados de criação de empregos discriminados por setores, apenas a indústria não abriu novas vagas. Todavia, mesmo tal fato é positivo dentro do atual contexto, pois nos últimos 43 meses o setor vinha eliminando postos de trabalho. Os destaques em criação de novas vagas foram saúde e assistência social, que ofereceram 36 mil postos, e o varejo, com 47 mil empregos (PORTER, 2004).

Apesar da melhora trazida pelos resultados de março, o mercado de trabalho norte-americano, durante a atual

gestão do governo federal, observou degradação contínua, tendo sido eliminados quase 2 milhões de postos de trabalho nos últimos três anos (EMPREGOS..., 2004). Além disso, o bom desempenho de um mês não pode, isoladamente, permitir conclusões sobre a formação de uma tendência. Segundo o conselheiro para assuntos econômicos do candidato democrata à presidência, Kerry, “Uma maçã saudável não salva todo um cesto podre” (PORTER, 2004).

Um dos aspectos mais controversos da questão do mercado de trabalho entre os norte-americanos é concernente à transferência de empregos da indústria local para os países asiáticos, principalmente a China, via investimento estrangeiro direto, por conta do custo mais baixo da força de trabalho oriental. Segundo relatório sobre direitos humanos do Departamento de Estado, os EUA perderam 727 mil postos de trabalho para os chineses desde que o atual presidente assumiu o Executivo (CANZIAN, 2004). A maior central sindical dos Estados Unidos, a AFL-CIO, com 13 milhões de afiliados, registrou queixa formal na Comissão Internacional de Comércio norte-americana, requerendo uma ação da Casa Branca em relação ao afluxo de empregos, mais precisamente, demandando a imposição de tarifas unilaterais sobre as importações de manufaturados da China. Segundo a Central, a emigração das vagas ocorre “graças à violenta repressão chinesa às greves e demandas salariais no país”, caracterizando uma espécie de dumping social (CANZIAN, 2004). Apesar da mobilização dos trabalhadores estadunidenses ser obviamente determinada pela apreensão com seus próprios interesses imediatos, a “preocupação” com as condições de trabalho dos operários orientais soa como uma paródia à secular almejada solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo.

A controvérsia relativa ao que deve ser feito nos EUA, na problemática do deslocamento de postos de trabalho para outros países, vai além da mobilização dos trabalhadores. O debate envolve premissas elementares de Democratas e Republicanos norte-americanos, no que concerne à liberdade econômica. Os primeiros, geralmente, encaram a apologia às teses liberalizantes com mais cautela, ao menos quando os impactos da aplicação de tal ideário prejudicam o bem-estar dos setores internos que eles representam, como no caso específico das centrais sindicais. Os últimos, por seu turno, apesar de também constrangerem a liberdade econômica quando lhes convém, podem fazê-lo com menor frequência – ao menos retoricamente –, pois a liberalização, normalmente, beneficia os grupos que eles defendem: no caso do refluxo de empregos, os industriais que aproveitam o custo rebaixado da força de trabalho chinesa.

¹ Recuperação sem emprego, numa tradução literal.



Para além desta abordagem mais pragmática, o debate da proteção dos empregos industriais está também ancorado na teoria econômica do comércio internacional. Para uma defesa do desvio do livre comércio existe o argumento do diferencial dos salários, que consiste no ganho marginal líquido oriundo da criação de um posto de trabalho na indústria, com maior salário, em troca da eliminação de uma vaga em outro setor, pior remunerado. Para a ortodoxia dos economistas, a preocupação com a exportação de salários da indústria, sob esta ótica, é conceitualmente razoável, porque leva em conta o funcionamento natural dos mercados e as externalidades positivas. Contudo, os impactos quantitativos – perda de renda interna – que a transferência de empregos criariam, seriam desprezíveis, em especial numa economia do porte da norte-americana. Destarte, não seria interessante abdicar da liberdade econômica em nome da proteção dos postos de trabalho local (KRUGMAN e OBSTFELD, 2001).

Analistas avaliam que a economia norte-americana precisa gerar 150 mil empregos líquidos por mês para garantir ocupação aos novos integrantes da população economicamente ativa (EMPREGOS..., 2004). Apesar dos mais de 300 mil novos postos de trabalho criados, houve sutil elevação da taxa de desemprego dos EUA no mês de março, variando de 5,6% para 5,7%. Segundo economistas ligados ao governo, tal fenômeno se deve ao grande ingresso de novos trabalhadores na PEA do período, esperançosos pelo aumento da demanda por trabalho a partir da recuperação econômica.

Mesmo sendo um dado isolado e demandante de futuras confirmações de tendência, a criação de um grande número de postos de trabalho nos EUA no mês de março já fez surgir nos “mercados” a expectativa de uma possível elevação da taxa de juros norte-americana, ainda em seu menor patamar dos últimos quarenta anos. Tal anseio é corroborado pelos abissais déficits gêmeos que a economia estadunidense, mais uma vez, deve registrar este ano. O déficit fiscal previsto no orçamento do governo federal para 2004 é de US\$ 521 bilhões, um recorde histórico. As transações correntes, por seu turno, também devem registrar um saldo negativo em torno de US\$ 500 bilhões.

Ademais, a divulgação dos resultados do crescimento da inflação e do PIB norte-americano, no primeiro trimestre deste ano, instiga mais especulações sobre uma possível elevação dos juros. O incremento do índice de preços dos EUA, no primeiro terço do ano, calculado em uma taxa anualizada, foi de 2,5%, percentual considerado alto para os padrões daquela economia. A produção, por seu turno, também em taxa anualizada, cresceu 4,2 % no primeiro trimestre, delineando, cada vez mais claramente, a força da recuperação econômica norte-americana.

Caso a expectativa de elevação dos juros norte-americanos, em um futuro próximo, se confirme, a alteração da dinâmica dos fluxos de capitais financeiros no mundo daí advinda seria possivelmente danosa para os países da periferia capitalista, como o Brasil. O resultado mais provável seria uma fuga dos capitais das áreas de risco, trazendo à tona os recorrentes problemas de balanço de pagamentos das nações dependentes e impelindo os governos a adotarem os infundáveis ajustes recessivos. Para se ter uma idéia da conexão imediata que o capital financeiro desregulamentado é capaz de articular entre variáveis aparentemente pouco relacionadas, no mesmo dia em que foi anunciada a melhora do índice de criação de emprego nos EUA, o risco-país brasileiro subiu 2,95%. Em caso similar, no final de abril, a divulgação da evolução do PIB norte-americano no primeiro trimestre impeliu o dólar a atingir seu maior valor desde setembro de 2003.

Prevendo a iminência de um desastre próximo, o FMI (2004) aponta o atual cenário de alta liquidez de crédito para os países periféricos e reduzidos patamares dos riscos como fenômenos “cíclicos”. “Por isso, os países emergentes precisam se preparar para enfrentar novos períodos de instabilidade e turbulência” (GUANDALINI, 2004, p.B5). Segundo o Fundo, as nações periféricas devem compreender os fatores que influem na formação dos spreads entre a taxa de juros norte-americana e as imputadas aos emergentes, para tirar melhor proveito dos momentos de oferta de crédito a baixo custo.

De forma não surpreendente, nada se fala sobre intervenção nos fluxos de capital ou outros meios de controle efetivo da vulnerabilidade externa pelos países emergentes no relatório do FMI. Neste contexto histórico de hegemonia, também ideológica, do capital financeiro, emergiu como intrigante a posição assumida pelo ministro da economia de centro-direita francês, em conferência ministerial sobre a pobreza mundial, realizada na Inglaterra. Durante o encontro, ele propôs a criação de uma taxa para os fluxos de capitais internacionais como meio de financiamento do desenvolvimento dos países periféricos (ROSSI, 2004). A proposta, apesar de muito audaz para o atual cenário internacional, é análoga a muito debatida Taxa Tobin, idealizada por um falecido economista norte-americano para estancar a volatilidade dos capitais financeiros internacionalmente.

A Conferência Ministerial sobre o financiamento do desenvolvimento teve como principal objetivo a discussão de medidas para eliminação da pobreza no mundo, cuja redução foi acordada nas chamadas “Metas do Milênio”, no ano 2000. O prazo estipulado para consecução do acordo era até 2015, mas o desenrolar dos acontecimentos



no mundo pode postergar a data limite para 2147 (ROSSI, 2004). Perdurando os atuais moldes do sistema financeiro internacional, talvez seja muito otimismo esperar grande diminuição da miséria no mundo em apenas um século.

Uma vez exposta a consolidação do crescimento econômico norte-americano, que já vinha se processando ao longo do ano passado, e a estabilidade, ainda que efêmera, atualmente reinante nos mercados financeiros mundiais, pode-se analisar os efeitos desses macrocondicionantes internacionais sobre os resultados do setor externo brasileiro, auferidos no ano passado e nos quatro primeiros meses de 2004.

A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2004

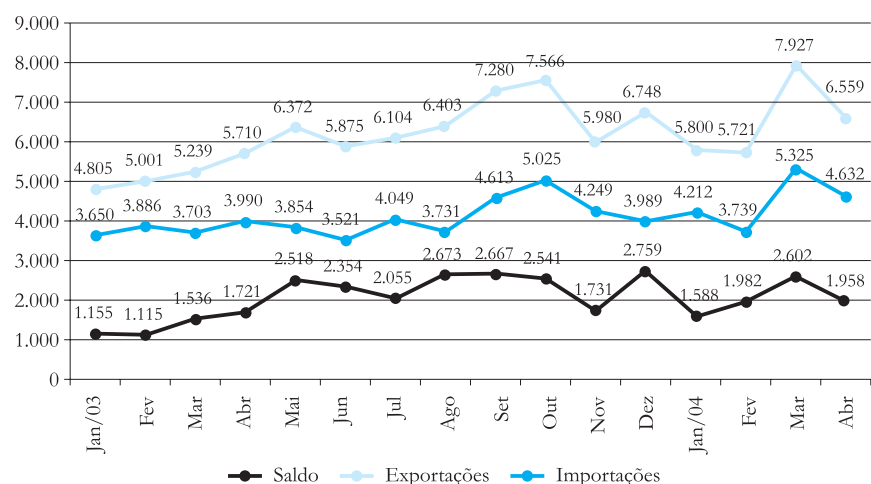
Após um ano muito positivo em 2003, quando as exportações registraram um valor recorde histórico de US\$ 73,08 bilhões, gerando um saldo global na balança comercial de US\$ 24,82 bilhões, o primeiro quadrimestre de 2004 terminou como o ano passado, registrando novos recordes históricos. A balança comercial fechou os primeiros quatro meses do ano com um saldo positivo de US\$ 8,13 bilhões – melhor resultado já alcançado em um primeiro quadrimestre, e 47% superior ao superávit alcançado no mesmo período de 2003 – com as exportações atingindo US\$ 26,04 bilhões e, as importações, US\$ 17,91 bilhões (respectivamente 25,45% e 17,62% superiores aos resultados obtidos entre janeiro e abril de 2003).

Esse resultado positivo pode ser explicado pela conjuntura internacional, que continuou nesse primeiro quadrimestre, assim como ao longo de todo o ano de 2003, amplamente favorável às exportações brasileiras. Os preços das commodities exportadas continuam em forte alta, podendo ser apontados como um dos principais motivos pelo grande valor das exportações. Entre as commodities que têm maior participação na pauta de exportações brasileiras, destaque para minério de ferro, soja em grão e farelo de soja, que tiveram seus preços majorados, na comparação entre abril de 2004 e de 2003, em 28,5%, 38,9% e 39,7%,

respectivamente (sendo que, em 2003, os preços já se encontravam em uma base mais elevada do que a média histórica). Da mesma forma, a expansão da demanda externa, impulsionada principalmente pelo crescimento das economias norte-americana e chinesa, além do efeito da elevação dos preços das commodities, está estimulando o crescimento das vendas para o exterior. Portanto, a permanência de uma situação externa conjuntural favorável às exportações brasileiras, em um ambiente de crescimento do fluxo mundial de comércio, está permitindo que a balança comercial, em 2004, alcance resultados ainda melhores que os do começo do ano passado.

Nem mesmo o processo de crescimento econômico esperado para esse ano (que, até agora, não deslanchou) e que, provavelmente, implicará incremento das importações – já verificado nesse primeiro quadrimestre, em decorrência, sobretudo, do aumento da produção industrial, da recomposição dos estoques, da elevação dos preços dos itens importados por causa da desvalorização internacional do dólar, do aumento do dinamismo do setor exportador de manufaturados, que demanda insumos importados, e da antecipação de compras externas devido ao início da incidência da PIS/Cofins sobre as importações a partir de maio – deve ser capaz de reverter o expressivo superávit comercial decorrente do crescimento das exportações. Caso a conjuntura internacional se mantenha ao longo de todo o ano sem maiores sobressaltos, provavelmente o saldo na balança comercial, em 2004, deve ficar no mesmo patamar daquele verificado em 2003.

Gráfico 1
Balança Comercial
Brasil
jan/03-abr/04 (em US\$ milhões)



Fonte: MDIC



A DÍVIDA EXTERNA EM 2003

Nos últimos seis anos, a dívida externa brasileira vem se mantendo mais ou menos estável. Após a desvalorização cambial ocorrida no começo de 1999, a tomada de recursos no exterior passou a se apresentar mais cara e, principalmente, mais arriscada, uma vez que o regime de câmbio flutuante traz maior volatilidade e incertezas para os empréstimos em moeda estrangeira. Dessa forma, a captação de recursos internos tem sido preferida pelos investidores nacionais, o que levou à estabilização da dívida externa – que fechou o ano em US\$ 214,9 bilhões (quadro 1).

Essa relativa estabilidade no valor nominal da dívida externa, associada ao crescimento contínuo das exportações nos últimos anos, vem fazendo com que o indicador mais importante da vulnerabilidade externa do país – a relação dívida externa total/ exportações – venha apresentando significativas melhoras. Diferentemente do que ocorre com a dívida pública interna, em que interessa saber a sua proporção em relação ao Produto Interno Bruto, essa comparação com a dívida externa pode se tornar enviesada, uma vez que o PIB quantificado em dólar, necessário para a comparação com a dívida quantificada em dólar, pode ser distorcido em decorrência de questões cambiais, em que possíveis valorizações ou desvalorizações da moeda nacional se sobreponham à efetiva capacidade produtiva do país. Como as exportações também são quantificadas em dólar, esse problema não aparece na comparação entre as duas variáveis. Por outro lado, essa relação se torna útil porque permite conhecer a capacidade que a economia tem de financiar a sua dívida externa com base na sua capacidade de gerar divisas estrangeiras, que se dá exatamente por meio das exportações. Nesse sentido, o que se nota é uma evolução positiva desse indicador: enquanto, em 1998, a dívida externa total era 4,4 vezes superior às exportações brasileiras, no ano passado ela correspondeu a 2,9 vezes o valor total das exportações (quadro 1).

No mesmo sentido, outro indicador de vulnerabilidade externa, a relação entre os juros pagos com a dívida externa e as exportações, também vem apresentando melhorias. Enquanto, em 1998, 31% das exportações

daquele ano foram utilizadas para pagar os juros da dívida, em 2003 “apenas” 21% do valor das exportações foi destinado a essa finalidade (quadro 1).

Quadro 1
Brasil - Indicadores de endividamento externo (em US\$ milhões)

Discriminação	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Juros da dívida	15.843	17.468	17.096	17.621	15.275	15.328
Dívida de médio e longo prazo (A)	197.494	199.000	189.501	182.276	187.316	194.736
Dívida de curto prazo (B)	26.298	26.609	27.420	27.658	23.395	20.163
Dívida total (C)=(A+B)	223.792	225.609	216.921	209.934	210.711	214.898
Dívida externa total do setor público	111.536	112.354	104.969	108.209	125.383	135.689
Exportações	51.140	48.011	55.086	58.223	60.362	73.084
Indicadores						
Dívida total/exportações	4,4	4,7	3,9	3,6	3,5	2,9
Juros/exportações (%)	31,0	36,4	31,0	30,3	25,3	21,0
Dívida total do setor público/dívida total (%)	49,8	49,8	48,4	51,5	59,5	63,1

Fonte: Banco Central

Portanto, esse aumento que as exportações vêm registrando nos últimos anos tem servido não apenas para gerar superávits nas transações correntes do Brasil, mas também para garantir maior segurança aos investidores internacionais, ao diminuir o risco de default da economia brasileira, uma vez que o valor das exportações tem servido para pagar os juros da dívida e para dar uma maior cobertura à dívida total.

Porém, apesar da melhora nesses indicadores, a situação brasileira ainda é muito delicada, ainda mais se comparada à dos demais países emergentes. Segundo o IEDI (2004), a dívida externa dos países em desenvolvimento, no final de 2003, era, em média, 1,43 vezes superior que o valor de suas exportações, menos da metade do resultado brasileiro (quadro 1). Da mesma maneira, o Brasil é o país emergente que mais compromete suas exportações com o pagamento de juros da dívida externa, desembolsando relativamente muito mais que os demais países em situação similar de desenvolvimento – à exceção da Argentina, que permanece num processo de moratória (gráfico 2). Ou seja, apesar dos avanços obtidos, o país permanece numa situação relativa muito difícil, de extrema vulnerabilidade externa e cada vez mais dependente de resultados positivos em suas exportações para manter a confiança dos investidores internacionais.

Outros dois fatores contribuem para a conclusão de que a vulnerabilidade externa da economia brasileira permanece ainda em grau muito elevado. O primeiro deles é que a dívida do setor público está crescendo cada vez mais em valores absolutos e como proporção da dívida total. Entre 1998 e 2003, a dívida externa total do setor público cresceu

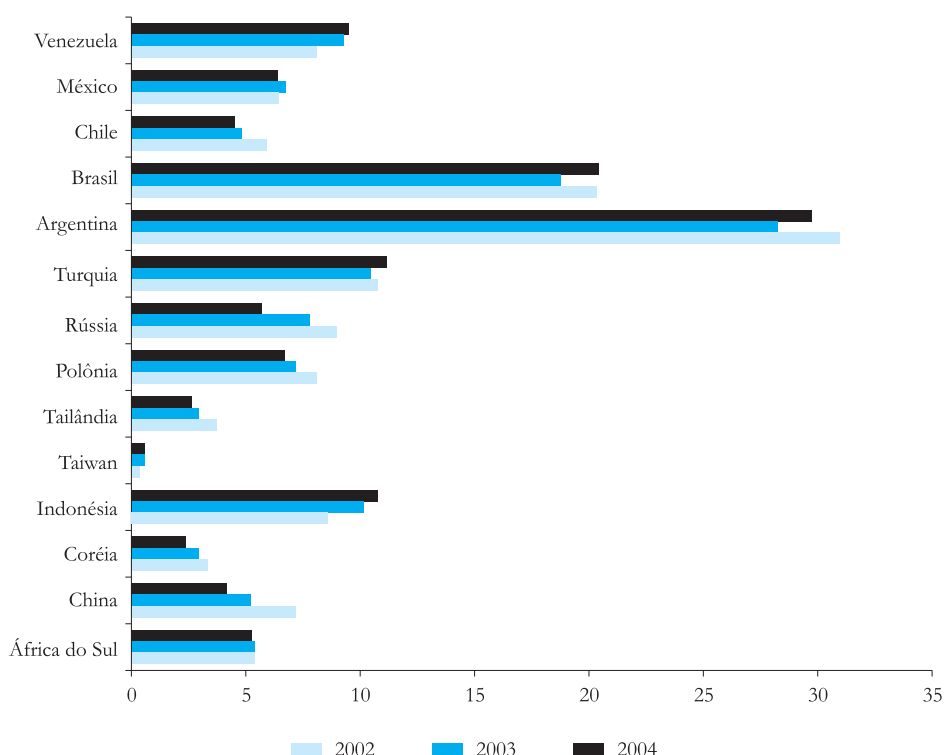


21,6% em termos absolutos. Da mesma forma, a dívida privada, que representava a maior parte da dívida total até o ano 2000, vem diminuindo a sua participação acentuadamente nos últimos três anos – em 2003, a dívida do setor público passou a representar 63,1% da dívida externa total do Brasil (quadro 1). Assim, esse aumento absoluto e relativo da dívida externa pública acaba implicando um maior esforço de contingenciamento de recursos para pagar o serviço dessa dívida – dentro da ótica do governo, isso se traduz em maior necessidade de se obter superávits fiscais primários.

O segundo fator de preocupação diz respeito ao prazo médio da dívida externa. Mesmo com a situação aparentemente sob controle, com o valor nominal

da dívida praticamente constante, o seu prazo de vencimento vem diminuindo nos últimos anos. O prazo médio da dívida externa registrada, que era de 8,7 anos, no começo do Plano Real, em 1994, vem diminuindo ano após ano, chegando à marca de apenas 5,8 anos em 2003. Com um prazo de vencimento cada vez menor, cresce a necessidade e a urgência em se conseguir recursos para financiar a rolagem dessa dívida, impossibilitando um planejamento de mais longo prazo para a sua administração.

Gráfico 2
Pagamento de Juros - % da Exportação de Bens, Serviços e Transferências

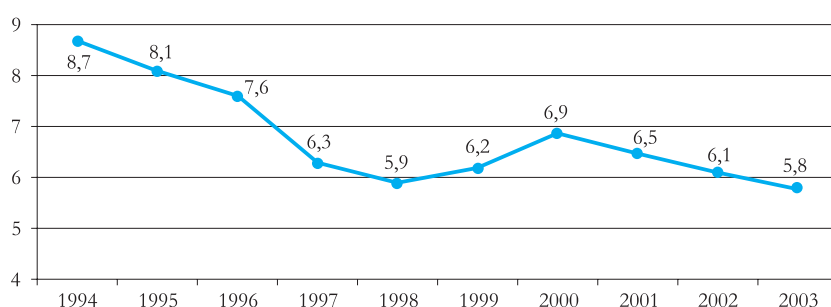


Fonte: Banco Central do Brasil, com dados do Emerging Markets Economic Indicators, JP Morgan.
Elaboração: IEDI (2004)
Nota: Os dados são estimativas/ previsões.

Portanto, apesar das melhoras nos indicadores de endividamento externo, a situação do Brasil permanece bastante complicada. Dentro da opção política atual de privilegiar a conquista de credibilidade junto ao mercado financeiro internacional, o montante total de recursos que deve ser destinado para a rolagem da dívida pública continua colocando grandes entraves para o processo de retomada do crescimento. Dessa forma, como uma das economias emergentes mais dependente dos fluxos de capitais estrangeiros e de menor capacidade de pagamento de sua dívida externa, a necessidade e a

urgência de continuar seguindo os seus compromissos com os credores estrangeiros limita cada vez mais a adoção de políticas macroeconômicas voltadas para o crescimento e a geração de empregos.

Gráfico 3
Prazo médio da dívida externa registrada (em anos)
Brasil



Fonte: Banco Central (Séries temporais)



Referências:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores econômicos consolidados. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 12 abr. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Indicadores e estatísticas. Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em: 03 maio 2004.

CANZIAN, Fernando. Central coloca Bush em Xequê sobre a China. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 de março de 2004. Caderno Dinheiro, p.B10.

ECONOMIC INDICATORS. Disponível em: www.economicindicators.gov. Acesso em: 20 abr. 2004.

EMPREGO NOS EUA TEM MAIOR ALTA EM QUATRO ANOS. Folha de São Paulo, São Paulo, 4 de abril de 2004. Caderno Dinheiro, p.B1.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. Global financial stability report. Abr. 2004. Disponível em: www.imf.gov. Acesso em: 12 abr. 2004.

GUANDALINI, Giuliano. Festa dos emergentes pode acabar, diz FMI. Folha de São Paulo, São Paulo, 4 de abril de 2004. Caderno Dinheiro, p.B1.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. Dívida externa, saldo externo e fluxos de capitais no começo de 2004. Disponível em: www.iedi.org.br. Acesso em: 12 abr. 2004 (Carta IEDI n.97).

KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional - teoria e política. São Paulo: Makron Books, 2001.

PORTER, Eduardo. 308.000 jobs created; Growth beat expectations. New York Times, April 4th, 2004.

ROSSI, Clóvis. Prazo para reduzir pobreza pode ir para 2147. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 de abril de 2004. Caderno Dinheiro, p.B4.



Balanço das Grandes Empresas Brasileiras

Este artigo pretende fazer um balanço das grandes empresas brasileiras, em 2002, ressaltando principalmente as empresas baianas, com base em pesquisas realizadas pela Revista Exame, que produz um ranking das maiores empresas do Brasil. As variáveis destacadas neste trabalho, entre outras, são o número de empregados, as vendas, o patrimônio líquido e a participação entre os estados.

Na comparação setorial observa-se que, em 2002, as empresas do setor industrial tiveram um desempenho mais satisfatório do que aquele verificado em outros setores como comércio e serviços. Ressalte-se que, na indústria, os lucros de 2002 atingiram a marca de US\$ 2,9 bilhões, o que representa 36% do ano de 2001, em termos de lucros. Apesar deste fato, o ramo industrial, que contou com 280 empresas entre as 500 maiores do País, mostrou resultados positivos, enquanto os setores de comércio e serviços tiveram desempenhos negativos. Como exemplo desse fato podemos salientar que o setor de serviços por intermédio de suas empresas, relacionadas entre as 500 maiores do país, tiveram prejuízo de US\$ 1,17 bilhão; enquanto isto, no setor de comércio, os últimos anos não foram bons e 2002, segundo a revista Exame, ainda foi pior, pois voltou a ficar no vermelho. Como exemplo podemos citar o fato da rentabilidade sobre o patrimônio ter ficado negativa, em torno de 0,4%.

Voltando ao setor industrial, deve-se salientar que este ramo ficou com dez empresas entre as vinte de maiores lucros. A Petrobras aparece, ainda neste caso, em primeiro lugar, com US\$ 2,7 bilhões.

A PETROBRAS¹ também foi a maior dentre as 500 maiores empresas do Brasil em 2002. Ela apresentou o maior lucro líquido ajustado com um total de US\$ 2.660 bilhões. Entre as 20 maiores empresas industriais por vendas, a PETROBRAS é a maior, com cerca de US\$ 33,3 bilhões.

Um fato que merece destaque nesta análise é que as principais montadoras de veículos não obtiveram um bom desempenho. Ressalte-se que somente a FORD conseguiu subir de posição na lista das 500 maiores empresas do País, saltando do 30ª posição, por vendas, em 2001, para a 27ª, em 2002. Acreditamos que este fato deva-se à inauguração da FORD Nordeste em Camaçari, pois produtos como o Novo Fiesta e o Ecosport estão sendo bem vendidos.

Com referência ao número de empregos, segundo a Revista Exame – Melhores e Maiores, a empresa líder em todo País em 2002 foi “Os Correios”, que é uma empresa estatal e de serviços públicos, com cerca de 98.015 pessoas empregadas. Isto bem demonstra, sem dúvida nenhuma, a importância do setor público na economia (vide tabela1).

Em segundo lugar entra o grupo de Comércio Varejista Pão de Açúcar, que empregou 57.898 trabalhadores. A Petrobras ficou em 5º lugar, ocupando cerca de 34.376 pessoas. O setor que mais empregou pessoas entre as vinte maiores empresas, neste ranking, foi o industrial, com sete empresas.

Ressalte-se, ainda, que entre as dez maiores empregadoras, segundo a Exame, quatro são indústrias: Petrobrás, Sadia, Volkswagen e Perdigão. Estas quatro absorveram 115.000 pessoas aproximadamente. Seis empresas industriais estão no rol das que pagaram mais salários, enquanto que doze indústrias pagaram mais impostos, entre as vinte maiores.

Com relação ao desempenho entre as regiões, as Regiões Norte e Nordeste, em 2002, apresentaram desempenho semelhante ou superior ao de outras regiões, pois a

¹ A Petrobras foi a única empresa aberta fora dos EUA que obteve lucro superior a US\$ 1 bilhão no terceiro trimestre de 2003, segundo o levantamento da Consultoria Economista. A Petrobrás ficou à frente de empresas como IBM, JP MORGAM, CHASE, INTEL e COCA COLA.

* Economista da GESO/SEI.



Tabela 1
Classificação das Empresas pelo
Número de Empregados
2002

Nº	Empresa	Sector	Empregados
1	Correios	Serviços Públicos	98.015
2	Pão de Açúcar	Comércio Varejista	57.898
3	Carrefour	Comércio Varejista	46.171
4	MacDonald's	Comércio Varejista	36.000
5	Petrobras	Química e Petroquímica	34.376
6	Sadia	Alimentos, Beb. e Fumo	32.067
7	Volkswagen	Automotivo	26.129
8	Atento	Serviços Diversos	25.274
9	Perdigão Agroindl.	Alimentos, Beb. e Fumo	24.151
10	Sonae	Comércio Varejista	19.994
11	Grendene Calçados	Confec. e Têxteis	19.648
12	Sabesp	Serviços Públicos	18.505
13	Casas Bahia	Comércio Varejista	17.623
14	GM	Automotivo	17.136
15	Cbb/Ambev	Alimentos, Beb. e Fumo	17.033
16	GR	Serviços Públicos	15.682
17	Norberto Odebrecht	Construção	14.354
18	Vale do Rio Doce	Mineração	14.289
19	Camargo Corrêa	Construção	13.358
20	Sendas	Comércio Varejista	13.353

Fonte: Revista Exame - Melhores e Maiores: As 500 Maiores Empresas do Brasil

produtividade de suas empresas (vendas sobre ativo) permaneceu em alta, passando de 0,6%, em 2000, e chegando à 0,61%, em 2002.

No que tange as vendas, o crescimento foi de 4,2%, das empresas situadas na região Norte e Nordeste, sendo que, o do Brasil, ficou na casa de 1,1%. O setor industrial foi responsável por 61% das vendas entre as 100 maiores empresas da região. O comércio ficou com 13% e, o setor serviços, girou em torno de 26%.

As empresas que obtiveram mais receitas na região Norte-Nordeste foram as indústrias. É bom ainda frisar que três têm faturamento superior a US\$ 1 bilhão: Braskem, Chesf e OPP, sendo que a primeira e a terceira têm sede na Bahia. Ressalte-se ainda que a Coprodal, empresa ligada à Nestlé e situada em Itabuna-BA, teve o segundo maior crescimento de vendas, com 40,1%, sendo também eleita a melhor empresa de alimentos.

A Bahiagás aparece como a empresa de melhor rentabilidade sobre o patrimônio, no setor de serviços, com um retorno de 34,1% sobre o investimento. Com referência ao desempenho das empresas da Bahia, podemos ver que a Braskem desponta como a maior empresa da Bahia, com um patrimônio líquido ajustado de US\$ 815 bilhões, em 2002, e vendas de US\$ 1.793 bilhões.

Quanto ao número de empregados absorvidos pelas empresas baianas, o Bompreço – Bahia é a empresa que empregou maior quantidade de trabalhadores, com um total de 7.591 pessoas. Em seguida vem a OAS, com 6.455 empregados (vide tabela 2). A Braskem, que é a maior empresa da Bahia e Região Norte-Nordeste, emprega tão somente 1.119 trabalhadores, enquanto a empresa que menos emprega em nosso Estado é a Politen, com cerca de 252 pessoas. Contudo, o grande destaque nas empresas baianas foi a Coprodal, indústria de bebidas e alimentos que, pela primeira vez figurando entre as 500 maiores do País, foi a melhor do setor de bebidas e alimentos em todo o Brasil.

Ressalte-se que, de acordo com a revista Exame – Melhores e Maiores, a indústria petroquímica, com um forte peso em nosso Estado, não obteve um desempenho excepcional como ocorreu em anos anteriores. Apenas duas delas figuram no ranking das empresas com maior crescimento de vendas, no ano de 2002. É o caso da OPP com 10,2% (6ª posição) e da TRIKEM, que figurou na 10ª posição, com cerca de 2,2%. Estes índices estão bem abaixo daquele observado pelo COPRODAL, que obteve um crescimento de vendas na ordem de 40,1%, fazendo com que o Estado baiano garantisse lugar entre as 20 melhores de cada setor (alimentação e bebidas). Um fato que chama a atenção é que a Bahia não possui tradição neste ramo de atividade, sendo este, portanto, um novo setor no qual a economia baiana começa a se inserir.

Apesar do pífio desempenho da indústria petroquímica, as empresas da Bahia pontuaram como o maior aumento de vendas, com um crescimento de 6,8% em 2002. A SIBRA, empresa do ramo siderúrgico, vem em segundo lugar neste indicador, logo após a COPRODAL, com um crescimento em volta de 28%.

Em termos de rentabilidade, a Bahia se destaca com uma mediana de 6,5%, só ficando abaixo do Ceará. “Estes bons índices fazem do Estado baiano uma exceção no Cenário Atual”, segundo a revista. Contudo existe um fato negativo: A BRASKEM, que é a maior empresa baiana e nordestina, fechou 2002 com um prejuízo de US\$ 317,7 milhões. Entre as dezesseis empresas baianas listadas entre as 500 maiores do País, sete pertencem ao ramo químico e petroquímico, perfazendo 43,75% do total (vide tabela 2), fato este que demonstra a concentração setorial da indústria baiana. Esta concentração em anos anteriores ficava em volta de oito empresas.

Tabela 2
As Maiores Empresas Privadas da Bahia Entre as 500 Maiores do País
2002

Ordem	Empresa	Ramo	Venda US\$ Milhões	Patrimônio Líq. Ajustado Em US\$ Milhões	Número de Empregados
01	BRASKEM	Química e Petroquímica	1.793,3	815,0	1.119
02	OPP	Química e Petroquímica	1.124,1	173,2	632
03	COELBA	Serviços Públicos	778,1	778,1	2.884
04	TRIKEM	Química e Petroquímica	591,9	156,0	8.387
05	CARAÍBA METAIS	Siderurgia e Metalurgia	513,2	209,6	859
06	BOMPREGO -BAHIA	Comércio Varejista	497,0	112,1	7.591
07	BAHIASUL	Papel e Celulose	395,1	704,6	1.043
08	POLITENO	Química e Petroquímica	377,7	159,2	252
09	OAS	Construção	337,0	149,1	6.455
10	OXITENO NORDESTE	Química e Petroquímica	297,4	154,1	270
11	MONSANTO NORDESTE	Química e Petroquímica	294,0	93,2	188
12	DETEN	Química e Petroquímica	230,5	68,6	246
13	INSINUANTE	Comércio Varejista	208,6	22,6	2.913
14	VIVO-BAHIA	Telecomunicações	200,4	163,9	446
15	EMBASA	Serviços Públicos	178,6	709,7	3.179
16	COPRODAL	Alimentos e Bebidas	164,4	92,3	258

Fonte: Exame - Melhores e Maiores: as 500 maiores empresas do Brasil, ago. 2003.

A FORD pode contribuir de uma maneira efetiva para que a Bahia não dependa tanto da indústria química e petroquímica como ocorre atualmente. E, de fato, a FORD já começa a contribuir para a dinamização da economia baiana, pois o produto automóvel já detém o segundo lugar na pauta de exportações de produtos industrializados da Bahia, com um percentual de 12,23% em 2003. É importante salientar, ainda, que as exportações de veículos, partes e acessórios produzidos na Bahia totalizaram US\$ 398 milhões em 2003. Seus principais mercados são o México, a Argentina e o Chile, ao passo que a Venezuela compra acessórios para montagem de veículos em seu território.² Este fato torna-se importante na medida em que a Bahia firma-se como um estado exportador, trazendo divisas para o Brasil e aumentando, por conseguinte, o seu poder de barganha junto à União.

Dentro deste raciocínio, podemos citar que, segundo a Promo, as exportações baianas atingiram, em 2003, o valor de US\$ 3,258 bilhões, apresentando uma taxa de crescimento de 35,22% em relação a 2002, superior em duas vezes à média nacional. Por outro lado, as exportações baianas podem dinamizar o sistema econômico do Estado. Os dados coletados junto à Revista Exame indicam que a desconcentração econômica vem se deslocando do eixo Rio-São Paulo ao longo dos anos. Com efeito, em 1974, na 1ª edição da revista Exame - Melhores e Maiores, 83% das 500

maiores empresas estavam nesse eixo. Trinta anos depois, esta participação passa a ser de 58%, sendo que a participação de São Paulo, em 2002, é de 45% e, a do Rio de Janeiro, de 13%. As empresas gaúchas detêm uma percentagem de 8% e, as de Minas Gerais, ficam ao redor de 7,8%. A Bahia, ao longo destes últimos anos, se mantém na faixa de 3,2% sendo, também neste ponto, o principal estado do Nordeste, pois o Ceará detém 1,4% das empresas entre as 500 maiores e, Pernambuco, ocupa cerca de 1,2% (vide tabela 3). Podemos observar, então, que a Bahia se situa abaixo de estados da Região Sudeste. É necessário que a desconcentração econômica se encaminhe para a nossa região e Estado, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Os investimentos, atualmente, em nosso País, têm a lógica do Mercosul e estão direcionados para o Centro-Sul. É preciso que a Bahia se volte para a ALCA. Acreditamos que a concepção da ALCA traga mais vantagem ao Estado baiano, pois rompe com o status quo montado em torno do Mercosul, que só beneficiou os estados do sudeste. Por esta razão, o Paraná conseguiu atrair três grandes indústrias automobilísticas (AUDI, CHRISLER e RENAULT).

Edgard Porto e sua equipe comentam, na publicação "Quatros Cantos da Bahia", que "determinados setores estão produzindo em torno da região sudeste e representam o maior peso no PIB Nacional. É a porção da economia e o subespaço no território que justificam a atual política comercial externa (incluindo o Mercosul) e que refletem a estrutura básica do programa Brasil em

² Tribuna da Bahia – 6/11/2003.



Ação, que resultou nas ações orçamentárias contidas no PDA para os próximos anos. A referida equipe ainda diz “que os países pertencentes ao NAFTA, e os países latino americanos, exclusive o MERCOSUL, agregados sobre a denominação da ALCA que mantêm a liderança na corrente do comércio exterior da Bahia, seja com relação as exportações ou as importações, destacando-se os EUA como o maior parceiro comercial e individual da Bahia”. A equipe do SPE ainda diz que “o estabelecimento da ALCA rompe a prioridade dos fluxos do MERCOSUL. Onde os subespaços mais privilegiados encontram-se entre os eixos sudeste do Brasil e a região de Buenos Aires, enquanto todos as outras regiões do bloco tendem a servir como periferia, com algumas qualificações. Neste modelo atual, a Bahia e toda a região Nordeste foram beneficiadas pela formação do bloco, porém em menor intensidade que os dois pólos mais importantes (São Paulo e Buenos Aires) e os subespaços compreendidos entre eles”. A localização geográfica da Bahia está muito mais voltada para os países da América do Norte do que para os estados do sul-sudeste. Acreditamos, também, que a FORD optou pela Bahia por conta desta localização. Dentro deste prisma, ela não se interessou pelo MERCOSUL e pensou muito mais na ALCA. Neste sentido, a área de livre comércio é vital para a consolidação do Parque Automobilístico baiano.

Tabela 3
Participação Percentual dos Estados entre as
500 Maiores Empresa
2002

Estados	%
São Paulo	45
Rio de Janeiro	13
Minas Gerais	7,8
Rio Grande do Sul	8
Paraná	5,6
Bahia	3,2
Pernambuco	1,2
Ceará	1,4

Fonte: Exame - Melhores e Maiores: as 500 maiores empresas do Brasil, ago. 2003.

Para que a Bahia possa ter mais de 16 empresas entre as 500 maiores do Brasil é necessário que o Pólo Automobilístico deslanche e que a Hyundai realmente se implante em nosso Estado. A fábrica da Aracruz Celulose precisa ser inaugurada, bem como se torna necessário a ampliação da Bahia-Sul, consolidando então o pólo de papel e celulose. Uma usina de aços planos precisa ser instalada na Bahia, fomentando, deste modo, o pólo metal-mecânico, o que pode contribuir para a atração de outras indústrias automobilísticas.

Referências

- MELHORES e Maiores – As 500 maiores empresas do Brasil, Revista Exame, julho de 2003.
- Exportações da Bahia superam a média nacional, Tribuna da Bahia, 6/11/2003.
- Petrobrás lucra mais que IBM, INTEL e COCA-COLA – Tribuna da Bahia, 26/11/2003.
- SERRA, Edelcique Machado, A ALCA, o MERCOSUL e a Bahia, Conjuntura e Planejamento nº 85, p.35-36, junho 2001.
- BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Quatros Cantos da Bahia. Salvador: Superintendência de Estudos Estratégicos, 2001, 109 p. (Série Estudos Estratégicos, n.4)pgs.

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS ALCANÇARÃO R\$25 BILHÕES

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2004-2008, totalizaram um volume recorde da ordem de R\$ 24,6 bilhões agregando 421 projetos. Tais investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Analisando estes investimentos quanto ao Complexo de Atividade Econômica verificou-se que 76% encontram-se alocados nos complexos Atividade Mineral e Beneficiamento (13%), Complexo Madeireiro (49%) e Químico e Petroquímico (14%) agregando um volume de recursos da ordem de R\$ 19 bilhões em 108 projetos de empresas representando cerca de 26% do total de projetos anunciados. A partir de tais resultados, confirma-se a tendência de alocação dos maiores volumes de investimentos em grandes empreendimentos industriais. Os demais complexos agregam um volume da ordem de R\$ 5,6 bilhões e 313 projetos.

Em relação à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, parte expressiva dos investimentos estão concentrados nos eixos Metropolitano e Extremo Sul agregando 90% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R\$ 22,3 bilhões. Tais eixos agregam cerca de 248 projetos de investimentos, o que representa 59% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 2,3 bilhões, representando 10% do total.

No que tange a situação destes investimentos, 57,5 %

estão alocados em implantações de novas unidades industriais, o que representa um volume na ordem de R\$14,2 bilhões. Enquanto que 41,8% estão alocados em ampliações e 0,7% em reativações, somando recursos na ordem de R\$10,5 bilhões.

Os empreendimentos industriais irão gerar mais de 103 mil postos de trabalho, sendo que o complexo Calçados/Têxtil/Confecções e o Agroalimentar concentram 57,2% do total dos empregos diretos. Os demais complexos são responsáveis por cerca de 42,8% dos empregos, destacando-se os complexos Metal-Mecânico, que é responsável por 8,7% dos empregos, e o complexo Eletroeletrônico, que detém cerca de 7,3% destes.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2004, encontram-se a Veracel Celulose, a Valença Têxtil, Confecções Camacan e Uma Química do Nordeste.



Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2004 - 2008

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Agroalimentar	1.136.574	61
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.313.382	26
Calçados/Têxtil/Confecções	907.725	40
Complexo Madeireiro	12.156.807	18
Eletroeletrônico	1.505.645	65
Metal-Mecânico	404.061	6
Químico-petroquímico	3.559.956	64
Transformação Petroquímica	1.047.646	83
Outros	620.569	58
TOTAL	24.652.364	421

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/04.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2004 - 2008

EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Baixo Médio São Francisco	97.093	6
Chapada Norte	75.356	12
Chapada Sul	7.230	4
Extremo Sul	11.996.923	13
Grande Recôncavo	486.148	52
Mata Atlântica	630.253	51
Médio São Francisco	31.500	2
Metropolitano	10.283.015	235
Nordeste	22.817	5
Oeste do São Francisco	667.186	14
Planalto Central	110.340	1
Planalto Sudoeste	189.185	17
A Definir	55.320	9
TOTAL	24.652.364	421

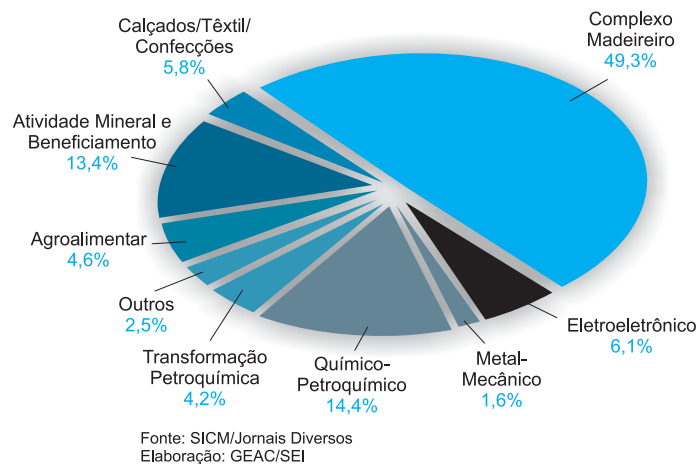
Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/04.



Investimentos Previstos para a Bahia - 2004 / 2008
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

ODEBRECHT DÁ CONTINUIDADE AO PROJETO DA FAZENDA SAUÍPE

A Odebrecht vai dar seguimento ao plano diretor de desenvolvimento da Fazenda Sauípe, onde está implantado o complexo hoteleiro de Costa do Sauípe. Desta vez, a empresa está investindo R\$ 65 milhões para lançar um empreendimento imobiliário no local, que prevê a implantação de um condomínio com 118 casas de luxo, com preços a partir de R\$ 490 mil por unidade - em média R\$ 1.650 o metro quadrado.

Batizado de Casas de Sauípe Grande Laguna, o empreendimento será construído a partir de setembro numa área de 362 mil metros quadrados, com entrega para final de 2006. Dentro do condomínio, que dista dois quilômetros de Costa do Sauípe, está uma laguna de um milhão de metros quadrados, o equivalente a nove vezes o tamanho do Dique do Tororó. A construtora vai oferecer 12 opções de plantas, de quatro e cinco suítes, além de clube, restaurante, pizzabar, coffee shop, delicatessen, duas quadras de tênis, quadra poliesportiva, campo de futebol society e um spa com massagem, hidromassagem e sauna.

O condomínio terá a administração da empresa Itambé, uma das maiores do país, com atuação em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O Laguna terá o serviço Club Conciérge - um atendimento personalizado característico de resorts cinco-estrelas, com serviços opcionais pay-per-use, como central de locação, lavanderia, governança, jardinagem, supermercado delivery, baby sitting e personal training.

Odebrecht investe R\$ 65 milhões em novo projeto. Correio da Bahia, 16/04/2004.

MAIS UMA FÁBRICA DE CALÇADOS SE INSTALA NA BAHIA

O governador Paulo Souto assinou no dia 19/04 a ordem de serviço para a construção da Bison Indústria de Calçados (Via Uno) em Riachão do Jacuípe. O projeto ficará localizado na rodovia BA 120, no trecho que liga Riachão a Conceição do Coité, e custará quase R\$ 10 milhões, com previsão de gerar 700 empregos diretos.

Para o secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, o pólo calçadista baiano segue em ritmo acelerado de crescimento e transformará o estado num dos principais fabricantes de sapatos, tênis e sandálias do país, com uma produção bastante diversificada.

A ordem de serviço prevê, entre outros trabalhos, a construção do pavilhão industrial, mais anexos, guarita, depósito de cola, subestação de energia elétrica, bicicletário, refeitório, tratamento de efluentes e emissário, com o emprego de recursos superiores a R\$ 2 milhões. Em Riachão a Via Uno terá capacidade para fabricar diariamente sete mil pares de calçados femininos. A planta ficará num terreno com mais de 30 mil metros quadrados.

Riachão do Jacuípe terá fábrica da Via Uno. Diário Oficial, 19/04/2004.

TERMINAL DA BRASKEM EM ARATU RECEBERÁ INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA

A indústria petroquímica Braskem anunciou que fará um investimento de R\$ 92,5 milhões na infra-estrutura de seu terminal de nafta do Porto de Aratu. A maior parte dos recursos, R\$ 90 milhões, será investida na capacidade de armazenagem do terminal, com o objetivo de dobrá-la, para 295 mil m³, em 15 a 20 meses. Por esse terminal passa boa parte da nafta processada no Pólo Petroquímico de Camaçari.

O restante do aporte, de R\$ 2,5 milhões, será usado na ampliação do calado do terminal, que poderá receber navios com tonelagem até 40% maior. “A ampliação permitirá melhores negociações de preço de produto e de frete”, diz o diretor da unidade de insumos Básicos da Braskem, Ricardo Barbosa.

Controlada pelo Grupo Odebrecht, em 2003 a Braskem conseguiu um lucro de R\$ 215 milhões (revertendo prejuízo de R\$ 794 milhões em 2002), em grande parte por causa de um aumento de 49% nas exportações.

Braskem vai investir R\$ 92,5 mi em Aratu. A Tarde, 23/04/2004.

FÁBRICA DE BRINQUEDOS TRANSFERE TODA A SUA PRODUÇÃO PARA A BAHIA

Instalada há três anos no município de Lauro de Freitas, a fábrica da Baby Brink vai ampliar a sua capacidade de produção de brinquedos e bonecas, transferindo para a Bahia a unidade que funcionava como matriz, em São Paulo. O projeto de expansão prevê novos investimentos de R\$ 3 milhões para a produção de 1,5 milhão de peças/ano, gerando nesta nova fase, mais 500 empregos diretos.

São estes os números que constam no protocolo de intenções assinado pelo governador da Bahia, Paulo Souto (PFL), e o diretor-superintendente da Plásticos Acalanto (Baby Brink), Luiz Roseghini. O plano de expansão da empresa será executado com o apoio do governo da Bahia por meio do Programa Desenvolve, quer prevê incentivos na arrecadação de ICMS.

Com esta ampliação, a Baby Brink incluirá na sua linha de produção baiana os brinquedos de pelúcia, plush, e brindes promocionais, diversificando ainda mais a sua capacidade produtiva. “Além da geração de empregos, a empresa vai utilizar e desenvolver moderna tecnologia

de processo industrial, participando direta e intensamente no desenvolvimento do estado”, destacou o secretário Otto Alencar (Indústria, Comércio e Mineração).

A Baby Brink foi inaugurada, na Bahia, em março de 2001. Foram investidos R\$ 8 milhões para fabricar cerca de 500 mil bonecas/ano, em sua primeira fase, gerando 500 empregos diretos.

Baby Brink amplia linha de produção na Bahia. Gazeta Mercantil, 29/04/2004.

INAUGURADA INDÚSTRIA DE PALMITOS EM URUÇUCA

A empresa Inaceres Ltda., parceria entre a Agrocere e a equatoriana Inaexpo, inaugurou no dia 30/04 sua fábrica para o envase de palmitos, em Uruçuca (BA), próximo de Ilhéus. O investimento total foi de R\$ 15 milhões e envolveu também a formação das lavouras.

A capacidade da fábrica é para 60 mil caixas por mês. Segundo o diretor, é uma indústria moderna com estrutura para resíduos com critérios rigorosos de empresas de alimentos, sobre higiene, com tecnologia obtida pela empresa do Equador.

A perspectiva da empresa é de que no primeiro ano o faturamento com palmito atinja R\$ 10 milhões, em uma área estimada de 800 hectares cultivados. O projeto para os próximos quatro anos é de que o cultivo aumente para 4 mil hectares, o que significa que à época o faturamento vai ser de aproximadamente R\$ 50 milhões, informa Ribeiral.

O Brasil é o maior mercado de palmito, ou seja, cerca de 70% do consumo do produto se concentra no País, segundo o diretor. Costa Rica, Equador e Argentina são outros importantes mercados. De maneira geral, continua Ribeiral, o mundo não conhece o palmito. França e Espanha são mercados que já têm uma pequena procura e na Itália os contatos estão começando agora.

Inaceres inaugura fábrica e eleva produção de palmito. Gazeta Mercantil, 29/04/2004.



INDICADORES

BAHIA SE CONSOLIDA COM PÓLO PRODUTOR DE CALÇADOS

A consolidação do segmento coureiro-calçadista já começa a refletir positivamente na geração de divisas para a Bahia. Embora ainda detenha participação discreta nas vendas nacionais, as exportações de calçados e componentes atingiram US\$ 27,8 milhões em 2003 - equivalente ao embarque de 2,2 mil toneladas no período. Com o resultado, o estado desbancou Santa Catarina e passou a ocupar o 5º lugar entre os principais exportadores do País, ganhando mais uma posição.

Hoje, a atividade calçadista conta com 49 unidades produtivas, que, juntas, empregam diretamente cerca de 15 mil pessoas no interior baiano. Iniciados em 1996, com o incentivo do governo estadual, os investimentos estão distribuídos em 27 municípios e já somam R\$ 328,3 milhões. Entre os itens fabricados estão calçados femininos, infantis, masculinos, tênis esportivos e acessórios.

As vendas externas deste segmento aumentaram 66,4% em 2003, em relação a 2002, quando as receitas foram de US\$ 16,7 milhões. Comparadas a 2001, as exportações do ano passado mais que triplicaram, pois naquele ano a quantia alcançada foi de US\$ 8,8 milhões.

Segundo dados do Centro Internacional de Negócios da Bahia, o estado era o oitavo entre os exportadores calçadistas no Brasil, atrás do Rio Grande do Sul - líder indiscutível, com vendas externas superiores a US\$ 1 bilhão/ano -, São Paulo, Ceará, Paraíba, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná. Hoje, estão à frente dos baianos, pela ordem, gaúchos, cearenses, paulistas e paraibanos.

Pólo de couro e calçados se fortalece na Bahia. Gazeta Mercantil, 23/04/2004.



AÇÃO GOVERNAMENTAL

ABERTURA DE NOVOS NEGÓCIOS SERÁ INCENTIVADA ATRAVÉS DO SAC EMPRESARIAL

Segundo o Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Otto Alencar, com o núcleo, cuja inauguração está prevista para o final de maio, pelo governador Paulo Souto, será possível incentivar a abertura de novos negócios, através da redução do prazo exigido para a legalização das empresas, beneficiando especialmente as de pequeno porte.

Entre as metas estão realizar seis mil atendimentos/mês e reduzir o tempo de abertura das firmas de 70 para 10 dias úteis. Outros objetivos do serviço são: estimular, gerar oportunidades de emprego e renda, divulgar informações sobre mercado, tecnologia, aspectos jurídicos e contábeis, capacitar o candidato ao primeiro empreendimento na gestão de negócios e criar um espaço para palestras, cursos, seminários e workshops.

O SAC Empresarial será constituído por quatro núcleos, correspondendo às fases de tramitação dos documentos: Orientação, Consulta Prévia, Vistoria e Legalização. Na segunda etapa, serão feitas consultas, por intermédio de parceria, à Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), Receita Federal (SRF) e secretarias da fazenda do Estado e Município, cujas participações se repetirão no final do processo. Da Vistoria, participarão a Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom) e a Vigilância Sanitária.

SAC Empresarial incentivará abertura de novos negócios. Diário Oficial, 29/04/2004.

CEASA RECEBE QUATRO NOVOS GALPÕES

Os quatro novos galpões de comercialização de hortifrutis do complexo da Ceasa-Ba, na rodovia CIA-Aeroporto, foram inaugurados no dia 26/04 pelo secretário da Indústria, Comércio e Mineração do Estado, Otto Alencar. A fim de facilitar o melhor fluxo de comercialização naquele centro abastecedor, os galpões três, quatro, cinco e seis já haviam sido repassados aos permissionários desde a semana passada.

A Ceasa-Ba está localizada no km 5,5 da Rodovia CIA-Aeroporto (BA-526), a 13 quilômetros do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães e a 30 quilômetros do Porto de Aratu. Sua área total é de 1.000.000 de metros quadrados, sendo de 500.000 metros quadrados de área construída, com 450.000 metros quadrados de área descoberta e 50.000 metros de área coberta.

Atualmente, a Ceasa-Ba tem 192 boxes, 666 módulos, seis galpões permanente e quatro GPN (galpões não-permanentes). Possui, ainda, um armazém com 5.000 metros quadrados e um amplo e bem equipado frigorífico com 11 câmaras polivalentes, 13 câmaras para congelados e capacidade total para 1.527,5 toneladas.

A Ceasa-Ba desempenha importante papel no processo de abastecimento agroalimentar no que diz respeito a garantia do fluxo contínuo, qualidade e condições higiênico-sanitárias dos produtos ofertados ao consumo, bem como no aperfeiçoamento das estruturas de mercado, com informações de preços praticados no atacado. Busca também a comercialização transparente com vistas a reduzir a intermediação especulativa que prejudica tanto o produtor quanto o consumidor.

Otto Alencar inaugura os quatro novos galpões da Ceasa-Ba. Diário Oficial, 27/04/2004.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 5.025, de 30 de março de 2004 – Regulamenta o inciso I e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 3º da lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, no que dispõem sobre o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, primeira etapa, e dá outras providências.

Decreto n.º 5.027, de 31 de março de 2004 – Altera o decreto n.º 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2004, e dá outras providências.

Decreto n.º 5.031, de 02 de abril de 2004 – Dispõe sobre a composição, estruturação e funcionamento do Conselho das Cidades, e dá outras providências.

Decreto n.º 5.043, de 08 de abril de 2004 – Dá nova redação à alínea “f” do inciso III do art. 3º do decreto n.º 4.923, de 18 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à corrupção.

Decreto n.º 5.044, de 08 de abril de 2004 – Acresce inciso ao § 1º do art. 6º do decreto n.º 4.766, de 26 de junho de 2003, que regulamenta a criação, as competências e o funcionamento da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.

Decreto n.º 5.048, de 14 de abril de 2004 – Promulga o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para impedir o uso ilegal de Precussores e substâncias químicas essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 26 de junho de 1999.

Decreto n.º 5.049, de 15 de abril de 2004 – Dispõe

sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional, de 17 de novembro de 2003, ao Acordo de Alcance Parcial n.º 38, assinado ao amparo do artigo 25 do Tratado de Montevidéu, entre os governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Medida provisória n.º 179, de 01 de abril de 2004 – Altera os arts. 8º e 16º da lei n.º 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.860, de 14 de abril de 2004 – Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

GABINETE DO MINISTRO DA FAZENDA

PORTARIAS

Portaria n.º 49, de 01 de abril de 2004 – Estabelece limites de valor para a inscrição de débitos fiscais na Dívida Ativa da União e para o ajuizamento das execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Portaria n.º 67, de 05 de abril de 2004 – Dispõe sobre metas de arrecadação para fins de avaliação institucional

e cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade (GDAT).

Portaria n.º 68 de 05 de abril de 2004 – Estabelece procedimentos para cobrança e inscrição em dívida ativa dos créditos adquiridos ou desonerados de risco pela União, nos termos da medida provisória n.º 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ATOS DECLARATÓRIOS

Ato declaratório executivo n.º 10 de 05 de abril de 2004 (Coordenação geral de tributação) – Divulga a cotação do dólar dos Estados Unidos da América no mês de março do ano-calendário de 2004, para efeito da apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução normativa n.º 407, de 17 de março de 2004 – Dispõe sobre a retenção na fonte do imposto de renda incidente sobre os rendimentos e ganhos de capital, quando o beneficiário for residente ou domiciliado no exterior.

Instrução normativa n.º 414, de 30 de março de 2004 – Aprova o Programa Pedido Eletrônico de Ressarcimento ou Restituição e Declaração de Compensação, versão 1.3 (PER/DCOMP 1.3), estabelece as hipóteses em que o sujeito passivo deverá utilizar o Programa PER/DCOMP 1.3 para declarar compensação ou formular pedido de restituição ou de ressarcimento à Secretaria da Receita Federal e dá outras providências.

Instrução normativa n.º 415, de 08 de abril de 2004 – Dispõe sobre a vedação da apresentação em formulário da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física referente a exercícios anteriores a 2004, original ou retificadora.

PORTARIAS

Portaria n.º 397, de 07 de abril de 2004 – Aprova modelos de comprovantes de pagamento / agendamento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), quando utilizados aplicativos disponíveis em ambiente Internet

da Secretaria da Receita Federal e dá outras providências.

Portaria n.º 422, de 15 de abril de 2004 – Fixa meta de arrecadação trimestral, para fins de avaliação institucional e cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade (GDAT), para o ano de 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULARES

Carta circular n.º 3.129, de 01 de abril de 2004 – Divulga procedimento relativo à instrução de processos por parte de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de administradoras de consórcio.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 9.046, de 02 de abril de 2004 – Institui o Grupo de Trabalho Estadual para organizar a I Conferência Estadual de Direitos Humanos e dá outras providências.

Decreto n.º 9.052 de 07 de abril de 2004 – Homologa a resolução n.º 003, de 17 de março de 2004, do Conselho de Administração do Instituto de Artesanato Visconde de Mauá.

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIAS

Portaria n.º 165 de 05 de abril de 2004 – Altera para o exercício de 2004, o orçamento analítico da Secretaria da Fazenda – Sefaz, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria n.º 209 de 07 de abril de 2004 – Altera dispositivos da portaria n.º 17, de 06 de janeiro de 2004, que disciplina os critérios de atribuição de pontos de Gratificação de Atividade Fiscal.





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^o a 6^o, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^o Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE



INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor Salvador – Abril/2004

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Abr/03	Abr/04	No Ano	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94=100
1. Alimentos e Bebidas	1,50	0,02	2,25	5,86	329.461,3	220,86
2. Habitação e Encargos	1,27	2,51	4,06	11,86	548.756,4	438,82
3. Artigos de Residência	1,53	-0,67	0,81	10,39	269.803,7	225,51
4. Vestuário	2,60	1,47	1,11	4,35	287.527,2	168,74
5. Transporte e Comunicação	0,61	1,04	2,36	6,26	504.766,5	546,27
6. Saúde e Cuidados Pessoais	1,20	0,61	3,90	8,81	526.266,7	280,38
7. Despesas Pessoais	0,10	-0,32	4,14	9,38	596.435,4	342,00
8. Geral	1,29	0,56	2,52	7,36	411.049,0	286,42

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M

IPC

Índice de Preços ao Consumidor Brasil – Março/2004

Índices	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %	
	Mar/03	Mar/04	No Ano	Últ. 12 Meses
IPCA (IBGE)	1,23	0,47	1,85	5,89
IGP-M (FGV)	1,53	1,13	2,72	5,08
IPC (FIPE)	0,67	0,12	0,95	4,47

Fontes: IBGE, FGV, FIPE



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos
Bahia - 2003-2004

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2003 ⁽²⁾	2004 ⁽³⁾	Variação (%)	2003 ⁽²⁾	2004 ⁽³⁾	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁽⁴⁾	110.482	116.151	5,1	23.658	23.777	0,5
Algodão Herbáceo	258.181	684.601	165,2	3.017	3.397	12,6
Alho	13.862	11.632	-16,1	8.331	7.807	-6,3
Amendoim	7.584	11.045	45,6	1.292	1.666	28,9
Arroz Total	30.287	63.116	108,4	1.792	2.187	22,0
Arroz Sequeiro	nd	49.909	-	nd	1.944	-
Arroz Irrigado	nd	13.207	-	nd	4.153	-
Batata-inglesa	114.510	132.000	15,3	29.234	32.195	10,1
Cana-de-açúcar	4.868.877	4.606.603	-5,4	59.824	56.066	-6,3
Cebola	138.666	138.963	0,2	24.700	22.435	-9,2
Feijão Total	362.803	430.735	18,7	496	592	19,4
Feijão 1ª Safra	nd	140.277	-	nd	422	-
Sequeiro	nd	81.563	-	nd	379	-
Irrigado	nd	4.216	-	nd	2.652	-
Caupi	nd	54.498	-	nd	471	-
Feijão 2ª Safra	nd	290.458	-	nd	735	-
Sequeiro	nd	261.161	-	nd	707	-
Irrigado	nd	19.941	-	nd	1.865	-
Caupi	nd	9.356	-	nd	622	-
Fumo	11.235	11.307	0,6	899	895	-0,4
Mamona	82.484	131.967	60,0	657	905	37,7
Mandioca	3.998.968	4.347.632	8,7	12.062	12.253	1,6
Milho Total	1.451.694	2.078.314	43,2	2.119	2.544	20,1
Milho 1ª Safra	nd	1.760.058	-	nd	3.613	-
Sequeiro	nd	1.655.031	-	nd	3.513	-
Irrigado	nd	105.027	-	nd	6.548	-
Milho 2ª Safra	nd	318.256	-	nd	967	-
Sequeiro	nd	314.506	-	nd	958	-
Irrigado	nd	3.750	-	nd	5.208	-
Soja	1.555.500	2.216.700	42,5	1.830	2.700	47,5
Sorgo Granífero	68.680	102.485	49,2	1.346	1.676	24,5
Tomate	168.121	157.438	-6,4	38.331	37.512	-2,1
Tomate de Mesa	nd	157.438	-	nd	37.512	-
Tomate para Indústria	nd	nd	-	nd	nd	-
Lavouras Permanentes						
Banana ⁽⁵⁾	764.854	749.945	-1,9	15.017	14.666	-2,3
Cacau	110.841	110.653	-0,2	230	227	-1,3
Café	130.095	132.169	1,6	859	909	5,8
Castanha-de-cajú	5.572	5.444	-2,3	285	279	-2,1
Coco-da-baía ⁽⁴⁾	696.502	702.125	0,8	9.103	7.293	-19,9
Dendê	nd	nd	-	4.019	nd	-
Guaraná	2.342	2.320	-0,9	398	391	-1,8
Laranja	772.409	771.580	-0,1	15.986	15.885	-0,6
Mamão	810.060	810.060	0,0	46.284	51.063	10,3
Maracujá ⁽⁴⁾	nd	nd	-	13.093	nd	-
Pimenta-do-reino	2.610	2.715	4,0	2.324	2.386	2,7
Sisal	170.832	180.964	5,9	854	858	0,5
Uva	87.434	87.434	0,0	30.036	30.036	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCE

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), abril/2004 (dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2003-2004

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha ⁽⁴⁾	
	2003 ⁽²⁾	2004 ⁽³⁾	Variação (%)	2003 ⁽²⁾	2004 ⁽³⁾	Variação (%)	2003 ⁽²⁾	2004 ⁽³⁾
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.670	4.885	4,6	4.670	4.885	4,6	0	0
Algodão Herbáceo	86.141	201.512	133,9	85.582	201.512	135,5	559	0
Alho	1.664	1.490	-10,5	1.664	1.490	-10,5	0	0
Amendoim	5.868	6.630	13,0	5.868	6.630	13,0	0	0
Arroz Total	17.187	28.857	67,9	17.187	28.857	67,9	0	0
Arroz Sequeiro	nd	25.677	-	nd	25.677	-	-	0
Arroz Irrigado	nd	3.180	-	nd	3.180	-	-	0
Batata-inglesa	3.917	4.100	4,7	3.917	4.100	4,7	0	0
Cana-de-açúcar	81.387	82.164	1,0	81.387	82.164	1,0	0	0
Cebola	5.614	6.194	10,3	5.614	6.194	10,3	0	0
Feijão Total	798.358	819.335	2,6	730.940	727.443	-0,5	67.418	91.892
Feijão 1ª Safra	nd	424.207	-	nd	332.315	-	-	91.892
Sequeiro	nd	291.687	-	nd	215.065	-	-	76.622
Irrigado	nd	1.590	-	nd	1.590	-	-	0
Caupi	nd	130.930	-	nd	115.660	-	-	15.270
Feijão 2ª Safra	nd	395.128	-	nd	395.128	-	-	0
Sequeiro	nd	369.390	-	nd	369.390	-	-	0
Irrigado	nd	10.692	-	nd	10.692	-	-	0
Caupi	nd	15.046	-	nd	15.046	-	-	0
Fumo	12.501	12.640	1,1	12.501	12.640	1,1	0	0
Mamona	125.489	145.819	16,2	125.489	145.819	16,2	0	0
Mandioca	336.407	354.812	5,5	331.527	354.812	7,0	-	0
Milho Total	800.957	831.661	3,8	685.206	816.291	19,1	115.751	15.370
Milho 1ª Safra	nd	502.547	-	nd	487.177	-	-	15.370
Sequeiro	nd	486.507	-	nd	471.137	-	-	15.370
Irrigado	nd	16.040	-	nd	16.040	-	-	0
Milho 2ª Safra	nd	329.114	-	nd	329.114	-	-	0
Sequeiro	nd	328.394	-	nd	328.394	-	-	0
Irrigado	nd	720	-	nd	720	-	-	0
Soja	850.000	821.000	-3,4	850.000	821.000	-3,4	0	0
Sorgo Granífero	60.781	61.135	0,6	51.031	61.135	19,8	9.750	0
Tomate	4.386	4.197	-4,3	4.386	4.197	-4,3	0	0
Tomate de Mesa	nd	4.197	-	nd	4.197	-	0	0
Tomate para Indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras Permanentes								
Banana	51.541	51.541	0,0	50.931	51.136	0,4	610	405
Cacau	578.025	487.546	-15,7	482.091	487.546	1,1	95.934	0
Café	153.574	145.345	-5,4	151.422	145.345	-4,0	2.152	0
Castanha-de-cajú	19.544	19.544	0,0	19.544	19.544	0,0	0	0
Coco-da-baía	79.218	96.421	21,7	76.510	96.279	25,8	2.708	142
Dendê	41.690	nd	-	41.690	nd	-	-	-
Guaraná	5.879	5.938	1,0	5.879	5.938	1,0	0	0
Laranja	48.319	48.572	0,5	48.319	48.572	0,5	0	0
Mamão	16.938	15.864	-6,3	16.930	15.864	-6,3	8	0
Maracujá	9.625	nd	-	9.603	nd	-	-	-
Pimenta-do-reino	1.123	1.138	1,3	1.123	1.138	1,3	0	0
Sisal	200.088	210.951	5,4	200.088	210.951	5,4	0	0
Uva	2.911	2.911	0,0	2.911	2.911	0,0	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. Normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), abril/2004 (dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA

Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros

Bahia - 2004

Em %

Classes e Gêneros	Fev 04/Jan 04 ¹	Fev 04/Fev 03	Acumulado no Ano ²	Últimos 12 meses ³
Indústria Geral	2,7	11,9	4,5	0,1
Indústria Extrativa Mineral	12,5	5,9	-1,6	0,2
Indústria de Transformação	2,0	12,4	4,9	0,1
Minerais não-metálicos	-2,2	-8,3	-14,7	-15,0
Metalurgia básica	-4,6	18,5	34,4	13,7
Papel, celulose e produtos de papel	-4,2	-2,3	0,7	0,6
Borracha e plásticos	nd	nd	nd	nd
Produtos químicos	9,1	5,7	-6,0	2,9
Veículos automotores	nd	109,0	135,9	119,2
Alimentos e Bebidas	-2,2	-4,3	-12,8	-3,0
Refino de petróleo e álcool	7,0	34,5	21,9	-7,7

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

3) Em relação aos doze meses anteriores.

Nd - Não disponível

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação

Bahia: Fevereiro 2003 - Fevereiro 2004

Ano/Mês	Mês anterior ⁽¹⁾	Mesmo mês do ano anterior ⁽²⁾	Acumulado do ano ⁽³⁾	Acumulado 12 meses ⁽⁴⁾
2003				
Fev	-10,5	-4,2	-0,6	0,0
Mar	9,7	3,9	0,9	0,6
Abr	1,4	9,1	2,9	1,8
Mai	-5,0	12,2	4,7	4,2
Jun	1,3	0,7	4,0	4,4
Jul	1,2	-5,2	2,5	3,3
Ago	-1,0	-8,4	1,0	1,0
Set	7,0	10,8	2,0	2,5
Out	-5,3	0,2	1,8	2,6
Nov	-14,7	-18,9	-0,2	0,5
Dez	15,2	-7,1	-0,8	-0,8
2004				
Jan	2,8	-1,3	-1,3	-1,1
Fev	2,0	12,4	4,9	0,1

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

4) Variação acumulada observada nos meses do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.



ENERGIA**Variação Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe
Bahia - 2004**

Classe	Fev 04/Jan 04	Fev 04/Fev 03	Acumulado no Ano	Últimos 12 meses
Rural/Irrigação	-43,4	-33,9	-5,9	9,4
Residencial	-8,9	-0,6	4,7	7,9
Industrial ⁽¹⁾	-6,5	8,9	3,9	-1,3
Comercial	-3,1	-1,5	2,3	5,6
Utilidades Públicas ⁽²⁾	-3,4	-0,2	3,1	6,0
Setor Público	-0,4	-0,6	3,0	10,7
Concessionária	-6,0	-8,4	-1,9	3,3
Total	-7,8	2,8	3,4	2,4

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: SEI - GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde à Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica.

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio - PMC
Variação no Volume de Vendas no Varejo¹
Bahia - 2004**

Classes e Gêneros	Fev 04/Jan 04	Fev 04/Fev 03	Acumulado Ano ²	Últimos 12 meses ³
Comércio Varejista	-4,8	0,8	0,6	-4,1
Combustíveis e Lubrificantes	2,5	-1,1	-3,3	-2,3
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-6,3	-1,6	-2,7	-7,2
Hipermercados e Supermercados	-6,4	0,5	0,3	-8,8
Tecidos, Vestuário e Calçados	-1,0	-4,6	-2,3	-8,8
Móveis e Eletrodomésticos	-17,3	27,9	29,6	3,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	0,0	0,0	0,0	0,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,0	0,0	0,0	0,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,0	0,0	0,0	0,0
Veículos, Motos e Peças	-5,8	16,5	16,6	13,0

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

Nota: 1) Dados deflacionados pelo IPCA.

2) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

3) Em relação aos doze meses anteriores



Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador Outubro 2002 – Setembro 2003

%

Ano/Mês	Consultas			Inadimplências ⁽¹⁾		
	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾
2002						
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Mai	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados Março 2003 - Março 2004

%

Mês	Quantidade			Valor		
	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾
2003						
Março	2,6	-2,7	-6,5	-6,3	-20,9	-18,2
Abril	-3,5	-15,3	-8,7	5,6	-18,5	-18,2
Mai	0,2	-10,0	-9,0	-0,5	-14,6	-17,6
Junho	-0,5	0,5	-7,6	-3,7	-10,7	-16,5
Julho	5,4	-10,8	-8,1	6,0	-20,9	-17,2
Agosto	-8,8	-11,2	-8,4	-7,4	-21,3	-17,7
Setembro	12,1	-2,1	-7,8	15,9	-7,7	-16,6
Outubro	-3,7	-7,4	-7,7	1,2	-15,3	-16,5
Novembro	-9,8	-10,4	-7,9	-16,9	-17,3	-16,6
Dezembro	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-15,1
2004						
Janeiro	-11,0	-10,4	-10,4	-3,2	0,8	0,8
Fevereiro	-15,1	-12,8	-11,5	-17,6	-6,9	-2,8
Março	22,8	4,4	-6,4	33,1	32,3	7,9

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês em relação ao mesmo período do ano anterior.

INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxas de Desemprego e de Participação
Março - 2004

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	26,7	25,8	30,8
Desemprego Aberto	15,4	14,5	19,7
Desemprego Oculto	3,8	11,3	11,1
Participação (PEA/PIA)	62,0	63,1	57,5

Fonte: PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego
Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação
2003 - 2004

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
2003				
Janeiro	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9
2004				
Janeiro	62,4	63,3	14,9	14,3
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



**Estimativa da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos,
Taxas Globais de Participação e Taxas de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
2003 - 2004**

Mês	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População Total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados				Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²	Números Absolutos	Índice ²			
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3.213
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Varição Mensal Mar 04/Fev 04		0,2		0,1		0,7		0,2	0,0	0,4	
Varição no Ano Mar 04/Dez 03		-0,8		-1,8		2,0		3,2	-1,4	2,7	
Varição Anual Mar 04/Mar 03		2,1		4,5		-4,1		3,9	-0,6	-6,0	

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

(2) Base: Dezembro 1996 = 100.

**Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade Econômica no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador – Bahia
2003 - 2004**

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ⁽¹⁾	Serviços Pessoais ⁽²⁾	Serviços Domésticos	Outros
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados;

Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
2003 - 2004

%

Mês	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros ⁽¹⁾	
	Total	Assalariado Priv. c/Carteira	Assalariado Priv. s/Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. P/Público	Autônomo Trab. P/Empresa			
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Marco	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.

Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
2003 - 2004

Em Reais

Mês	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ⁽¹⁾			Assalariados ⁽²⁾		
	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2003	629	330	79,4	709	411	78,1
Fevereiro	631	323	79,6	711	416	78,2
Março	604	319	76,2	690	405	75,9
Abril	604	316	76,3	676	402	74,4
Maio	595	315	75,1	665	382	73,2
Junho	629	329	79,4	707	406	77,8
Julho	652	330	82,3	739	409	81,3
Agosto	664	339	83,8	750	410	82,5
Setembro	631	340	79,7	717	409	78,9
Outubro	613	331	77,4	705	407	77,6
Novembro	601	331	75,9	703	402	77,4
Dezembro	625	341	78,6	722	420	79,2
Janeiro 2004	655	353	81,6	753	440	81,8
Fevereiro	669	351	83,1	765	434	82,9
Varição Mensal Fev 04/Jan 04	1,8	-0,9	1,8	1,2	-1,6	1,2
Varição no Ano Fev 04/Dez 03	5,6	1,7	5,6	4,6	2,1	4,6
Varição Anual Fev 04/Fev 03	4,3	7,0	4,3	6,0	2,8	6,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclui os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2004.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
2003 - 2004

Em Reais

Mês	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Janeiro 2003	208	300	429	688	2.071
Fevereiro	209	300	403	677	2.112
Março	197	286	386	654	2.041
Abril	207	295	387	650	1.992
Maio	196	301	389	638	1.871
Junho	216	306	405	644	1.951
Julho	227	314	404	667	1.951
Agosto	253	322	396	686	1.983
Setembro	252	327	377	683	1.894
Outubro	248	316	370	675	1.904
Novembro	243	308	382	658	1.845
Dezembro	241	309	405	673	1.916
Janeiro 2004	246	328	427	682	1.955
Fevereiro	230	316	414	706	1.972

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro 2004.

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
2003 - 2004

Em Reais

Mês	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2002	588	734	512	586	655	391
Fevereiro	603	732	523	612	665	415
Março	588	800	481	577	663	366
Abril	582	747	456	581	649	373
Maio	567	753	460	551	637	346
Junho	586	820	454	578	659	363
Julho	615	906	461	595	698	364
Agosto	616	875	454	603	698	365
Setembro	596	783	469	589	670	363
Outubro	584	770	472	573	655	361
Novembro	581	758	464	570	653	361
Dezembro	592	841	464	571	667	371
Janeiro 2003	612	858	463	598	692	379
Fevereiro	627	952	467	596	711	371

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2004.



Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

2003 - 2004

Em Reais

Mês	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Janeiro 2003	108	220	330	648	1.321	220	270	411	756	1.431
Fevereiro	108	215	323	647	1.328	215	266	416	756	1.492
Março	106	212	319	634	1.278	212	259	405	730	1.432
Abril	105	211	316	633	1.279	211	253	402	730	1.460
Maio	104	211	315	625	1.267	211	253	382	721	1.372
Junho	104	246	329	627	1.438	246	260	406	771	1.542
Julho	102	246	330	671	1.536	246	268	409	819	1.587
Agosto	102	244	339	695	1.535	244	285	410	818	1.629
Setembro	102	242	340	644	1.511	242	276	409	795	1.535
Outubro	100	241	331	610	1.323	241	276	407	733	1.506
Novembro	100	240	331	604	1.305	240	279	402	753	1.500
Dezembro	100	240	341	652	1.404	240	281	420	800	1.506
Janeiro 2004	101	243	354	708	1.504	241	284	441	812	1.605
Fevereiro	120	240	351	708	1.511	240	280	434	835	1.669

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2004.

(2) Exclui os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Flutuação Mensal do Emprego Bahia - 2003/2004

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2003	26.502	6.877	-3.067	7.486	8.658
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dezembro	-7.891	-2.817	-1.330	-358	-1.172
2004	11.701	1.518	-194	1.696	5.822
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abr 03/Mar 04	36.469	7.555	-2.063	9.089	16.251

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Símbolos: IT - Indústria de Transformação, CC - Construção Civil, COM - Comércio, SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS - 2003/2004

Mês	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2003	5.746	317	-2.845	2.300	5.891
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1.009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dezembro	-1.993	-522	-895	-148	-436
2004	4.311	460	-333	562	3.824
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abr 03/Mar 04	11.472	930	-3.266	2.989	10.883

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro - Fevereiro/2004

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (a-b)
			Jan-Fev/ 2004 (b)	% (b/a)	
Receitas Correntes	441.602.317	441.602.317	69.769.309	15,8	371.833.008
Receita Tributária	124.300.612	124.300.612	22.305.052	17,9	101.995.560
Receita de Contribuições	266.499.301	266.499.301	40.448.687	15,2	226.050.614
Receita Patrimonial	12.402.960	12.402.960	1.859.636	15,0	10.543.324
Receita Agropecuária	23.580	23.580	2.866	12,2	20.714
Receita Industrial	527.566	527.566	43.671	8,3	483.895
Receita de Serviços	23.084.863	23.084.863	3.465.268	15,0	19.619.595
Transferências Correntes	243.477	243.477	29.790	12,2	213.687
Outras Receitas Correntes	14.519.958	14.519.958	1.614.339	11,1	12.905.619
Receitas de Capital	164.362.972	164.362.972	19.144.094	11,6	145.218.878
Operações de Crédito ⁽¹⁾	118.192.044	118.192.044	8.080.222	6,8	110.111.822
Alienação de Bens	2.942.765	2.942.765	77.296	2,6	2.865.469
Amortizações de Empréstimos	20.147.882	20.147.882	2.467.928	12,2	17.679.954
Transferências de Capital	44.219	44.219	3.018	6,8	41.201
Outras Receitas de Capital	23.036.062	23.036.062	8.515.630	37,0	14.520.432
Subtotal das Receitas (I)	605.965.289	605.965.289	88.913.403	14,7	517.051.886
Déficit (II)	-	-	-	-	-
Total (I+II)	605.965.289	605.965.289	88.913.403	14,7	517.051.886

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro - Fevereiro/2004

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Realizadas		Saldo (a-b)
			Jan-Fev/ 2004 (b)	% (b/a)	
Despesas Correntes	475.515.102	475.515.102	60.245.511	12,7	415.269.591
Pessoal e Encargos Sociais	84.120.038	84.120.038	12.760.679	15,2	71.359.359
Juros e Encargos da Dívida	117.769.754	117.769.754	11.249.644	9,6	106.520.110
Outras Despesas Correntes	273.625.310	273.625.310	36.235.188	13,2	237.390.122
Transf.a Estados, DF e Municípios	92.025.823	92.025.823	13.356.244	14,5	78.669.579
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	121.430.219	121.430.219	17.576.515	14,5	103.853.704
Demais Despesas Correntes	60.169.268	60.169.268	5.302.429	8,8	54.866.839
Despesas de Capital	111.660.921	111.716.553	14.596.950	13,1	97.119.603
Investimentos	12.368.454	12.424.087	54.818	0,4	12.369.269
Inversões Financeiras	33.249.350	33.249.350	1.989.799	6,0	31.259.551
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	66.043.117	66.043.116	12.552.333	19,0	53.490.783
Reserva de Contingência	21.964.621	21.950.236	-	-	21.950.236
Subtotal das Despesas (I)	609.140.644	609.181.891	74.842.461	12,3	534.339.430
Superávit (II)	-	-	14.070.942	-	-
Total (I+II)	609.140.644	609.181.891	88.913.403	14,6	534.339.430

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.⁽²⁾ Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões, outros benefícios previdenciários.

Balço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Fevereiro/2004

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Bim. Jan/Fev (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	12.469.804	12.514.122	1.895.961	15,15	1.895.958	15,15	10.618.164
Receita Tributária	6.988.059	6.975.559	1.005.613	14,42	1.005.614	14,42	5.969.945
Impostos	6.793.395	6.780.895	977.946	14,42	977.946	14,42	5.802.949
Taxas	194.664	194.664	27.667	14,21	27.668	14,21	166.996
Receita de Contribuições	1.059.286	1.059.286	160.517	15,15	160.517	15,15	898.769
Contribuições Sociais	1.059.286	1.059.286	160.517	15,15	160.517	15,15	898.769
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	257.969	299.954	17.948	5,98	17.945	5,98	282.009
Receitas Imobiliárias	22.140	22.140	406	1,83	406	1,83	21.734
Receitas de Valores Mobiliários	234.280	276.265	17.496	6,33	17.493	6,33	258.771
Receitas de Concessões e Permissões	1.515	1.515	45	2,94	45	2,94	1.470
Outras Receitas Patrimoniais	35	35	1	3,37	1	3,37	34
Receita Agropecuária	1.123	1.123	-	-	-	-	1.123
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	965	965	-	-	-	-	965
Outras Receitas Agropecuárias	158	158	-	-	-	-	158
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Indústria de Transformação	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	719.399	720.469	126.206	17,52	126.206	17,52	594.263
Receita de Serviços	719.399	720.469	126.206	17,52	126.206	17,52	594.263
Transferências Correntes	3.719.956	3.720.022	563.698	15,15	563.698	15,15	3.156.325
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	3.583.945	3.583.945	533.922	14,90	533.922	14,90	3.050.024
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	2.085	2.085	-	-	-	-	2.085
Transferências de Convênios	133.926	133.992	29.776	22,22	29.776	22,22	104.216
Outras Receitas Correntes	815.118	828.815	189.023	22,81	189.023	22,81	639.791
Multas e Juros de Mora	120.470	120.470	48.135	39,96	48.135	39,96	72.335
Indenizações e Restituições	55.058	55.058	3.223	5,85	3.223	5,85	51.835
Receita da Dívida Ativa	6.660	6.660	852	12,80	852	12,80	5.807
Receitas Correntes Diversas	632.930	646.627	136.813	21,16	136.813	21,16	509.814
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.091.196)	(1.091.196)	(167.044)	15,31	(167.044)	15,31	(924.152)
Receitas de Capital	1.522.353	1.522.353	48.462	3,18	48.463	3,18	1.473.291
Operações de Crédito	583.863	583.863	19.572	3,35	19.572	3,35	564.291
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	10.534	4,71	10.534	4,71	213.172
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	10.534	4,71	10.534	4,71	213.172
Outras Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	360.157	360.157	9.038	2,51	9.038	2,51	351.119
Alienação de Bens	282.040	282.040	356	0,13	356	0,13	281.684
Alienação de Bens Móveis	281.065	281.065	203	0,07	203	0,07	280.861
Alienação de Bens Imóveis	975	975	153	15,70	153	15,70	822
Amortização de Empréstimos	3.470	3.470	161	4,64	161	4,64	3.309
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.470	3.470	161	4,64	161	4,64	3.309
Transferências de Capital	652.975	652.975	28.373	4,35	28.373	4,35	624.602
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	423.088	423.088	562	0,13	562	0,13	422.527
Transferências de Instituições Privadas	97	97	-	-	-	-	97
Transferências do Exterior	1.300	1.300	-	-	-	-	1.300
Transferências de Convênios	228.490	228.490	27.811	12,17	27.811	12,17	200.679
Outras Receitas de Capital	5	5	-	-	-	-	5
Outras Receitas	5	5	-	-	-	-	5
Subtotal das Receitas (I)	13.992.157	14.036.475	1.944.422	13,85	1.944.420	13,85	12.092.055
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	13.992.157	14.036.475	1.944.422	13,85	1.944.420	13,85	12.092.055
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	13.992.157	14.036.475	1.944.422	13,85	1.944.420	13,85	12.092.055
Saldos de Exercícios Anteriores					44.318		

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.



Balanco Orçamentário - Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Fevereiro/2004

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Jan/Fev	No Exercício	Bim. Jan/Fev	No Exercício	
Despesas Correntes	11.449.382	16.999	11.466.381	1.554.415	1.554.415	1.329.263	1.329.263	10.137.117
Pessoal e Encargos	5.892.325	250	5.892.575	897.025	897.025	851.433	851.433	5.041.142
Juros e Encargos da Dívida	776.020	-	776.020	73.398	73.398	73.148	73.148	702.872
Outras Despesas Correntes	4.781.037	16.749	4.797.786	583.991	583.991	404.682	404.682	4.393.103
Despesas de Capital	2.530.253	27.319	2.557.573	193.619	193.619	186.253	186.253	2.371.319
Investimentos	1.342.012	27.319	1.369.331	17.306	17.306	9.940	9.940	1.359.392
Inversões Financeiras	369.604	-	369.604	27.577	27.577	27.577	27.577	342.027
Amortizações da Dívida	818.637	-	818.637	148.736	148.736	148.736	148.736	669.901
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	12.522	-	12.522	-	-	-	-	12.522
Subtotal das Despesas (VIII)	13.992.157	44.318	14.036.475	1.748.034	1.748.034	1.515.517	1.515.517	12.520.959
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	13.992.157	44.318	14.036.475	1.748.034	1.748.034	1.515.517	1.515.517	12.520.959
Superávit (XI)							428.904	
Total (XII)=X+XI	13.992.157	44.318	14.036.475	1.748.034	1.748.034	1.515.517	1.944.420	12.520.959

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal

Bahia: janeiro de 2003 a fevereiro de 2004

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Jan	491.240	484.463	45.269	37.074	536.509	521.538
Fev	494.620	438.218	37.624	45.857	532.244	484.075
Mar	442.068		40.292		482.360	
Abr	483.606		35.434		519.040	
Mai	447.830		47.985		495.815	
Jun	454.843		47.430		502.273	
Jul	463.914		57.400		521.314	
Ago	465.528		55.112		520.640	
Set	491.119		63.031		554.150	
Out	497.479		31.450		528.929	
Nov	488.485		36.125		524.609	
Dez	491.635		53.554		545.190	
Total	5.712.367		432.583		6.263.074	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.



Arrecadação mensal da receita tributária⁽¹⁾

Bahia: janeiro de 2003 a fevereiro de 2004

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	527.469	489.712	48.608	37.476	576.077	527.188
Fevereiro	522.771	438.218	39.766	45.857	562.537	484.075
Março	459.612		41.891		501.503	
Abril	500.738		36.690		537.428	
Maio	466.812		50.019		516.831	
Junho	477.452		49.787		527.240	
Julho	487.947		60.373		548.320	
Agosto	486.619		57.608		544.227	
Setembro	508.047		65.204		573.250	
Outubro	512.384		32.392		544.776	
Novembro	500.722		37.030		537.752	
Dezembro	500.936		54.568		555.504	
Total	5.951.510		573.936		6.525.446	

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de fevereiro/04 pelo IGP-DI/FGV.

Transferências constitucionais da União para os Estados

Bahia: Janeiro de 2003 a Fevereiro de 2004

Ano e Mês	Receitas									
	FPE*		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO**		Outras (¹)		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	22.358	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173
2004										
Janeiro	167.381	167.381	8.168	8.168	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

^(¹) Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579.^(*) Deduzidos 15% para o FUNDEF.^(**) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação.

Balanço Orçamentário - Receitas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Fevereiro/2004

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Maio-Jun/2003 (b)	% (b/a)	Jan-Jun/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.503.322	1.503.322	222.726	14,8	222.726	14,8	1.280.596
Receita Tributária	527.569	527.569	101.594	19,3	101.594	19,3	425.975
Impostos	451.500	451.500	83.104	18,4	83.104	18,4	368.396
Taxas	76.069	76.069	18.321	24,1	18.321	24,1	57.748
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	169	-	169	-	-
Receita de Contribuições	67.700	67.700	11.168	17,0	11.168	16,5	56.532
Contribuições Sociais	31.500	31.500	6.104	19,0	6.104	19,4	25.396
Contribuições Econômicas	36.200	36.200	5.064	14,0	5.064	14,0	31.136
Receita Patrimonial	98.289	98.289	7.142	7,3	7.142	7,3	91.147
Receitas Imobiliárias	2.842	2.842	203	7,1	203	7,1	2.639
Receitas de Valores Mobiliários	56.620	56.620	2.181	3,9	2.181	3,9	54.439
Receitas de Concessões e Permissões	36.827	36.827	4.748	12,9	4.748	12,9	32.079
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	10	0,5	10	0,5	1.990
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	13.153	13.153	2.265	17,2	2.265	17,2	10.888
Receita de Serviços	13.153	13.153	2.265	17,2	2.265	17,2	10.888
Transferências Correntes	722.799	722.799	92.002	12,7	92.002	12,7	630.797
Transf. Intergovernamentais	672.773	672.773	90.440	13,4	90.440	13,4	582.333
Transf. de Instituições Privadas	452	452	-	-	-	-	452
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	26	26	-	-	-	-	26
Transferências de Convênios	49.548	49.548	1.562	3,2	1.562	3,2	47.986
Outras Receitas Correntes	73.812	73.812	8.555	11,6	8.555	11,6	65.257
Multas e Juros de Mora	29.104	29.104	4.245	14,6	4.245	14,6	24.859
Indenizações e Restituições	4.740	4.740	302	6,4	302	6,4	4.438
Receita da Dívida Ativa	32.000	32.000	3.033	9,5	3.033	9,5	28.967
Receitas Correntes Diversas	7.968	7.968	975	12,2	975	12,2	6.993
Receitas de Capital	87.105	87.105	9.127	10,5	9.127	10,5	77.978
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	3.500	3.500	2	-	2	-	3.498
Alienação de Bens Móveis	3.500	3.500	2	0,0	2	0,0	3.498
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	83.505	83.505	9.125	10,9	9.125	10,9	74.380
Transf. Intergovernamentais	3.045	3.045	-	-	-	-	3.045
Transf. de Instituições Privadas	20	20	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	80.440	80.440	9.125	11,3	9.125	11,3	71.315
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	1	1,0	1	1,0	99
Subtotal das Receitas (I)	1.590.427	1.590.427	231.853	14,6	231.853	14,6	1.358.574
Saldos de exercícios Anteriores (II)							
Subtotal III= I+II	1.590.427	1.590.427	231.853	14,6	231.853	14,6	1.358.574
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	1.590.427	1.590.427	231.853	14,6	231.853	14,6	1.358.574

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.



Balanco Orçamentário - Despesas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Fevereiro/2004

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jan-Fev/ 2004 (d)	Jan-Fev/ 2004 (e)	Jan-Fev/ 2004 (f)	Jan-Fev/ 2004 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.327.272	-	1.327.272	491.121	491.121	164.966	164.936	12,4	1.162.336
Pessoal e Encargos Sociais	516.158		516.158	251.372	251.372	69.366	69.336	13,4	446.822
Juros e Encargos da Dívida Interna	74.693		74.693	14.282	14.282	11.236	11.236	15,0	63.457
Outras Despesas Correntes	736.421		736.421	225.467	225.467	84.364	84.364	11,5	652.057
Despesas de Capital	281.094	-	281.094	69.866	69.866	32.827	32.827	11,7	248.267
Investimentos	203.715	(40)	203.675	45.053	45.053	24.681	24.681	12,1	178.994
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	236	236	236	236	5,7	3.879
Amortização da Dívida	73.304	-	73.304	24.577	24.577	7.910	7.910	10,8	65.394
Amortização da Dívida p/Contrato									-
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Amortizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência				-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas (I)	1.608.366	-	1.608.366	560.987	560.987	197.793	197.763	12,3	1.410.603
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	1.608.366	-	1.608.366	560.987	560.987	197.793	197.763	12,3	1.410.603

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.

